



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

Mestrado em Ciência Militares – Especialidade de Segurança (GNR)

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

CATÁSTROFES NATURAIS: CONTRIBUTOS PARA UM MODELO DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

AUTOR: Aspirante de Infantaria Fernando António Ferreira Da Silva

ORIENTADOR: Professor Convidado João Gouveia De Caires

CO-ORIENTADOR: Capitão de Infantaria Bruno Miguel Chaves Antunes

Lisboa, Agosto de 2011



ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO

Mestrado em Ciência Militares – Especialidade de Segurança (GNR)

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**CATÁSTROFES NATURAIS: CONTRIBUTOS PARA UM MODELO DE
SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA**

AUTOR: Aspirante de Infantaria Fernando António Ferreira Da Silva

ORIENTADOR: Professor Convidado João Gouveia De Caires

CO-ORIENTADOR: Capitão de Infantaria Bruno Miguel Chaves Antunes

Lisboa, Agosto de 2011

DEDICATÓRIA

À minha mulher Vânia e ao meu pequeno rebento...

À minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Sem o contributo de um determinado número de pessoas, o presente trabalho não seria exequível. A investigação de um trabalho desta natureza envolve um conjunto de pessoas que pelos seus conhecimentos e experiência tornam possível uma síntese de resultados.

Durante a pesquisa tive a ventura de poder contar com o apoio extraordinário de um número significativo de pessoas, que sempre me transmitiram a confiança de que não jornadeava sozinho e às quais deixo o meu profundo reconhecimento.

Ao Professor João Gouveia de Caires, que desde o início me orientou de uma forma empenhada. Os seus esclarecimentos e sugestões foram ferramentas essenciais na pesquisa, pois permitiram a liberdade de decidir consciente do trilho que seguia. Por tudo isto e muito mais, muito obrigado.

Um especial agradecimento e reconhecimento ao Major Veloso, que sempre me apoiou, elucidou e sobretudo pela inabalável confiança que sempre me transmitiu em todos os momentos. O Major Veloso também permitiu que este trabalho fosse exequível.

Ao Capitão Antunes, co-orientador, pelos conhecimentos técnicos e aspectos críticos apresentados ao longo da condução do trabalho.

Ao Tenente-Coronel Bessa e Major Rocha pelos esclarecimentos e ajuda na definição da problemática e das ferramentas de pesquisa do trabalho, sobretudo na correcção das questões de entrevista e no teste ao questionário por inquérito.

Aos entrevistados por toda a abertura demonstrada quer ao nível das entrevistas, quer, pelas sugestões e elucidações relativas ao inquérito, mesmo quanto à interpretação dos resultados do mesmo.

Ao Comando Territorial de Leiria e Bombeiros do Distrito de Leiria pela receptividade e apoio.

Aos meus camaradas e amigos, em especial o meu grande amigo Cláudio, incansáveis na ajuda e apoio.

A todos quantos permitiram que a realização deste trabalho fosse possível. A todos, o meu reconhecido agradecimento.

RESUMO

O Homem e as catástrofes naturais travam, desde há longos anos, uma batalha dura e mortífera. Os conceitos vão evoluindo, a tecnologia evolui e o homem também, no entanto, os resultados das catástrofes naturais pouco ou nada se conseguem alterar, muitos autores defendem que estamos hoje mais frágeis. Só uma expugnação da consciência geral na sociedade moderna poderá inverter esta situação.

O primeiro ensejo da presente investigação reúne uma actualização de conceitos, e uma avaliação teórica actual, admitindo considerações acerca das verdadeiras dimensões de uma adversidade à condição humana, que há muito fustiga o seu modo de vida.

A pesquisa expõe a segurança e a actividade das Forças de Segurança em situações de grande complexidade, incidindo na orgânica do sistema de protecção civil em três níveis: estrutura de comando, interligação dos agentes e estrutura de segurança.

Assim, ao nível do comando único, o actual sistema de protecção civil funciona de forma agilizada contribuindo garantidamente para a eficiência do Sistema. Já o conceito de comando único municipal, previsto na Lei, não está a ser aplicado numa maioria dos municípios portugueses e em bom da verdade, o mesmo não produz efeitos.

A GNR preenche competências de segurança e ordem pública na resposta às catástrofes naturais que são indispensáveis para o desenrolar das operações de auxílio e socorro. Além disto, adicionando as valências do GIPS, a GNR constitui-se como um agente de protecção civil muito bem referenciado pela estrutura de emergência nacional.

Por outro lado, a estreita relação que existe actualmente entre os agentes de protecção civil contribui decisivamente para a eficácia do Sistema. No entanto, nesta relação existem lacunas relacionadas com a formação e realização de exercícios de treino conjuntos, que se traduz numa opinião pouco credível dos próprios agentes quanto ao grau de preparação da força.

PALAVRAS – CHAVE: SEGURANÇA; CATÁSTROFES NATURAIS; PROTECÇÃO CIVIL; ORDEM PÚBLICA; EMERGÊNCIA.

ABSTRACT

Man and natural disasters are waging for many years a tough and deadly battle. The concepts are evolving, as technology evolves and we also, however, the results of the natural disasters little or nothing can change; many authors argue that today we are more fragile. Only one expugnation of the general awareness in modern society can reverse this situation.

The first opportunity of the present research brings together an update of concepts and a current theoretical evaluation, admitting considerations about the true dimensions of an hardship to the human condition, that long lashes their way of life.

The research exposes the safety and the activity of security forces in situations of great complexity, focusing on the organic system of the civil protection at three levels: commanding structure, interconnection of agents and security structure.

Thus, at the level of the unified command the current system of civil protection works in a streamlined way contributing to the efficiency of the system. Yet the concept of Municipal Unified Command under the Law is not being applied in the majority of Portuguese municipalities and in good truth, it does not take effects.

The GNR fulfills security and public order skills in response to natural disasters that are essential to the conduct of rescue and relief operations. Furthermore, adding the component of GIPS, the GNR is constituted as an agent of civil protection well referenced by operational commanders.

On the other hand, the close relationship that currently exists between the civil defense agents contributes significantly to the effectiveness of the system. However, in this relationship there are gaps relating to the formation and implementation of joint training exercises, which translates into a barely credible opinion of the agents on the preparedness of the force.

KEY WORDS: SECURITY; NATURAL DISASTERS; CIVIL PROTECTION; PUBLIC ORDER; EMERGENCY.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	I
AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO	iii
ABSTRACT	iii
ÍNDICE GERAL	v
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
ÍNDICE DE QUADROS	x
LISTA DE SIGLAS	xi
LISTA DE ABREVIATURAS	xii
LISTA DE SÍMBOLOS	xiii
CAPÍTULO 1 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO	1
1.1– INTRODUÇÃO	1
1.2 – ENQUADRAMENTO	1
1.3 – JUSTIFICAÇÃO DO TEMA.....	2
1.4 – PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO	2
1.5 – QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO.....	2
1.6 – OBJECTIVOS.....	3
1.7 – HIPÓTESES	3
1.8 – METODOLOGIA E MODELO DE INVESTIGAÇÃO.....	3
1.9 – SÍNTESE DOS CAPÍTULOS.....	4
PARTE I – TEÓRICA	5
CAPÍTULO 2 CATÁSTROFES NATURAIS – O PROBLEMA DA SEGURANÇA	5
2.1 - INTRODUÇÃO	5
2.2 – METODOLOGIA DA PARTE TEÓRICA	5
2.3 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE SEGURANÇA	5
2.4 – O CONCEITO DE SEGURANÇA ACTUAL	6
2.5 – O RISCO.....	8
2.6 – SEGURANÇA NO FUTURO	10

2.7 – IMPLICAÇÕES PARA A SEGURANÇA GLOBAL E A GLOBALIZAÇÃO	11
2.8 – SÍNTESE	12
CAPÍTULO 3 CATÁSTROFES NATURAIS – UMA PERSPECTIVA GLOBAL	13
3.1 – INTRODUÇÃO	13
3.2 – CATÁSTROFES NATURAIS	13
3.3 – RESPOSTA LOCAL E INTERNACIONAL ÀS CATÁSTROGES NATURAIS.....	15
3.4 – DILEMAS RELACIONADOS COM A RESPOSTA AOS DESASTRES NATURAIS .	16
3.5 – A RESPOSTA LEGAL E O SISTEMA DE PROTECÇÃO CIVIL.....	17
3.6 – SÍNTESE	18
PARTE II – PRÁTICA.....	19
CAPÍTULO 4 TRABALHO DE CAMPO	19
4.1 – INTRODUÇÃO	19
4.2 – METODOLOGIA DO TRABALHO DE CAMPO.....	19
4.3 – PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS.....	19
4.4 – ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS.....	20
4.5 – QUESTIONÁRIOS	22
4.6 – MEIOS UTILIZADOS.....	23
4.7 – SÍNTESE	23
CAPÍTULO 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	24
5.1 – INTRODUÇÃO	24
5.2 – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	24
5.2.1 – Análise de conteúdo das respostas à Questão 1	28
5.2.2 – Análise de conteúdo das respostas à Questão 2.....	28
5.2.3 – Análise de conteúdo das respostas à Questão 3.....	28
5.2.4 – Análise de conteúdo das respostas à Questão 4.....	28
5.2.5 – Análise de conteúdo das respostas à Questão 5.....	28
5.2.6 – Análise de conteúdo das respostas à Questão 6.....	28
5.3 – CONCLUSÕES DAS ENTREVISTAS	27
5.4 – ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS	28
5.4.1 – Caracterização da Zona de Acção Escolhida.....	28

5.4.2 – Caracterização Dos Inquiridos	29
5.4.3 – Análise dos Resultados das Respostas dos Inquiridos.....	29
5.5 – CONCLUSÕES DOS QUESTIONÁRIOS	33
CAPÍTULO 6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	35
6.1 – INTRODUÇÃO	35
6.2 – VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES.....	35
6.3 – CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS	37
6.4 – RESPOSTA À PERGUNTA DE PARTIDA E ÀS PERGUNTAS DERIVADAS.....	38
6.5 – REFLEXÕES FINAIS	39
6.6 – RECOMENDAÇÕES.....	40
6.7 – LIMITAÇÕES.....	40
6.8 – INVESTIGAÇÕES FUTURAS.....	40
BIBLIOGRAFIA	41
APÊNDICES	44
A - ENQUADRAMENTO LEGAL E CONCEPTUAL COMUNITÁRIO	45
A.1 – Introdução	45
A.2 – Resposta de emergência na união europeia	45
A.3 – Normativos da união europeia e orientações aos Estados Membros relativamente às matérias de emergência e socorro.....	46
A.4 – Os Estados Membros/Tratado de Lisboa.....	48
A.5 – Tratado da União Europeia (TUE) e Tratado sobre o funcionamento da União Europeia (TSFUR).....	49
A.6 – Alteração ao Mecanismo de protecção civil da Europa	50
A.7 – síntese.....	51
B - ENQUADRAMENTO LEGAL E CONCEPTUAL NACIONAL	52
B.1 – Introdução	52
B.2 – Estados de excepção.....	52
B.3 – Sistema Nacional de Gestão de Crises.....	54
B.4 – Lei de bases de protecção civil	54
B.5 – Autoridade Nacional de Protecção Civil (Decreto-Lei nº 75/2007de 29 de Março) ..	56
B.6 – Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro	57

B.7 – Estado de alerta especial para o SIOPS.....	59
B.8 – O papel da GNR.....	59
B.9 – síntese.....	61
APÊNDICE C - ENTREVISTAS.....	62
C.1 – GUIÃO DE ENTREVISTA	62
C.2 – ENTREVISTA 1	66
C.3 – ENTREVISTA 2	68
C.4 – ENTREVISTA 3	73
C.5 – ENTREVISTA 4	75
C.6 – ENTREVISTA 5	78
C.7 – ENTREVISTA 6	82
C.8 – ENTREVISTA 7	84
C.9 – ENTREVISTA 8	86
C.10 – QUADROS SINOPSE DAS ENTREVISTAS	90
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIOS.....	100
D.1 – QUESTIONÁRIOS.....	100
D.2 – CARACTERIZAÇÃO DETALHADA DOS INDIVÍDUOS	104
D.3 – TESTE ALFA DE CRONBACH	109
D.4 – RESUMO DOS VALORES DE ESTATÍSTICA DESCRITIVA	109
D.5 – APRESENTAÇÃO DETALHADA DOS RESULTADOS DAS RESPOSTAS DOS INQUIRIDOS	112
ANEXOS	129
ANEXO A – NÚMERO DE BOMBEIROS POR DISTRITO	130
ANEXO B - DETERMINAÇÃO DA DIMENSÃO DA AMOSTRA	131

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1 – Etapas do processo de Investigação seguido.....	4
---	----------

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 5.1 - Caracterização da amostra.....	21
--	----

LISTA DE SIGLAS

AM	Academia Militar
ANPC	Autoridade Nacional de Protecção Civil
C	Concordo
CE	Comissão Europeia
CODIS	Comandante Operacional Distrital
CDOS	Comando Distrital de Operações de Socorro
CPP	Código de Processo Penal
CRP	Constituição da República Portuguesa
CT	Concordo Totalmente
D	Discordo
DT	Discordo Totalmente
EUA	Estados Unidos da América
EG	Escola da Guarda
FSS	Forças e Serviços de Segurança
GIPS	Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro
GNR	Guarda Nacional Republicana
IC	Infra-Estrutura Crítica
ICE	Infra-Estrutura Crítica Europeia
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militar
LSI	Lei de Segurança Interna
MAI	Ministério da Administração Interna
NCND	Não Concordo Nem Discordo
OCHA	Gabinete Coordenador de Ajuda Humanitária
OPC	Órgãos de Polícia Criminal
PEPIC	Programa Europeu para Protecção de Infra-estruturas Críticas
SEPNA	Serviço de Protecção da Natureza
SIOPS	Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
SSI	Sistema de Segurança Interna
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TPO	Tirocínio Para Oficiais
UE	União Europeia

LISTA DE ABREVIATURAS

al.	Alínea
apud	Citado em
art.º	Artigo
ed.	Edição
e.g.	Exempli gratia (por exemplo)
et al	Et aliae (e outros – para pessoas)
Etc.	Et cetera (e outros – para coisas)
i.e.	Id est (isto é)
n.º	Número
p.	Página

LISTA DE SÍMBOLOS

n	Número de indivíduos da amostra
λ	Nível de confiança
D	Nível de erro
α	Nível de significância
$Z_{\alpha/2}$	Normal estandardizada
N	População
p	Proporção
s	Desvio padrão
x_m	Média

“Um tempo de turbulência é um tempo perigoso, mas o seu maior perigo é a tentação de negar a realidade.” – Peter Druker

CAPÍTULO 1

APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

1.1– INTRODUÇÃO

O presente trabalho de investigação é desenvolvido no âmbito de Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança, ministrado na Academia Militar (AM), e tem como tema “Catástrofes Naturais: contributos para um modelo de segurança e ordem pública”.

Visa aprofundar os conhecimentos obtidos ao longo da formação ministrada na AM e na Escola da Guarda (EG), sobretudo quanto à procura do conhecimento de forma autónoma investigando uma problemática específica, contribuindo para desenvolver as diversas competências dos futuros Oficiais da Guarda, garantindo ferramentas que possam ser utilizadas no desempenho das suas funções.

A presente pesquisa interage com um tema crítico da vida do Homem, as catástrofes naturais. Os frutos verificados no desenvolvimento destas matérias poderão traduzir-se em ganhos de vidas humanas. Este não é um problema da segurança ou dos agentes de protecção civil, é de todos nós, enquanto cidadãos e enquanto sociedade. Assim, relacionar a actividade da GNR em situações de grande complexidade, como é o caso da possibilidade de ocorrência de uma catástrofe natural, torna-se de singular importância tanto para a GNR, como para os cidadãos em geral.

O capítulo em análise apresenta um enquadramento do tema e justificação, daqui nasce o problema da investigação, as questões de investigação, os objectivos e as hipóteses em estudo, bem como, a apresentação da metodologia e do modelo de investigação, finalizando com uma breve síntese dos capítulos.

1.2 – ENQUADRAMENTO

A ocorrência de catástrofes naturais, com um impacto extremamente negativo em todo o mundo, tem transportado o homem para uma preocupação multidimensional, quer seja ao nível da prevenção (mecanismos de alerta, construções, etc.), quer seja na reacção (estratégias e planos para atenuar a assolação provocada por estes acontecimentos).

As ocorrências dos últimos anos têm deixado transparecer fragilidades evidentes, quer na antecipação quer na resposta, O Tsunami no Oceano Índico em 2004, o Furacão Katrina em 2005, o Terramoto em L'Aquila em 2009, o Terramoto no Haiti e no Chile em 2010 e o Terramoto no Japão em 2011, são apenas exemplos de desastres naturais que recentemente assolaram estas regiões, expondo a todo o mundo um rasto de destruição e morte, demonstrando com evidência que a humanidade deve considerar esforços no sentido de atenuar os efeitos destas ocorrências.

O espaço geográfico da União Europeia, em toda a sua diversidade, tem sido atingido por diversas catástrofes originadas por sismos, incêndios florestais, cheias, entre outros. Deste modo, quer a nível nacional quer a nível internacional as principais entidades não escondem a necessidade de organizar uma estrutura consciente, coordenada e disciplinada que responda de forma eficiente a este conjunto de ameaças.

A segurança é um fim primordial e um importantíssimo factor na gestão de crises. Assim, considerar a actuação das forças de segurança de acordo com os parâmetros da legitimidade e da legalidade, enquadrando-as num modelo conjunto de actuação com o objectivo garantir a prossecução da segurança e ordem pública, são prerrogativas de interesse geral que convém estudar, aprofundar e até testar no sentido de fornecer uma perspectiva global da actuação e relação dos agentes de protecção civil.

1.3 – JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

A escolha do tema resulta da imagem essencialmente trágica que praticamente todos os dias aterroriza pessoas por todo o mundo. As catástrofes naturais fazem parte de um problema da natureza com o qual o Homem é obrigado a viver e a lidar. Estes acontecimentos naturais, afectam gravemente os níveis básicos de sustentação humana, espalham a desordem, destruição e sobretudo, são a causa de perda de milhares de vidas humanas. Estes são alguns dos efeitos que causam insegurança prolongada nos vários escalões sociais.

Deste modo, trata-se de um tema cuja pertinência ultrapassa os objectivos essencialmente didácticos que um trabalho desta natureza oferece ao seu autor, revelando-se essencial, quer a nível institucional quer perante a sociedade.

Numa outra perspectiva, apesar de ser um tema de crucial conveniência para todos, é também um tema pouco desenvolvido, sobretudo na óptica apresentada. Particularmente, porquanto permite uma análise desde a concepção legal até à correlação da actividade operacional em matérias de segurança e ordem pública na resposta à catástrofe, traduzindo-se em resultados contributivos na operacionalização de procedimentos.

Assim, quer pela pertinência social e institucional, quer pelo interesse do autor em matérias de segurança em cenários de excepção, foi designado o tema proposto.

1.4 – PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO

O objecto de estudo desta investigação é identificar e analisar a actual estrutura de protecção civil, considerando o papel das Forças de Segurança em situação de catástrofe natural, sobretudo quanto às matérias de segurança e ordem pública. Pretende-se com esta análise, perceber o modo de funcionamento e coordenação dos agentes de protecção civil, sendo que o objectivo geral será, através de um estudo de caso, caracterizar a relação entre as Forças de Segurança e os restantes agentes de protecção civil no dispositivo territorial, bem como, analisar a preparação e conhecimentos das forças quanto às matérias em análise. Neste sentido a pergunta de partida é: Qual a missão da GNR em matérias de segurança e ordem pública face à ocorrência de uma catástrofe natural?

1.5 – QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Uma vez enunciada a pergunta de partida surgem, depois algumas questões que derivam da questão central, às quais a resposta se revela de crucial importância para o desenrolar do trabalho. Assim, as questões de investigação são:

- Perante a ocorrência de uma catástrofe natural, qual o papel da GNR?

- O actual modelo decorrente da lei permite uma relação de complementaridade entre os agentes de protecção civil a nível operacional?
- Qual a relação hierárquica entre o comando civil e a GNR em situações de catástrofe?
- Qual a frequência de exercícios entre a GNR e os demais agentes de protecção civil?

1.6 – OBJECTIVOS

No sentido de dar resposta às questões de partida e sobretudo ao problema formulado, a estipulação de objectivos específicos tornam-se essenciais à delimitação de toda a pesquisa, assim os objectivos são:

- Analisar o papel da GNR perante a ocorrência de uma catástrofe natural.
- Caracterizar a relação entre a GNR e as demais entidades e agentes de protecção civil.
- Analisar qual o grau de preparação da força, através da frequência de exercícios de treino.
- Analisar a articulação hierárquica das entidades e instituições com responsabilidade durante a ocorrência de uma catástrofe.

1.7 – HIPÓTESES

Após a problematização do problema e tendo presente de que, da questão central e das questões de investigação, surgem hipóteses das quais se subentende de forma obrigatória concepções teóricas e práticas. Assim, as hipóteses definidas são:

H1 – A GNR desenvolve perante a ocorrência de uma catástrofe natural missões de segurança e ordem pública, bem como, participa nas actividades de auxílio e socorro.

H2 – A GNR está preparada para garantir a segurança e ordem pública perante a ocorrência de uma catástrofe natural que afecte a região pela qual é responsável pelo policiamento.

H3 – As forças de segurança pública e os demais agentes de protecção civil têm uma relação de complementaridade.

H4 - Os Agentes de Protecção Civil realizam com frequência (pelo menos uma vez por ano) exercícios de treino para responder a uma situação de catástrofe natural.

H5 – A articulação hierárquica entre os agentes de protecção civil, funciona de acordo com o princípio do comando único legalmente previsto no SIOPS e não interfere na actividade principal da GNR em matérias de segurança.

1.8 – METODOLOGIA E MODELO DE INVESTIGAÇÃO

De acordo com os parâmetros da validade científica, tal com já foi oportuno referir, este trabalho aborda a problemática da segurança e ordem pública durante a ocorrência de uma catástrofe natural, o que leva a uma estruturação e abordagem multidisciplinar com recurso a algumas das metodologias de investigação decorrentes das ciências sociais.

A investigação foi desenvolvida, seguindo as normas dadas pela Academia Militar (2008) e nas partes omissas as indicações propostas por Sarmiento (2008). O estudo, além do capítulo de apresentação, organiza-se numa fase inicial teórica e outra prática.

A parte teórica reúne uma análise bibliográfica e documental específica sobre o tema, partindo do geral para o particular, tais como obras científicas, legislação,

documentos, revistas, entre outros artigos com pertinência nas matérias exploradas. Foi necessário também formular questões de investigação e hipóteses.

Quanto à fase prática, esta seguiu uma metodologia de investigação baseada na observação directa, utilizando entrevistas exploratórias semi-directivas e realizando um inquérito por questionário a uma amostra representativa da GNR e dos Bombeiros de Leiria. Foi seguido o modelo de investigação conforme exposto na Figura 1.1.

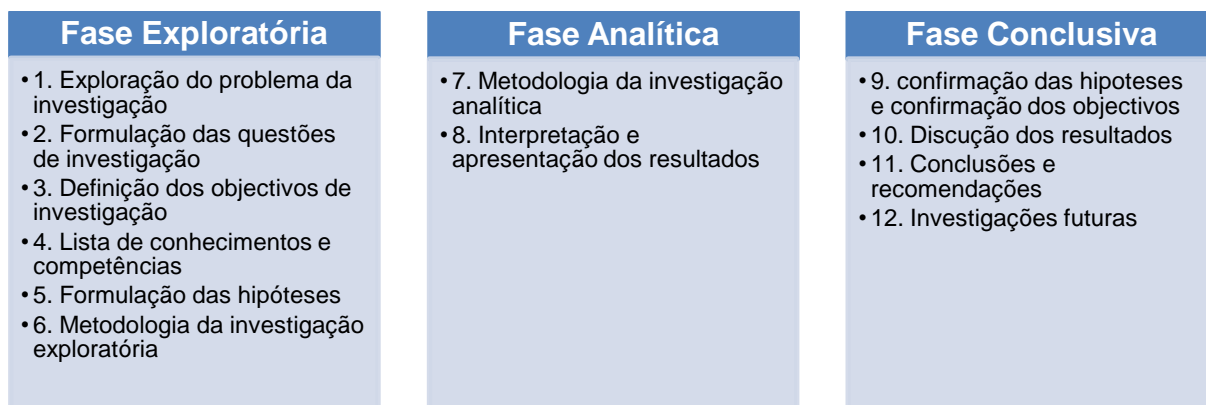


Figura 1.1: Etapas do processo de investigação.

Fonte: Sarmiento (2008, p.9).

1.9 – SÍNTESE DOS CAPÍTULOS

O presente capítulo espelha a investigação, apresentando o tema, o problema, os objectivos, as hipóteses em estudo, a metodologia e o modelo de investigação.

O segundo capítulo, substancialmente teórico, apresenta uma perspectiva da segurança actual ponderando a sua evolução histórica, faz o balanceamento das ameaças e riscos que a segurança está sujeita e apresenta um cenário de futuro enquadrado nas implicações impostas por uma sociedade impulsionada pela globalização.

O terceiro capítulo, ainda de índole teórica, explana o conceito de catástrofe natural, deixando verter as implicações destrutivas que estas têm na organização social. Procede a uma breve análise a alguns acontecimentos de larga escala e que foram objecto de notícia em todo o mundo. Por fim, enuncia as principais características do modelo de protecção civil europeu e português.

O trabalho prático inicia-se com um enquadramento do trabalho de campo efectuado no capítulo quarto. Esta fase desenvolve-se com elaboração de entrevistas efectuadas a uma amostra diversificada que atendessem a um espectro de experiências de comando distintas. Numa fase posterior, expõe a elaboração e resposta a um questionário, permitindo a recolha de informação junto de elementos operacionais.

O quinto capítulo segue os resultados vertidos do trabalho de campo, procedendo a uma análise e discussão dos mesmos. De uma forma sistemática e individualizada, será feita uma avaliação dos resultados quer das entrevistas quer dos questionários.

Por fim, o sexto e último capítulo apresenta as conclusões da investigação, dando resposta à pergunta de partida e às questões derivadas, bem como, valida ou refuta as hipóteses.

PARTE I – TEÓRICA

CAPÍTULO 2

CATÁSTROFES NATURAIS – O PROBLEMA DA SEGURANÇA

2.1 - INTRODUÇÃO

A natureza tem ao longo dos anos demonstrado a sua fúria e esta é uma das principais causas de perda de vidas de forma trágica na Humanidade. A problemática da segurança é também uma questão que acompanha a humanidade desde os tempos a que remonta o conhecimento, e ainda mais quando se trata de segurança em situações extremas, onde estão em causa os mais elementares impulsos de sobrevivência.

Hoje, após uma avalanche de desenvolvimento tecnológico e científico com dimensões que extrapolam os países e continentes, podemos considerar no auge da era da globalização. Contudo, esta epopeia de desenvolvimento não faz transparecer uma esperada tranquilidade quanto às capacidades de enfrentar aquilo a que nos acostumamos de apelar como actos da natureza. Infelizmente, por todo o mundo e num passado muito recente trazemos à memória acontecimentos trágicos, onde a vida humana é devassada sem apego e com efeitos de grande escala.

O presente capítulo apresenta a metodologia da parte teórica, caracteriza o conceito de segurança e a sua evolução histórica até à actualidade. Por fim apresenta, de acordo com a parametrização do objecto de estudo, uma sociedade global na qual emergem novas ameaças e os riscos estão em factor crescente com novos desafios à segurança no futuro.

2.2 – METODOLOGIA DA PARTE TEÓRICA

Um trabalho de investigação aplicada, exige um enquadramento conceptual actual acerca do “estado da arte”, contextualiza o tema e define conceitos de índole teórico que se consideram essenciais para a caracterização do objecto de estudo, bem como, para suportar a componente prática do trabalho.

Assim, numa primeira parte, servindo de base de enquadramento ao próprio trabalho e reflectindo uma pesquisa direccionada para o tema em análise, inicia-se a partir de uma revisão de literatura, seja em obras completas de vários autores, revistas de índole científico, artigos ou documentos elaborados por entidades com relevância nas matérias e documentos legais, através dos quais se reflecte a exigência de um estudo desta natureza, com a obrigatoriedade de abordar elementos teóricos relevantes da actualidade e intimamente ligados com a actividade da Segurança e Catástrofes Naturais.

Assim, o capítulo que se segue introduz o problema da segurança e mais tarde no capítulo das conclusões e recomendações, é efectuada uma ligação da concepção teórica com o estado real da matéria em análise.

2.3 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE SEGURANÇA

Uma busca de conceitos, procurando determinar as principais linhas de caracterização decorrente de um método de relação temporal e contextualização histórica, revela-se de uma utilidade única na medida que é sobre a parametrização dos próprios conceitos que toda a estrutura de pesquisa e análise se vai cimentar.

Assim, na história de evolução humana, podemos caracterizar a sua existência assente nos estímulos próprios da sobrevivência, destacando a segurança como um pilar base da vida humana. Para Alves, (2010, p.20) “A preservação do indivíduo e da sua propriedade é uma das mais velhas actividades do Homem registadas pela História.” Preocupações primitivas no sentido de salvaguardar a vida, levam o homem a organizar-se em grupos de forma a encontrar protecção e sobretudo a utilizar o meio físico em seu proveito. As ameaças eram sobretudo de dois aspectos, uma mais previsível oriunda da vida (humana e animal) e outra menos previsível vinda da natureza, esta última manifestava-se pelas extremidades das temperaturas, chuvas intensas, abalos de terra, entre outros.

De acordo com Alves (2010, p.21) já em 1700 a.C., o homem tinha o chamado Código de Hamurabi, que relacionava várias medidas de protecção e segurança. Estas ameaças levaram o homem a organizar-se em grupos de modo a reduzirem os riscos sujeitos. Muitos autores consideram ainda que destes grupos organizados para protecção própria nasce o primeiro conceito de estado. Daqui se infere a grande questão de que a organização em grupos funciona como complemento de segurança. Desde então e ao longo do tempo, surgiram diferentes unidades políticas (clã, tribo, estado-cidade, império, senhorio feudal, estado-nação) satisfazendo as aspirações fundamentais do homem. Essas unidades políticas foram-se extinguindo e cedendo o lugar a outras quando deixaram de satisfazer as necessidades que estiveram na sua origem. (Alves apud Rocha, 2009, p.10).

Como vimos, a preocupação do homem pela segurança surge quase na “nascença” da humanidade. Por exemplo, para Tomás de Aquino, a segurança existe quando se evita um mal, assim talvez se considere a segurança pela ausência do perigo.

O termo Segurança é motivo de diversas considerações, utilizado em diferentes contextos e para diferentes situações sem que exista um entendimento único e global, pelo que se impõe a sua clarificação. Etimologicamente, a palavra Segurança deriva do latim «securus» e significa um estado ou situação livre de perigo, viver sem preocupações.

O sentimento de perigo relaciona-se com a possibilidade de ocorrência e com o valor que é afectado, assim “é aceitável que a Segurança seja considerada como valor relativo, na medida em que há riscos que são aceitáveis, dada a sua improbabilidade de se verificarem ou porque, a verificarem-se, afectam interesses de valores pouco significativos quando comparados com os custos necessários ao seu afastamento.” (Rocha, 2009, p.11).

Deste modo, ao longo dos tempos a segurança foi-se estruturando e passou a ter uma abrangência cada vez maior, seja no domínio político, militar, económico, social e ambiental.

Nos nossos dias, a segurança é inúmeras vezes entendida como um dos fins do Estado, ou seja, a organização política Estado é responsável por garantir segurança, e como retorno incondicional para conseguir a retribuição deste sentimento, o cidadão abdica e aceita de forma voluntária a limitação dos seus direitos individuais.

2.4 – O CONCEITO DE SEGURANÇA ACTUAL

A actualidade transmite uma visão mais abrangente do significado de segurança, quer através de intervenções constantes no quadro legal, evidenciando um furor de

preocupação por parte do Estado e cidadãos ao nível da segurança, quer através das intervenções públicas que surgem em catapulta no sentido de organizar um sentimento comum de tranquilidade e ausência de risco.

Hoje, a segurança corresponde nas sociedades ocidentais ao estatuto de bem público e de direito fundamental quase sempre integrado na ideia de desenvolvimento e contemporaneidade. Assim, a produção de segurança significa, de acordo com um estudo elaborado por Nuno Severiano Teixeira, Nelson Lourenço e Nuno Pirraça (2006), controlar os riscos e diminuir os níveis de insegurança, partindo de um estado pessoal e simultaneamente um processo de interacção social tendo como objectivo gerar e assegurar a confiança e a ordem com vista a manutenção e controlo dos riscos decorrentes da imprevisibilidade da intervenção social.

Deste modo, de uma perspectiva mais sociológica e não tanto estatal, a segurança surge como “o estado ou condição que se estabelece num determinado ambiente, através da utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à condução de actividades, no seu interior ou em seu proveito, sem rupturas.” (Alves, 2003, p. 32).

A segurança deixa assim de figurar apenas na esfera da ordem pública e começou a ter um papel preponderante na economia, na cultura, na religião, enfim na sociedade. A condição da sociedade contemporânea comporta-se criando condições de segurança, não apenas numa perspectiva de segurança estado/nação, mas também ao nível individual, são exemplos desta vertente, o subsídio de desemprego, as inúmeras apólices de seguros, assistência na doença, a reforma. Ou seja, existe na sociedade actual uma constante preocupação com a procura de construção de um sentimento de segurança.

Numa outra perspectiva, realçando a condição humana como um ser a quem o direito à vida se torna inviolável, pode-se dizer que a segurança se revela como “uma necessidade da pessoa e dos grupos humanos e um direito inalienável do homem e das nações permite ter uma noção de protecção ou de tranquilidade face a ameaças ou acções adversas à própria pessoa, às instituições ou a bens essenciais existentes ou pretendidos.” (Escola Superior de Guerra, 1981).

Com as propostas e reformas do Sistema de Segurança Interna em Portugal, pode-se deduzir a necessidade de actualização e sobretudo quanto à forma como se responde às necessidades de segurança ditadas pelas profundas mudanças que ocorreram nas últimas décadas no Mundo. A segurança é agora, como já foi possível observar, um bem público e direito fundamental que exige uma política transversal e uma mobilização social que resulta da interacção e integração de múltiplos actores. Ora esta mobilização social, envolve uma consequente abdicação de liberdade no sentido de se salvaguardar o grupo em detrimento do “eu” individual, como tal, deve existir um balanceamento ou se quisermos equilíbrio entre a liberdade individual e colectiva.

Para Teixeira, Lourenço e Piçarra (2006, p.25), a segurança passou a tratar-se de “uma *multi-level governance*, em que a segurança é produzida e fornecida em níveis horizontalmente diferenciados, mas verticalmente articulados”, cabendo assim a todos uma quota-parte responsabilidade pela produção da segurança, deixando de pertencer apenas ao Estado, mas envolvendo também os cidadãos. Seguindo a linha de pensamento destes

autores, facilmente nos apercebemos que a segurança não se trata apenas do uso da força, mas que passa também a “distribuir-se ao longo de um *continuum* que varia entre o *soft power* e o *hard power*. Um *continuum* que varia entre, por exemplo, prestar socorro a vítimas de uma catástrofe natural ou regular conflitos pela via da negociação e, no extremo oposto, o uso directo de coacção com a utilização da força física ou das armas de fogo.” (Teixeira, Lourenço e Piçarra, 2006, p.34).

Por fim, já com alguma demonstração podemos inferir, de acordo com uma perspectiva organizacional, que “a segurança pode ser vista como sendo uma actividade profissional bem demarcada nas sociedades mais desenvolvidas, cujo exercício qualificado exige formação adequada e da qual não cessa de aumentar a importância nas sociedades modernas.” (Alves, 1994, p. 4 e 5).

2.5 – O RISCO

A actualidade tem vindo a desenvolver grandes avanços na área da previsão, e através dos dados estatísticos e da experiência recente tem demonstrado as vulnerabilidades das sociedades contemporâneas. Por um lado, o facto de mais de metade da população mundial, segundo as estimativas, fazer parte de aglomerados populacionais urbanos, expõe os cidadãos a elevados riscos naturais e tecnológicos. Por outro lado, as estruturas sociais e político-administrativas das cidades e dos países nem sempre acompanham as necessidades de avaliação que esta concentração populacional exige.

De acordo com Távora (2011), a escassez de noção dos riscos e o seu desprezo, são as principais fragilidades das políticas públicas, pois esta noção dos riscos, das causas que lhes subjazem e das respectivas medidas de prevenção e autoprotecção, é um elemento essencial de formação geral das sociedades contemporâneas.

Segundo o relatório anual “*global Risks*” do *World Economics*, podem-se considerar os riscos globais em 5 grandes divisões, os riscos económicos (e.g. preço do petróleo, crise financeira), geopolíticos (e.g. terrorismo, proliferação de Armas de Destruição Massiva, criminalidade organizada transnacional), ambientais (e.g. tempestades, inundações, sismos), societários (e.g. pandemias, doenças víricas) e tecnológicos (e.g. falhas de sistemas e comunicações, perda de dados, incidentes de segurança informática). Com base nesta síntese de riscos, pode-se facilmente deduzir uma série de factores, com impacto globalizado, e que trazem consigo consequências para a segurança das populações, a acção governativa e até provavelmente a defesa nacional.

As razões que estão por detrás de milhares de vítimas registadas pela ocorrência de algumas catástrofes recentes demonstram que poderia ter sido feito algo mais e que aquelas resultam também de uma cultura de ensino que não fomenta convenientemente a responsabilidade individual e a capacidade de reacção dos seus cidadãos.

De acordo com Alberto (2011), as catástrofes naturais são um risco iminente tornando-se respectivamente uma ameaça à segurança. Neste particular, surge também uma necessidade de avaliar sobretudo as infra-estruturas críticas no sentido de garantir a sua protecção e por sua vez, atenuar os efeitos que uma catástrofe natural ou um acto de terrorismo possa ter nestas infra-estruturas.

A Comissão Europeia (CE) lançou em 2005 o Programa Europeu para Protecção de Infra-estruturas Críticas (PEPIC), através do qual, se caracterizam objectivos como a identificação e classificação destas Infra-estruturas Críticas (ICs).

Alberto (2011, p.14) considera os riscos inerentes nas ameaças às ICs e salienta a necessidade de efectuar um “planeamento de contingências, identificando as vulnerabilidades das ICs face a cenários de ameaça e implementando mecanismos de protecção, prevenção e resposta a estas ameaças”.

O PEPIC, através da directiva Europeia nº 2008/114/CE de 8 de Dezembro, estabelece os procedimentos para identificação e designação de infra-estruturas Europeias e uma abordagem para a avaliação da necessidade de melhorar a sua protecção. Esta directiva, transposta para o ordenamento jurídico Nacional através do Decreto-lei nº 62/2011 de 9 de Maio, refere na alínea a) do artigo segundo que a infra-estrutura crítica é o “componente, sistema ou parte deste situado em território nacional que é essencial para a manutenção das funções vitais para a sociedade, a saúde, a segurança e o bem-estar económico ou social, e cuja perturbação ou destruição teria um impacto significativo, dada a impossibilidade de continuar a assegurar essas funções”. A infra-estrutura crítica europeia (ICE) é a IC localizada num Estado Membro e cuja destruição tem impacto pelo menos em dois Estados.

Alberto (2011, p.16) salienta também que após a primeira fase do Programa Nacional de Protecção de Infra-estruturas Críticas (PNPIC), lançado pelo Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência em 2007, foram registados em Portugal cerca de 12000 ICs e que do cruzamento da informação destas ICs com as potenciais ameaças, poder-se-á concluir que 65% das ICs estão localizadas em zonas de sismicidade elevada. Estamos assim perante uma problemática que nunca antes foi levantada de forma tão crítica e tão objectiva, ou seja, perante um quadro de ameaças é elaborada uma análise aos riscos e o seu resultado torna evidente a necessidade de projectar medidas de fundo para evitar maiores danos no futuro. Estas medidas, de acordo com Alberto (2011) passam inicialmente por envolver o sector privado juntamente com o Estado, dado que uma maioria destas ICs se encontra no sector privado.

O modelo instituído no Reino Unido enfatiza a colaboração entre o Estado e as empresas. De acordo com este modelo, o planeamento e resposta de emergência estão alicerçados na análise do risco, interessando sobretudo, garantir que as “entidades core de emergência do Estado (polícia, bombeiros, ambulâncias, autarquias e saúde pública) não são afectadas na sua capacidade de agir pela própria emergência.” (Alberto, 2011, p.17), de acordo com este modelo, estas entidades também são responsáveis pela formação na gestão de continuidade de negócio às empresas locais, normalmente esta formação é assegurada pela polícia.

Alberto (2011) destaca que após as cheias no Verão de 2007 que assolaram o Reino Unido, o governo solicitou uma avaliação aos acontecimentos com vista a obter melhores resultados no futuro. Desta avaliação destaca-se a necessidade de adoptar um programa com vista à redução do impacto das catástrofes naturais nos serviços essenciais,

identificando as vulnerabilidades de cada IC e garantir que estes são testados todos os anos quanto à sua capacidade de resistir e de darem continuidade aos seus serviços.

Seguiu-se também uma série de publicações com a finalidade de transmitir planos e linhas de orientação para os diversos sectores envolvidos. Estes planos integram também a necessidade da gestão de continuidade de negócio onde reflecte a capacidade de cada instituição ou empresa, de dar continuidade às suas tarefas e funções.

Em Portugal, a consultora KPMG desenvolveu em 2010, face ao crescente número de ocorrências naturais (e.g. nuvem de cinzas do vulcão islandês, o temporal na ilha da Madeira, os terramotos no Haiti e Chile, e a ameaça de pandemia de H1N1), um estudo, que balanceasse questões do género, e se acontecer uma catástrofe em Portugal? Estarão as instituições e as empresas portuguesas preparadas para enfrentar os riscos da actualidade? O estudo, reflecte a gestão de continuidade de negócio com o objectivo de perceber qual o nível de resiliência das empresas portuguesas à adversidade.

Partindo já para uma análise aos resultados deste estudo, verificou-se que as preocupações essenciais resultavam de dois factores, falhas nas comunicações e o absentismo dos colaboradores em geral. No entanto, de acordo com o mesmo estudo, cerca de 80% das empresas já iniciaram um programa de gestão de continuidade de negócio, mas na verdade este programa verifica-se apenas em alguns cenários para uma pequena amostra de situações específicas mais relacionadas com a sobrevivência económica.

A gestão da continuidade de negócio acaba por ser um mecanismo com efeitos muito reduzidos em Portugal, uma vez, que ainda não existe uma preocupação sustentada no topo das organizações, instituição e empresas. Gomes (2010), salienta que a gestão de continuidade de negócio é uma espécie de seguro de vida das organizações e requer um modelo de governo adequado e um esforço contínuo de actualização, que contribua para melhorar a capacidade de resposta da organização.

Em suma, a análise do risco, baseada em cenários de ameaça, de forma a identificar as vulnerabilidades e o impacto nas organizações e empresas do sector público e privado, é um aspecto crucial na subsistência social, convergindo para uma preocupação comum de segurança.

2.6 – SEGURANÇA NO FUTURO

James Canton, um conhecido autor e consultor que trabalhou mais de trinta anos para a Casa Branca em Washington, apresenta uma perspectiva sobre as principais tendências que mudarão o mundo num futuro muito próximo. A segurança é um dos pilares sobre o qual sustenta alterações drásticas no futuro e que a concretizarem-se essas alterações, assistiremos a uma nova imagem do mundo.

Os vectores sobre os quais apontam os principais riscos para a segurança no futuro assentam entre outros, no elevado risco de bioterrorismo, o risco de pandemias extremas e alterações climáticas com uma relação directa no incremento de catástrofes naturais. Por exemplo, segundo Canton (2006), o aquecimento global aumentará em 2020 em cerca de 14% surtindo de imediato 15 milhões de pessoas em risco iminente.

O 11 de Setembro é assumido por muitos autores como um marco de viragem no actual conceito de segurança, traduzindo-se sobretudo na necessidade de reavaliar os riscos e reconsiderar as ameaças que nos rodeiam, pois “os riscos que iremos enfrentar no futuro serão novos, complicados, sérios, difusos e radicais. Estas ameaças à nossa vida, saúde, sociedade e até à nossa percepção do que é ser humano irão frustrar a nossa capacidade de lidar com o futuro.” (Canton, 2006, p.230).

Considerando ainda os riscos que se colocam e colocarão no futuro à segurança, pode-se ainda salientar que existe uma forte vulnerabilidade em praticamente todo o mundo que resulta da incapacidade de proteger as reservas de alimentos e de água. Deste modo, e num futuro muito próximo a salvaguarda da vida reside também na salvaguarda de bens de sustento próprio e será com base nesta premissa que a civilização, seja como Estado/Nação ou seja de forma individual, terão que se organizar e precaver. Nesta área em particular, exige-se que “mais conhecimento, treino, inovações e investimento terão que ser dedicados à segurança do nosso futuro.” (Canton, 2006, p.259).

2.7 – IMPLICAÇÕES PARA A SEGURANÇA GLOBAL E A GLOBALIZAÇÃO

Os desastres destacados na última década são grandes em escala, em impacto e extensos em estragos. A focalização inicial vai para a insegurança, coordenação na resposta e principais dilemas. Todavia, o impacto dos desastres foi sentido para além dos problemas individuais, das comunidades e regiões, na verdade afectaram o sistema global. Ms. Emily Munro, coordenadora responsável pelos seminários e assuntos académicos do Centro para a Política de Segurança em Genebra, apresenta em 2006 o tema das “catástrofes naturais, globalização, e implicações para a segurança global” e destaca as catástrofes naturais, retirando ilações e lições de actuação para o futuro de acordo com:

1º- A extensão do impacto humano, que devido aos teores da globalização (quer por razões económicas quer por razões de turismo), bem como a abrangência dos meios de comunicação, estas catástrofes tem um impacto fortíssimo principalmente ao nível emocional.

2º- Multiplicidade de actores e a facilidade na troca de informação, como já foi visto, estes acontecimentos exigem o envolvimento de um elevado número de actores nacionais e até internacionais. Por outro lado, a globalização tornou a informação imediata e actual (principalmente com o uso da internet), que permite mover mais facilmente a ajuda e disponibiliza-la para as necessidades directas.

3º- Zonas de conflito, o exemplo do Tsunami no oceano Índico em Dezembro de 2004, este afectou duas zonas de conflito, Aceh (Indonésia) e Sri Lanka. Desta forma, o Tsunami teve um impacto positivo na criação da paz em Aceh com acordo de paz assinado. Já quanto a Sri Lanka, o Tsunami não teve esse efeito, até aumentou as hostilidades.

4º- Geopolítica, os Estados são actores fundamentais e são estes que providenciam a maior quantidade de fundos. O exemplo do Tsunami, apresenta um interessante caso de estudo na assistência das catástrofes naturais, o governo Australiano desempenhou um papel central no sudoeste Asiático (Indonésia), seguido pelo Japão, EUA, Índia e Singapura. É interessante analisar que a China tenha sido limitada na resposta e a Índia demonstrou o seu crescendo poder ao recusar ajuda externa. A forte presença militar na Indonésia

colocou o seu governo com um nervosismo especial. Como podemos ver, através destes exemplos, a segurança global e a globalização ajudam-nos a perceber que os desastres naturais não acontecem isolados, antes pelo contrário as suas implicações são de carácter geral.

2.8 – SÍNTESE

O capítulo em conclusão reflectiu fundamentalmente o conceito de segurança e o alargamento do conceito de segurança à identificação de ameaças e riscos, que condicionam de forma absoluta a segurança perante a ocorrência de situações de catástrofe.

Numa primeira fase, conclui-se que a segurança é uma preocupação que sempre fez parte do quotidiano humano, inicialmente numa perspectiva mais individual e mais tarde numa perspectiva mais social e de organização.

A segurança é hoje assumida como um processo complexo, sendo um bem público e direito fundamental que exige uma política transversal e uma mobilização social que resulta da interacção e integração de múltiplos actores. Assim, a segurança é observada em vários níveis a considerar, isto é, a preocupação actual não designa apenas eventuais colisões e conflitos entre vários indivíduos de uma sociedade, mas é também segurança a outros níveis que complementam a condição humana como por exemplo o apoio, prestação de socorro e auxílio em catástrofes naturais.

Por outro lado, como pêndulo da segurança surge a obrigatoriedade de considerar o risco e identificar ameaças, este é o ponto de partida para a análise sustentável dos níveis de segurança numa perspectiva geral. As catástrofes naturais são uma ameaça constante e um risco iminente à segurança. Como tal, um exemplo de risco evidente trazido até nós pelos desastres naturais é caracterizado pelas infra-estruturas consideradas de extrema importância para a sobrevivência da sociedade tal como a conhecemos. Desta forma, devem ser identificadas infra-estruturas críticas e impulsionar-lhe um grau de resiliência superior diminuindo o risco de serem afectadas. As Forças de Segurança tem um papel preponderante na protecção das infra-estruturas críticas, devendo por seu lado, ser também um dos actores com grande capacidade de resiliência e não serem afectados, bem como, os restantes agentes de protecção civil.

O futuro trará grandes desafios à segurança, e de forma total podemos considerar ameaças com repercussões à escala global. O incremento de catástrofes naturais no futuro é uma premissa aceite por um grande número de autores e a solução passará por investir cada vez mais nestas matérias, no sentido de aprofundar conhecimentos, realizar mais treinos e inovar. Investir na segurança é investir no futuro.

Em suma, este capítulo apresenta uma perspectiva da segurança actual considerando a sua evolução histórica, faz o balanceamento das ameaças e riscos que a segurança está sujeita e apresenta um cenário de futuro enquadrado nas implicações impostas por uma sociedade impulsionada pela globalização.

CAPÍTULO 3

CATÁSTROFES NATURAIS – UMA PRESPECTIVA GLOBAL

3.1 – INTRODUÇÃO

Após ter sido apresentado um panorama do passado, presente e futuro da segurança, e sobretudo quanto ao nível de preocupação e consternação que esta deixa reflectir na sociedade, interessa agora abordar um factor com o qual a segurança está intrinsecamente ligada, as catástrofes naturais.

Este capítulo pretende definir o conceito de catástrofe natural e caracterizar a abrangência dos esforços efectuados relativamente ao amenizar dos estragos provocados por estas, seja nível local ou internacional. Por outro lado, o capítulo em análise serve também para apresentar os principais dilemas que alguns autores apontam na resposta á catástrofe.

Por fim, de forma sintética, é elaborada uma abordagem à estrutura legal europeia e nacional da resposta de emergência, bem como, uma pequena afloração das missões da GNR nas matérias em estudo.

3.2 – CATÁSTROFES NATURAIS

Ao longo dos tempos, as catástrofes naturais sempre foram acontecimentos caracterizados como súbitos e com origem na natureza, o que os torna na maioria das vezes imprevisíveis, provocando a desordem, lançando o caos, fazendo vítimas e com danos materiais elevados.

As catástrofes naturais assumem assim implicações directas na segurança das pessoas, alteram drasticamente as condições de vida e provocam colapsos de grandes dimensões na estrutura socioeconómica de um país.

No sentido de caracterizar melhor estes eventos aterrorizadores, será necessário criar uma retrospectiva do passado e analisar o impacto do comportamento humano na natureza. Assim, se durante muitos anos a causa dos impactos destas ocorrências eram sobretudo naturais (sismos, furacões, cheias, erupções vulcânicas), o mesmo não se poderá dizer após a grande intervenção do homem na natureza sobretudo a nível tecnológico e que muitos autores não hesitam em ligar ao aumento súbito de desastres naturais. Esta agravção gerada pelo comportamento humano, que muitas vezes constrói processos de ruptura entre a natureza e o sistema social, agrava os efeitos das catástrofes com comportamentos irreflectidos e desleixados, como por exemplo, irresponsabilidade na construção e ordenamento do território que provocam impermeabilização dos solos e alterações dos cursos normais da água.

Hoje, são as sociedades mais pobres, com menor grau de desenvolvimento e sobredimensionadas a nível populacional que mais sofrem com o impacto destas acções da natureza, porque além de terem um excesso populacional, as preocupações, considerações, planos ou outros perante a ocorrência destes eventos são nefastos.

A definição de catástrofe natural gerada na Lei nacional e internacional refere que se trata de acidente grave ou a série de acidentes graves, com origem em fenómenos da natureza, susceptíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e, eventualmente,

vítimas, afectando intensamente as condições de vida e o tecido socioeconómico em áreas ou regiões de um ou mais Estados.

De acordo com Alves (2010), as catástrofes naturais assumem em linguagem corrente um significado de fatalidade ou desgraça e atendendo às necessidades de definição conceptual, o presente trabalho não distinguirá catástrofe de desastre, considerando os mesmos sinónimos, significando “situações causadoras de danos consideráveis e destruições que ultrapassam e condicionam a capacidade de resposta das autoridades locais” (Cusson apud Alves, 2010, p.61).

O Centro para a Política de Segurança em Genebra desenvolveu em 2006 um estudo com o tema “Catástrofes Naturais, Globalização, e Implicações para a Segurança Global” editado e publicado em 06 de Dezembro de 2006 pelo Dr. Nayef R.F. AL-Rodhan (Director do programa sobre as implicações geopolíticas da globalização e segurança internacional). Este estudo segue uma série de publicações, de acordo com as alterações, problemas e recomendações políticas num plano multidimensional da segurança e globalização.

Ms. Emily Munro, coordenadora responsável pelo tema apresentado, salienta a frequência de acontecimentos relativos a desastres naturais nos últimos três anos (até 2006, referência cronológica do artigo) e enfatiza “o custo humano” e consequências naturais destas catástrofes.

Em base de comparação, a autora evidencia a resposta e movimentação internacional exigida em três catástrofes ocorridas em locais distintos do globo terrestre (Tsunami no oceano Índico em 26 de Dezembro de 2004, o Terramoto no Paquistão em 08 de Outubro de 2005 e o Furacão Katrina nos Estado Unidos da América em 29 de Agosto de 2005), correlacionando estes acontecimentos com a complexidade de coordenação, nacional e internacional face ao impacto e à capacidade de resposta que este tipo de ocorrência requer, bem como, enaltece o tipo de política e desafios para a segurança do Homem face á ocorrência de desastres naturais.

Munro (2006) transparece uma enorme ênfase nos dados numéricos que estas catástrofes apresentaram ao mundo. De facto os resultados são assustadores, com o tsunami cerca de duzentos e seis mil mortos em 12 países e milhares de desalojados com carências ao nível dos princípios básicos de vida. Estes são números evidentes do panorama de desordem, desgosto e terror. Na realidade, este paradigma não é preocupação só de uns, e o katrina é exemplo disto mesmo, este cenário devastador não poupou nem mesmo uma potência mundial, os Estados Unidos da América.

Munro (2006) apresenta os maiores desafios para as comunidades locais e internacionais em termos de ajuda e respostas imediatas, considerando ser:

- Habitação: um efeito imediato das catástrofes é a destruição das habitações.
- Segurança interna: a falta de habitação gera uma reacção imediata por parte das autoridades de segurança locais e internacionais no sentido de criar habitação temporária e assistência imediata.

- Cuidados de saúde: mesmo quando alguns serviços estão disponíveis, o seu acesso é muito restrito e complicado face à escassez de meios e à falta de capacidade dos sistemas sanitários, que na maioria das vezes também são afectados.
- Efeitos psicológicos: a ajuda psicológica é tão necessária de forma imediata como a longo prazo, isto porque os traumas causados poderão ser irreversíveis.
- Grupos vulneráveis: mulheres, crianças, idosos, pobres, incapacitados, estes grupos são os principais afectados e em adição, outros problemas como os estragos em infra-estruturas relacionado com a incapacidade destas pessoas se poderem rapidamente restabelecer enfatiza de forma contundente o sentimento de insegurança que se apropria imediatamente na população em geral.

3.3 – RESPOSTA LOCAL E INTERNACIONAL ÀS CATÁSTROFES NATURAIS

As catástrofes requerem respostas imediatas planeadas a longo prazo com estratégias sustentadas para levar às áreas afectadas condições de segurança e conforto. Assim, torna-se imperiosa uma eficaz coordenação das respostas. Por exemplo, o desafio que Katrina trouxe aos EUA foi liderado pela Agência Federal para a Gestão de Crises (FEMA) que foi desmantelada atendendo ao seu insucesso, que por sua vez se deu devido à deficiente coordenação e ausência de decisões apropriadas.

Quanto ao terramoto no Paquistão, foi o local onde se usou pela 1ª vez um novo conceito de actuação comportado pelas Nações Unidas e outras organizações, tal como, a Organização Internacional da Migração (para o sector da habitação). A operação foi liderada, representada e apoiada pelo Gabinete Coordenador de Ajuda Humanitária das Nações Unidas (OCHA) com o apoio do governo Paquistão que estabeleceu imediatamente uma comissão de apoio à coordenação das operações.

Relativamente à resposta dada ao Tsunami no Oceano Índico em Dezembro de 2004, esta foi muito complicada devido à enorme área afectada juntamente com o número de países a necessitar ajuda diversificada. Aqui, foi necessário estabelecer um corpo de coordenação com programas de recuperação das zonas mais afectadas alcançando uma simetria de apoio com as agências e comités no desastre confinados por membros das Nações Unidas. Assim, o OCHA foi tão importante no Paquistão como este corpo de coordenação na recuperação dos danos do Tsunami.

O OCHA revela também, num contexto temporal mais recente, que a resposta é diferenciada de acordo com o local de ocorrência. Por exemplo, no Japão a 11 de Março de 2011, instalou-se uma situação de desespero disseminada pela destruição e pelo caos provocado pelo terramoto e tsunami que assolaram o país. Este cenário foi testemunhado praticamente em directo por todo o mundo e poucas diferenças se identificavam nos desastres presenciados no Haiti e no Chile, em 2010. Mas, ao contrário dos países ocidentais, o Japão enfrenta a crise humanitária de uma forma mais organizada e menos violenta. Durante toda a tragédia, praticamente não houve nenhum episódio de roubo ou violência registado, exactamente o contrário do que ocorreu no Haiti, que precisou da intervenção do Exército e de forças da ONU, e por exemplo na cidade chilena de

Concepción, que teve de decretar toque de recolher após quase todas as lojas da cidade terem sido pilhadas¹.

Estes cenários exigem uma resposta diferenciada quanto às necessidades objectivas de segurança. Como tal, a resposta deve ser enquadrada com o contexto socio-cultural da região afectada, baseada sobretudo na experiência e preparação anterior da população em lidar com a catástrofe.

Ronan Alves Pereira, professor de estudos japoneses da Universidade de Brasília, salienta a preparação de toda a população japonesa, uma vez que o país tem sido muitas vezes fustigado por grandes tragédias, a preparação é superior. Salienta também que o Haiti não tinha qualquer preparação e o nível de investimento público para fazer face a catástrofes não se aproxima sequer do investimento do Japão².

Organizações internacionais enviaram equipas de ajuda para o Japão. Mas, de acordo com a porta-voz do gabinete da ONU para a OCHA, Elisabeth Byrs, a organização não planeou organizar uma operação de maior assistência, porque apesar de o país enfrentar três emergências graves: uma pelo terramoto, outra pelo tsunami e outra de carácter nuclear, o facto era que as entidades nacionais responsáveis pela resposta e a população em geral lidaram muito bem com o desastre, salientando que se tratava do país mais bem preparado para esse tipo de catástrofe, “Não estamos a falar do Haiti ou do Paquistão. Os japoneses são treinados desde pequenos para lidar com terremotos e têm muita disciplina e calma”, (Byrs, 2011)³.

3.4 – DILEMAS RELACIONADOS COM A RESPOSTA AOS DESASTRES NATURAIS

Seguindo a argumentação apresentada por Munro (2006), verifica-se que é necessário distinguir que as catástrofes naturais acontecem em todos os cenários políticos e sociais que conhecemos, isto porque estes desastres podem ocorrer em qualquer parte do mundo afectando os recursos de recuperação e reconstrução local de acordo com:

Ambiente, que fica fragilizado e vulnerável nas zonas onde ocorrem, podendo arruinar as protecções naturais para estas catástrofes, por exemplo, os Tsunami que arrasam os recifes naturais.

Níveis de desenvolvimento, por exemplo, os baixos níveis de desenvolvimento do Paquistão e Haiti levaram a requerer um estado de “pro-pobreza”.

Focalização, atenção e cobertura internacional dos média, por exemplo, o Tsunami no Oceano Índico ocorreu a 26 de Dezembro de 2004, ou seja, em época de natal, o facto de acontecer numa altura do ano onde a maior parte da população mundial se encontra num espírito de fraternização foi suficiente espalhar uma onda de indignação e também para ampliar o número dos donativos.

¹ Fonte: Agência Lusa em www.lusa.pt acedido em 14 de Março de 2011 às 22h.

² Entrevista cedida por Ronan Pereira ao Jornal Ibahia.

³ Entrevista cedida por Elisabeth Byrs ao Jornal Ibahia.

Economia, estas catástrofes não afectam apenas as áreas afectadas, mas sim uma área abrangente bem maior, que de certo modo depende directa ou indirectamente da região afectada.

Por outro lado, uma grande parte da sociedade actual mantém o dilema do crescimento desordenado dos centros urbanos, com pouco envolvimento da fiscalização nas construções, que resultará obrigatoriamente num modelo de resposta mais complexo e mais dificultado devido ao excesso populacional e às construções desenfreadas com pouca resiliência relativamente à ocorrência de desastres naturais.

Outra perspectiva relevante para organizar a resposta recairá no nível de desenvolvimento sócio cultural, que normalmente acompanha os níveis de desenvolvimento económico, mas que também deve ser considerado o modo como as pessoas se relacionam socialmente e o seu grau de intervenção social. Podemos identificar quase sem dificuldade, que numa mesma localidade organizada num patamar político local, exemplo das freguesias nos municípios, existem bairros com grande intervenção social e outros que praticamente não interagem socialmente.

3.5 – A RESPOSTA LEGAL E O SISTEMA DE PROTECÇÃO CIVIL

A resposta de emergência e a segurança são dilemas individuais e colectivos que tendem a estreitar cada vez mais a relação de cooperação entre os Estados Membros⁴. Assim, existem principalmente duas peças normativas que enformam a actual estrutura de protecção civil Europeia, são elas, a Decisão nº779 de 8 de Novembro de 2007 da Comunidade Europeia, que institui um mecanismo comunitário de Protecção Civil, e a Decisão do Conselho Europeu nº 162 de 2007 que institui um instrumento financeiro de Protecção Civil.

A decisão 2007/779/CE de 8 de Novembro de 2007 que de acordo com o seu artigo 1º surge fundamentalmente com o objectivo de sustentar o mecanismo comunitário destinado a facilitar uma cooperação reforçada entre a Comunidade e os Estados-Membros da intervenção da protecção civil em caso de emergência grave, ou a ameaça iminente⁵.

No contexto Nacional, analisar a estrutura organizacional da protecção civil e enquadrar o contributo da GNR nesta estrutura, demonstra efectiva utilidade e torna-se indispensável na compreensão e verificação dos resultados e conclusões em conspécção no presente trabalho⁶.

Em cenários de crise, que numa escala de gravidade se pode situar entre a normalidade e a guerra, torna-se urgente tomar decisões e considerar acções imediatas. O Sistema Nacional de Gestão de Crises (SNGC)⁷ visa organizar os meios existentes, no sentido de fornecer apoio ao Primeiro-Ministro no processo de tomada de decisão.

Com entrada em vigor da Lei nº 27/2006, de 3 de Julho, é aprovada a Lei de Bases de Protecção Civil e a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) através do Decreto-lei

⁴ Ver Apêndice A – Enquadramento legal e conceptual comunitário

⁵ Ver Apêndice A.2

⁶ Ver Apêndice B – Enquadramento legal e conceptual nacional

⁷ Ver Apêndice B.3

75/2007 de 29 de Março, tomou um papel fundamental no âmbito do planeamento, coordenação e execução da política de protecção civil. Numa perspectiva de segurança, a Lei 27/2006 prevê a limitação dos efeitos destes eventos através da protecção de pessoas e bens e valores culturais, ambientais ou de elevado interesse público.

O Decreto-Lei nº 134/2006 de 25 de Julho cria o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS), definindo-o como “o conjunto de estruturas, normas e procedimentos de natureza permanente e conjuntural que asseguram que todos os agentes de protecção civil actuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respectiva dependência hierárquica e funcional” (nº1 do artigo 1º do Decreto-Lei 134/2006)⁸.

Relativamente à GNR⁹, esta tem obrigatoriedade de prestar auxílio às pessoas em perigo e utiliza todas as suas unidades para o efeito. Assim, de acordo com a lei orgânica da GNR, constituem atribuições da Guarda, proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da acção humana ou da natureza, e ainda, executar acções de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de protecção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves.

Actualmente, resultado da grande importância política e social dada às missões de auxílio e socorro, a GNR conta recentemente com um Grupo especializado para prestar auxílio nos mais variados campos de acção nacional e internacional. Deste modo, de acordo com o artigo 4º do Decreto-Lei 22/2006 de 02 de Fevereiro é criado o Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (GIPS). O GIPS tem como missão específica a execução de acções de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de protecção e socorro.

3.6 – SÍNTESE

Na análise final ao capítulo que se encerra, sugere-se relevância para o conceito de catástrofe natural assumido pela generalidade da massa social, deixando verter as implicações destrutivas que estas têm na organização dos Estados e das sociedades.

Considerando conclusões ao capítulo, torna-se relevante salientar a análise comparativa efectuada a alguns acontecimentos de larga escala que afectaram determinado local do globo terrestre na última década, e que foram objecto de notícia em todo o mundo. Estes desastres distinguiram-se sobretudo quanto às capacidades de resposta local, sendo diferenciada em praticamente todas catástrofes analisadas, evidenciando-se que a melhor resposta surge de um planeamento antecipado, melhor preparação e educação social elevada, como é exemplo, o terramoto e tsunami que afectaram o Japão a 11 de Março de 2011. Por fim, o presente capítulo considera, através de uma breve síntese, a resposta plasmada Lei e vertida no modelo de protecção civil europeu e português.

⁸ Ver Apêndice B.5 e B.6

⁹ Ver Apêndice B.8

PARTE II – PRÁTICA

CAPÍTULO 4 TRABALHO DE CAMPO

4.1 – INTRODUÇÃO

A abordagem inicial do trabalho incita a uma investigação partindo de uma base conjuntural de conhecimentos conceptuais e teóricos. A alusão inicial aos conceitos de segurança e às matérias de protecção civil permitem-nos também inferir acerca do impacto das catástrofes naturais nos mais variados estratos sociais das sociedades modernas.

Considerando a parte teórica, torna-se imperioso que o trabalho siga uma metodologia científica que visa particularmente responder às hipóteses levantadas no capítulo de apresentação do trabalho. Deste modo, com o presente capítulo será apresentado o trabalho de campo realizado. Através de uma breve análise da metodologia do trabalho de campo e sobretudo com uma explanação dos procedimentos e técnicas adoptadas, expor-se-á também a pertinência das entrevistas exploratórias e dos questionários concluindo o capítulo fazendo referência aos meios utilizados e com uma breve conclusão.

4.2 – METODOLOGIA DO TRABALHO DE CAMPO

De acordo com Sarmento (2008)¹⁰, uma definição de investigação assenta no diagnóstico das necessidades de informação e selecção das variáveis relevantes através das quais vão ser recolhidas, registadas e analisadas informações válidas e fiáveis. O presente trabalho foi formulado utilizando dois métodos diferentes de recolha de informação.

A abordagem inicial concerta uma análise documental nomeadamente através de bibliografia disponível em obras, artigos científicos e documentos legais, com vista a replicar as exigências da temática abordada.

De acordo com as necessidades práticas do trabalho, foi seleccionado o método inquisitivo¹¹, para numa fase mais adiantada do trabalho expandir a teoria à prática. Através desta metodologia foi possível a recolha de dados relevantes que permitiram responder às hipóteses formuladas no trabalho. Como tal, realizaram-se entrevistas exploratórias e recorreu-se à aplicação de questionários a uma amostra previamente seleccionada com vista a atingir os objectivos que se propuseram no início do trabalho.

4.3 – PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS

A investigação como processo teve início em Junho do ano de 2010 através da elaboração do projecto de investigação já com alguma base de pesquisa bibliográfica. Durante a pesquisa bibliográfica recorreu-se a diversas bibliotecas de Estabelecimentos de Ensino Superior como a do ISCSP e a biblioteca do MAI e IESM. Entretanto, coincidiram-se

¹⁰ O método científico de acordo com a autora tem como características a objectividade, a refutabilidade, a estruturação, a metodologia e a atitude crítica.

¹¹ Para Sarmento (2008) este método é baseado no interrogatório escrito ou oral.

algumas conversas informais com alguns professores da AM, oficiais do Exército e GNR, e mesmo com entidades civis credenciadas na temática, no sentido de esclarecer a linha de investigação a seguir e a problemática a analisar.

De acordo com a metodologia de investigação seguida foram elaboradas entrevistas exploratórias¹² semi-directivas, a uma amostra criteriosamente escolhida, e paralelamente foram aplicados questionários a elementos da GNR e elementos dos Bombeiros. Neste particular, recorreu-se a dois tipos de amostras diferentes que nos permitem ter uma visão mais alargada do problema a tratar e sobretudo porque é evidente que têm missões muito diferentes. A direcção das entrevistas vai ao encontro de um extracto de operacionais com responsabilidades de comando e decisão, que em diferentes níveis da actuação nos poderão permitir uma visão mais ampla e estratégica apelando aos conhecimentos e à experiência dos entrevistados. Por outro lado, para a aplicação dos questionários foi escolhida uma amostra constituída por operacionais do terreno, certamente que destes se permite numa primeira análise uma avaliação da relação que têm entre si e das necessidades de coordenação que estão sujeitos.

4.4 – ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS

Relativamente às entrevistas¹³, foram realizadas oito semi-directivas ou semi-dirigidas¹⁴, a entrevistados que para além de responderem às perguntas constantes do guião¹⁵, oportunamente abordaram outros assuntos com relevância para o tema tratado, trata-se de um auxílio precioso na definição da questão central e consequentemente no aperfeiçoamento dos instrumentos de investigação a utilizar, em particular os questionários. Posteriormente à elaboração das entrevistas, através de uma análise qualitativa ou de conteúdo¹⁶ recorreu-se a alguns quadros síntese que permitem uma perspectiva geral dos itens abordados e defendidos pelos entrevistados. De acordo com Guerra (2006, p.73) as sinopses são sínteses que traduzem a mensagem essencial dos entrevistados.

- Caracterização da amostra

A amostra é constituída por oito entrevistados¹⁷, e uma vez que os juízos apresentados assim o sugeriam, foram rigorosamente seleccionados nos vários escalões de decisão uma representatividade, demandando por diferentes pontos de vista. A amostra seleccionada, como se pode observar através do quadro 5.1, partiu da selecção de entidades na base de decisão a nível das operações de protecção civil, ou seja, quem comanda a nível municipal e em dois municípios distintos e afastados. Posteriormente a pesquisa impunha um acompanhar da estrutura de decisão e ligação da GNR com esta

¹² “A entrevista exploratória visa economizar perdas inúteis de energia e de tempo na leitura, na construção de hipóteses e na observação” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p.69)

¹³ Todas as entrevistas foram presenciais e foram realizadas de 03 de Maio a 26 de Junho de 2010.

¹⁴ Segundo Quivy e Campenhoudt (2008, p.70) “são no sentido que não são inteiramente abertas nem encaminhadas por um número de perguntas precisas...”

¹⁵ Ver apêndice C.1

¹⁶ “...oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade...” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 227).

¹⁷ Guerra (2006) refere que quanto a amostra das entrevistas, não se procura quantificar, mas sim recolher experiências diversificadas e com representatividade social.

estrutura, passando pelo comando operacional distrital e ligação da GNR ao nível distrital, chegou-se por fim ao comando nacional e oficial de ligação nacional.

Deste modo, entrevistou-se o Comandante do Destacamento Territorial de Leiria, Comandante dos Bombeiros Municipais de Leiria, Comandante de Destacamento de Cantanhede e Comandante dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede, estas entidades tem responsabilidades de comando e decisão, porquanto são dois agentes de protecção civil de grande relevância nas suas zonas de acção, respectivamente Leiria e Cantanhede. Seguidamente, entrevistou-se o oficial da GNR que é responsável pela ligação do Comando Territorial de Leiria ao Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) do Distrito de Leiria, esta entidade desempenha a ligação do comando único introduzido pelo SIOPS à GNR a nível distrital e o Comandante Operacional Distrital do CDOS de Leiria, responsável pelas operações de protecção civil a nível Distrital no âmbito do Comando Operacional Distrital (CODIS).

Por fim, entrevistou-se o Oficial de Ligação da GNR na ANPC a nível nacional e o Segundo Comandante Operacional Nacional no sentido de ter uma abordagem mais estratégica e estrutural do problema.

Quadro 5.1 - Caracterização da amostra.

Entrevistados	Género	Título/Cargo/ Posto	Função
1	M	Coronel	2º Comandante Operacional Nacional
2	M	Tenente- Coronel	Oficial de Ligação da GNR à ANPC
3	M	Doutorando	Comandante Operacional Distrital de Leiria Coordenador dos Distritos do centro e Lisboa
4	M	Major	Oficial de Ligação da GNR ao gabinete de protecção civil distrital
5	M	Capitão	Comandante do Destacamento Territorial de Cantanhede
6	M	Tenente	Comandante do Destacamento Territorial de Leiria
7	M	Tenente- Coronel	Comandante dos Bombeiros Municipais de Leiria Comandante Operacional Municipal
8	M	Licenciado	Comandante dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede

4.5 – QUESTIONÁRIOS

A aplicação de questionários foi uma outra ferramenta de investigação utilizada. A investigação por questionário “...considera as opiniões de terceiros sobre o objecto que se investiga. Os objectivos originam as hipóteses de investigação, que carecem de confirmação (total ou parcial) ou não confirmação” (Sarmento, 2008, p.21). O questionário¹⁸ é constituído por seis questões de caracterização, quinze afirmações que visam essencialmente a resposta a algumas das hipóteses formuladas e assim permitirem a sua confirmação ou refutação e duas questões que visam determinar a participação ou não em exercícios de treino e o número de participações em exercícios.

A elaboração do questionário seguiu várias fases. Inicialmente, durante a revisão bibliográfica começou a surgir a percepção de usar este método como auxílio de pesquisa, foi então elaborado o questionário e submetido a um teste de coerência e validação¹⁹. Assim, depois de elaborado o questionário foi avaliado por cinco especialistas, que ofereceram algumas sugestões de alteração, aperfeiçoando o seu conteúdo e a sua forma, evitando imprecisões ou ambiguidades. Por fim, foi aplicado um pré-teste a oito inquiridos para averiguar a clareza e objectividade das afirmações.

Num total de 137 questionários foram aplicados 96 aos bombeiros do Distrito de Leiria e 41 aos militares da GNR do Comando Territorial de Leiria. Finalmente, para análise dos questionários recorreu-se ao software de tratamento de dados estatísticos, SPSS V.17.

- Definição da amostra

O objectivo fundamental do questionário prende-se com alguns factores essenciais, tais como, identificar a missão da GNR em situação de Catástrofe Natural, caracterizar a relação existente entre a GNR e os Bombeiros de Leiria e analisar a frequência de exercícios realizados com as duas corporações envolvidas. Assim, decidiu-se aplicar os questionários a elementos com experiência operacional no terreno, porque são estes que mais fielmente podem responder às questões levantadas.

A amostra usada é do tipo aleatória simples e a população total é constituída pelos militares no activo da GNR do Comando Territorial de Leiria, que são 805²⁰, e pelos bombeiros no activo das corporações do Distrito de Leiria, que são um total de 1871²¹. A população é assim constituída por um total de 2676 elementos. Foram inquiridos um total de 137 elementos sendo 41²² militares da GNR e 96²³ Bombeiros cuja área de actuação é o distrito de Leiria. A amostra é válida para a população alvo apresentando um nível de confiança de 95% e um nível de erro de aproximadamente 8,1%. Para calcular os dados da amostra foi utilizada a expressão apresentada na Figura F.1 do Anexo B.

¹⁸ Ver Apêndice D.1.

¹⁹ De acordo com Sarmento (2008) este teste “visa a sua optimização quanto aos objectivos, ao conteúdo e à forma”.

²⁰ Dados fornecidos pelo Comando Territorial de Leiria.

²¹ Ver Anexo B

²² A GNR representa 30% da população a estudar (805 de 2676) ao que corresponde 30% da amostra.

²³ Os Bombeiros representam 70% da população a estudar (1871 de 2676), ao que corresponde 70% da amostra.

4.6 – MEIOS UTILIZADOS

O questionário foi produzido no Microsoft Office Word 2007 e foi posteriormente impresso no Centro de cópias do Centro Comercial “Dolce Vita” de Coimbra.

As entrevistas foram gravadas num MP3 com gravador de voz (Grundig MPAXX 700).

Para efectuar a análise estatística dos dados provenientes das respostas dadas aos questionários foi utilizado o software estatístico SPSS v17.0. Alguns dos gráficos apresentados no trabalho foram concebidos com a ajuda do programa Microsoft Office Excell 2007.

4.7 – SÍNTESE

Após ter sido explorado um compêndio de conteúdos teóricos, foi necessário enquadrar o trabalho com uma componente prática e de trabalho de campo.

Como tal, iniciou-se o trabalho prático com algumas entrevistas efectuadas a uma amostra diversificada que atendesse a um espectro de experiências de comando distintas, quer na instituição GNR, quer no seio da ANPC.

Posteriormente foram desvelados questionários, com o objectivo de efectuar uma recolha de informação junto de elementos operacionais, no sentido de verificar ou não as hipóteses levantadas e responder às questões formuladas.

CAPÍTULO 5

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

5.1 – INTRODUÇÃO

Posteriormente à aquisição de resultados obtidos através dos instrumentos de investigação utilizados, as entrevistas de forma inicial e seguidamente os questionários, será necessário proceder a uma análise e discussão dos resultados obtidos.

As entrevistas efectuadas oferecem um espectro de conteúdo que nos permitem *a posteriori* chegar às conclusões que advêm das respostas dadas pelos inquiridos. Os dados recolhidos com a aplicação dos questionários serão analisados e ir-se-á proceder a uma breve caracterização da zona de acção escolhida para efectuar a investigação, elaborando por fim uma breve caracterização dos inquiridos.

Por fim, de uma forma sistemática e individualizada será feita uma avaliação dos resultados das respostas dos inquiridos, que irá permitir concluir com maior precisão e compreensão acerca dos resultados obtidos.

5.2 – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Quanto à entrevista exploratória, a análise do conteúdo das respostas dadas pelos entrevistados é feita através da elaboração de um quadro resumo onde é apresentada uma breve sinopse dos pensamentos expostos por cada entidade para cada questão, no sentido de facilitar a compreensão das respostas dadas.

5.2.1 Análise de Conteúdo das Respostas à Questão N.º 1.

Relativamente à questão número 1. **Na sua opinião e de acordo com a sua experiência, qual entende que deverá ser a relação entre as forças de segurança e os demais agentes de protecção civil?**, através do Quadro C.10.1 do Apêndice C.10, pode-se observar que todos os entrevistados defendem que a relação deve ser de estreita cooperação, colaboração e complementaridade. Apontam também que nos últimos anos as fronteiras de separação se têm esbatido e que actualmente têm uma relação muito favorável. A mudança é sempre difícil, principalmente em instituições e corporações com anos de existência. Contudo, os entrevistados são de acordo de que as alterações verificadas nos últimos seis anos, trouxeram ao sistema de protecção civil mais-valia significativas, exemplo disto mesmo, apontado pela generalidade dos entrevistados, é a criação do GIPS na GNR. Um outro ponto importante que resulta directamente numa relação mais estreita entre os agentes é o facto de existirem reuniões que possibilitam o conhecimento e o aproximar dos oficiais de ligação de cada agente. Estas reuniões permitem um reconhecimento mais profícuo das capacidades e valências de cada agente, bem como, a ponte de ligação entre os diversos agentes e a autoridade.

5.2.2 Análise de Conteúdo das Respostas à Questão N.º 2.

Em relação à questão número 2. **O Decreto-lei 134/2006 de 25 de Julho cria o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS), que define a articulação dos agentes de protecção civil através de um comando único a nível**

operacional, considera que este comando possa ter a sua autoridade fragilizada na medida em que terá que respeitar a dependência hierárquica e funcional dos agentes?, a questão colocada, além de permitir uma perspectiva acerca do estado de implementação do SIOPS, acrescenta ainda a possibilidade de percepcionar o tipo de relação e o grau de conforto na maneira como os entrevistados com funções de comando e direcção aceitam este comando único. Assim, como se pode ver no Quadro C10.2 do Apêndice C.10, os entrevistados não apresentaram qualquer dificuldade em aceitar o comando único estabelecido pelo SIOPS, todos concordam que o facto do comandante operacional pertencer a um órgão distinto da sua própria instituição ou corporação não interfere na eficiência das operações. Os entrevistados comungam também da ideia de que esta estrutura estava em falta e era uma lacuna no anterior sistema de protecção civil. O SIOPS permitiu um aproximar das instituições e principalmente uma forma de conhecer as capacidades e alcance do actual sistema de protecção. Consideram também que este comando funciona de forma distributiva de funções, cada agente tem a sua hierarquia e é através desta que se exerce o comando operacional.

5.2.3 Análise de Conteúdo das Respostas à Questão N.º 3.

A questão número 3. **Como avalia o conceito do comando único a nível municipal relativamente à aplicação da lei 65/2007 e a integração da mesma conjuntamente com o SIOPS?**, a questão colocada pretende um esclarecimento acerca da forma como tem funcionado o comando operacional municipal de operações de auxílio e socorro. De forma coerente e explícita, os entrevistados apontam divergências e lacunas na aplicação do modelo previsto na lei. De acordo com o quadro C.10.3 do Apêndice C.10, verifica-se sobretudo uma descontinuidade do princípio do comando único previsto no SIOPS que deriva em parte da aplicação ou não da Lei 65/2007 de 12 de Novembro. Até ao nível do Distrito não existem dúvidas, contudo ao nível dos municípios encontram-se efectivamente grandes discrepâncias de município para município. Em parte esta situação deve-se à forma como a Lei 65/2007 é interpretada, alguns entrevistados consideram-na ambígua. Por outro lado, a generalidade dos entrevistados não concorda com a nomeação do COM por parte do Presidente da Câmara, o princípio da separação de poderes poderá estar em causa e também não será um sistema que ofereça confiança e tranquilidade.

Por exemplo, num universo de 16 municípios do Distrito de Leiria apenas 8 têm COM nomeado, no município de Leiria quem assume essas funções é o Comandante dos Bombeiros Municipais. Outro exemplo, no município de Cantanhede do Distrito Coimbra não tem ninguém nomeado, o Comandante da GNR e dos Bombeiros da região dizem que mantêm entre si uma relação de apoio e a interligação que funciona com base no estreito reconhecimento entre comandantes.

Por outro lado, existe a dificuldade de conceber este COM como um comandante, uma vez que não tem meios para comandar deveria ser um elo de ligação entre a câmara municipal e os restantes agentes.

5.2.4 -Análise de Conteúdo das Respostas à Questão N.º 4.

Relativamente à questão número 4. **O Decreto-lei 75/2007 de 29 de Março, visa dotar a ANPC com um novo modelo de organização das actividades de protecção civil, era este o modelo esperado pelos operacionais? Qual considera ter sido a mudança mais significativa introduzida por este modelo?**, pode-se concluir que este modelo era algo esperado pelos operacionais. Como se pode verificar através do Quadro C.10.4 do Apêndice C.10, os entrevistados são de opinião de que este decreto-lei introduz um modelo que serve as necessidades do sistema de protecção civil. Argumentam que se trata de uma ferramenta que organiza as actividades dos agentes de protecção civil, inserindo-os num modelo coordenado e tutelado por um só “chapéu” que se traduz numa melhor eficiência no terreno. Através da análise das respostas dadas pelos entrevistados, infere-se também que existia uma lacuna no anterior sistema e com a introdução deste modelo todos ficam a ganhar.

5.2.5 -Análise de Conteúdo das Respostas à Questão N.º 5.

A questão número 5. **Já alguma vez esteve numa ocorrência de catástrofe natural, onde a ordem pública estivesse em causa ou até fosse mesmo necessário a intervenção de forças de ordem pública?**, prendia-se com dois objectivos, primeiro identificar a existência de ocorrências e a sensibilidade dos entrevistados quanto a estas matérias, em segundo avaliar a importância das operações de ordem pública durante a ocorrência de um evento natural. Relativamente a relatos de ocorrências, apenas 2 entrevistados nunca estiveram envolvidos em situações de desordem provocadas por estes eventos. Por outro lado, como se pode verificar através do Quadro C.10.5 do Apêndice C.10, todos os entrevistados condescendem acerca da pertinência e possibilidades de ocorrência destes incidentes. Alguns entrevistados, apresentam experiências onde a segurança e ordem pública foi factor fundamental no desenrolar das operações. Sem um controlo efectivo por parte das FSS seria impossível desempenhar no teatro de operações quaisquer missão de auxílio e socorro.

5.2.6 -Análise de Conteúdo das Respostas à Questão N.º 6.

Por fim, a questão número 6. **Atendendo à sua experiência existe algum assunto, no âmbito do tema tratado, que acharia importante ao ponto de ser abordado no trabalho?**, deixa alguma amplitude de resposta que permite colher algumas ilações e contributos para a elaboração do trabalho. Pode-se avaliar este objectivo como conseguido, na medida em que foi possível encontrar algumas ideias, como a pertinência da segurança em catástrofes naturais, a particularidade de se identificar as principais preocupações e necessidades de formação geral nestas matérias. A questão permitiu também um enquadramento para investigações futuras na área. O Quadro C.10.6 do Apêndice C.10 ilustra um pequeno resumo das sugestões deixadas pelos entrevistados.

5.3 – CONCLUSÕES DAS ENTREVISTAS

Da avaliação individual das respostas dadas pelos entrevistados resulta um panorama consensual, a partir do qual se podem coligir algumas ilações. As respostas a cada questão são praticamente coincidentes entre os entrevistados, salvo pequenas divergências, que provavelmente resultam de experiências distintas.

Os agentes de protecção civil estão hoje mais “perto” uns dos outros, tem uma relação de estreita cooperação, colaboração e complementaridade. Este resultado, por assentimento dos entrevistados, muito se deve às alterações introduzidas nos últimos anos no sistema de protecção civil.

Quanto ao comando único augurado no SIOPS, o facto de este comandante não fazer parte da estrutura hierárquica comum e própria dos agentes de protecção civil não coloca entraves nas suas funções. Este sistema inova na medida em que permite um potenciar do princípio militar da unidade de comando que se traduz na integração de todos os intervenientes subordinados ao mesmo comando, agilizando todo o processo de tomada de decisão. Este comando é respeitado e contribui efectivamente para a eficiência dos agentes de protecção civil como um todo.

Os entrevistados manifestaram também grande relevância no actual enquadramento das operações de protecção civil a nível municipal. Pelo que foi possível inferir, a situação está longe de ser pacífica. Por um lado, só o facto de este sistema divergir de município para município percute um sentimento de desconfiança e descrédito quanto ao modelo em questão. Alguns entrevistados sustentam que os problemas nascem na Lei 65/2007 de 12 de Novembro, que permite uma interpretação ambígua. Por outro lado, a estrutura vinculada ao poder local e sediada no Gabinete Municipal de Protecção Civil, deixa transparecer algumas dúvidas quanto às capacidades e imparcialidade do serviço.

A maioria dos entrevistados deu a entender que a estrutura da ANPC, em razão dos comandantes operacionais, deveria chegar de forma permanente a cada município do território nacional, fazendo depender este COM unicamente da estrutura SIOPS em vez de depender hierárquica e funcionalmente dos presidentes da câmara, como acontece actualmente. Alguns entrevistados sustentam também dúvidas quanto às capacidades deste COM, porque embora possa estar nomeado em alguns municípios não tem meios e forças para comandar. Por fim, razões económicas e de ordem política estarão conexas à dificuldade em nomear um COM, tal como a lei prevê.

Quanto ao modelo base do sistema de protecção civil nacional fundamentado pela ANPC, este demonstra sustentabilidade e credibilidade, contrariamente ao modelo anterior. Trata-se portanto de uma ferramenta válida que contribui decisivamente para uma melhor eficiência deste sistema. A principal alteração introduzida por este modelo assenta na estrutura de autoridade autónoma e de pleno direito, com alento para convergir todos os esforços em prol de uma melhor coordenação e cooperação dos agentes de protecção civil no terreno.

Conclui-se, também, que a ordem pública tem uma particularidade, substancialmente importante durante a ocorrência de uma catástrofe natural. Com a excepção de dois

entrevistados, os restantes já viveram experiências de desordem provocados pela instabilidade derivada de causas naturais. Por exemplo, o CODIS de Leiria trouxe a experiência de uma das grandes catástrofes mundiais, no Chile em 2010, onde esteve em missão da UE e vivenciou, *in loco*, situações de pilhagens e desordem social onde a segurança e ordem pública foram condição fundamental para possibilitar as operações de socorro e humanitárias.

Por fim, o tema apresentado traz preocupações intuitivas e considerações sociais de relevo, várias ramificações devem ser encaradas e estudadas num quadro ainda por pintar. Ainda assim, interessa realçar os avanços significativos da protecção civil em Portugal nos últimos anos, tendo sempre presente, quer seja pela imposição da conjuntura económica actual quer pela dificuldade de tratar estas matérias de forma concentrada e global, que existe um extenso caminho a percorrer.

5.4 – ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

Os resultados permitidos pela aplicação de questionários permitem que se avalie esta ferramenta de investigação como um instrumento de imensa proficuidade e de enorme fiabilidade. Considerando as hipóteses inscritas, é requerida a opinião junto de uma amostra válida, concluindo no sentido de confirmar ou refutar essas mesmas hipóteses.

O subcapítulo que se segue apresenta uma observação detalhada e individual das questões apresentadas pelo questionário aplicado. Este estudo fundamenta-se através dos dados obtidos pelo programa de tratamento de dados estatísticos SPSS.

5.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ZONA DE ACÇÃO ESCOLHIDA

Atendendo às necessidades objectivas do estudo em desenvolvimento foi necessário impor condições relacionadas com a objectividade e limitações de carácter temporal, como tal, foi fundamental delimitar o espaço geográfico, considerando no entanto a validade da investigação.

Deste modo, decidiu-se efectuar um estudo de caso delimitando a investigação ao Distrito de Leiria. A selecção deste Distrito deve-se a vários factores, entre eles o facto de se tratar de extrema importância geográfica. O Distrito de Leiria tem uma localização central no país, tendencialmente voltado para o litoral, que acaba por oferecer alguns riscos quanto à ocorrência de eventos naturais derivados da orla marítima, mas por outro lado, não se enquadra nos extremos dos índices de probabilidade de ocorrência de catástrofes naturais, no entanto, o distrito localiza-se na área de influência de diversas placas tectónicas, designadamente a denominada falha da Nazaré²⁴. O distrito de Leiria é considerado também uma região de grande relevância e de localização estratégica no sentido de apoiar a população das regiões que tem proximidade geográfica, isto é, por exemplo Leiria apoia directamente Lisboa no caso de acontecer um evento desta natureza em Lisboa.

A validade do trabalho efectuado predestina-se ao universo estudado, não devendo ser extrapolado para realidade do país inteiro.

²⁴ Riscos, Protecção Civil de Leiria.

5.4.2 – CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS

Os inqueridos fazem parte de uma amostra constituída por 137 elementos²⁵, considerando 96 destes pertencentes a bombeiros das corporações do Distrito de Leiria e 41 aos militares da GNR do Comando Territorial de Leiria. Utilizando a Tabela D.3 e Gráfico D.1 do Apêndice D.2²⁶, verifica-se que da amostra seleccionada contam-se 118 inqueridos do sexo masculino e 19 do sexo feminino.

Relativamente às habilitações literárias, de acordo com a Tabela D.2 e o Gráfico D.2 do Apêndice D.2, a maioria dos inqueridos tem o 12º ano (45%, 61 elementos). Quanto ao posto, atendendo à Tabela D.4 e ao Gráfico D.4 do Apêndice D.2, a parte da amostra constituída pelos militares da guarda são maioritariamente da classe de Guardas e Cabos fazendo equivalência à classe de Bombeiros de 2ª e 3ª classe que também estão em maioria.

Quanto à idade, utilizando a Tabela D.5 e o Gráfico D.5 do Apêndice D.2, pode-se depreender que a maioria dos elementos (42%) se situa na faixa etária dos 30 aos 39 anos, salientando ainda que quanto aos indivíduos do sexo feminino, estão em maioria (57,9%) na faixa etária dos 20 aos 29 anos.

5.4.3 – ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS RESPOSTAS DOS INQUIRIDOS

Inicialmente, foram inseridos numa base de dados do programa SPSS os resultados das respostas dadas pelos inqueridos. O Gráfico D.6 do Apêndice D.4 apresenta uma perspectiva dos resultados das respostas quanto à média para cada questão. A análise parte da elaboração do teste Alfa de Cronbach, com o propósito de verificar a consistência do questionário. O resultado deste teste foi 0,740²⁷, com um total de 17 variáveis²⁸ que, de acordo com Hill (2009, p.149) indicou um grau de fiabilidade Razoável. O inquérito, com a excepção das duas últimas questões, que requeriam uma resposta de Sim ou Não e a indicação de um quantitativo no caso de resposta afirmativa, era composto por afirmações que requeriam respostas fechadas com uma escala de cinco níveis, escala de Likert, sendo o **1** – Discordo Totalmente (DT); **2** – Discordo (D); **3** – Nem Concordo nem Discordo (NCND); **4** – Concordo (C); **5** – Concordo Totalmente (CT).

O Apêndice D.4 transpõe a sua síntese dos dados estatísticos e das variáveis em estudo no questionário aplicado (a média, o desvio-padrão, moda, mediana, máximo e mínimo). Através do Apêndice D.5 será possível observar e identificar os dados retirados do programa SPSS e verificar a análise que se segue a cada uma das questões pela respectiva ordem numérica.

Relativamente à análise de cada uma das questões, começando pela **7. Os agentes de protecção civil estão suficientemente preparados para fazer face a uma catástrofe natural**, 48 dos inqueridos manifestaram uma opinião pouco sustentada e responderam NCND (35%), comparando com 42 a responderem C (30,7%) e 40 a responderem D

²⁵ Ver Tabela D.3 do Apêndice D.2.

²⁶ Apêndice de caracterização da amostra

²⁷ Ver Tabela D.7 e D.8 do Apêndice D.3.

²⁸ Número de questões a avaliar do questionário.

(29,2%), o que poderá indicar que a população inquirida não tem uma avaliação concreta acerca do desempenho do sistema de protecção civil nacional. O desvio padrão apresenta valores baixos ($s=0,897$) indicando um aproximar das respostas. A média das respostas foi de 2,94 ($x_m=2,94$) aproximando-se de NCND.

Quanto à afirmação número 8. **Os bombeiros são responsáveis pelo auxílio e socorro e a GNR pela segurança dos cidadãos**, 67 inquiridos responderam C (48,9%) e 34 responderam CT (24,8%) o que perfaz um total de 73,7% de avaliações positivas à afirmação. O desvio padrão ligeiramente alto ($s=0,984$) indica alguma disparidade nas respostas vinculando algumas opiniões contrárias. A média das respostas para esta afirmação é de 3,85 ($x_m=3,85$) que indica uma aproximação à resposta C. Assim, em análise pode-se referir que o aspecto da segurança é determinante na actuação da GNR e um exclusivo desta instituição, por outro lado, o papel dos Bombeiros determina o auxílio e socorro.

Na análise da afirmação 9. **Pelo facto de a GNR ser uma Instituição militar hierarquizada facilita o empenhamento e coordenação com os Bombeiros e restantes agentes de protecção civil**, verifica-se que, 60 inquiridos responderam C (43,8%) e 11 responderam CT (8,0%) indicando uma leve inclinação para as respostas positiva, cerca de 51,8%. O desvio padrão revela um valor equilibrado ($s=0,913$) que caracteriza opiniões próximas por parte dos inquiridos. A média de 3,42 ($x_m=3,42$) significa também a aproximação do C. Com os resultados obtidos, existe uma ligeira inclinação quanto à concordância de que a estrutura militar facilita o empenho e coordenação com os agentes de protecção civil. Interessa também salientar que em cruzamento de dados entre esta questão e a questão 3, respeitante à instituição do inquirido, 49% dos inquiridos Bombeiros responderam C e 8,3% responderam CT, indicando claramente que a maioria dos inquiridos Bombeiros considera a estrutura militar como uma mais-valia operacional no seio dos agentes de protecção civil²⁹.

A questão 10. **Os agentes de protecção civil (GNR, Bombeiros) devem realizar exercícios de treino conjunto**, 60 inquiridos respondem CT (43,8%) e 50 dão C como resposta (36,5%) resultando num total de 80,3% de respostas positivas. Com uma média de 4,16 ($x_m=4,16$), a resposta transparece uma base de aproximação muito sustentada, facilmente comprovada por um desvio padrão regular ($s=0,957$). Deste modo, deve-se inferir pelas respostas dos inquiridos que a existência de exercícios de treino conjuntos oferece melhores condições de resposta aos agentes envolvidos.

Respeitante à afirmação 11. **Existe uma actualização constante dos agentes de protecção civil em matérias de resposta a catástrofes naturais**, 41% dos inquiridos demonstraram-se reticentes ao darem a resposta NCND. Contudo, 38,7% discorda com a afirmação, ou seja, apesar de existir um número significativo que não arrisca uma resposta mais esclarecedora, existe logo de seguida uma tendência para a discordância com a afirmação. O desvio padrão foi de 0,957, valor regular, e a média foi de 2,74 ($x_m=2,74$)

²⁹ Ver Tabela D.18 do Apêndice D.5

aproximando-se de NCND, que significa que os inquiridos consideram não existir uma actualização regular das matérias de protecção.

Quanto à afirmação **12. Durante e após a ocorrência de uma Catástrofe Natural sabe exactamente quais as suas funções e atribuições**, nota-se novamente uma preponderância para a resposta do centro, isto é, 50 inquiridos responderam NCND, no entanto, 46 responderam C e 8 CT, que reflecte uma clara tendência para a resposta positiva, significando que estes inquiridos conhecem as suas funções e relativamente a estas matérias, sabem como proceder. Quanto às respostas positivas avaliadas de forma separada, o grau de conhecimento quanto às funções a desempenhar perante uma catástrofe natural, é equivalente, consubstanciando-se 34,1% das respostas dos elementos da GNR em C comparativamente com 33,3% da parte dos elementos dos Bombeiros³⁰. A média apresenta um valor de 3,14 ($x_m=3,14$) aproximando-se de C, contudo, o desvio padrão apresenta um valor elevado, o que indica um certo grau de disparidade nas respostas.

A afirmação **13. A GNR deve dar prioridade à missão de segurança em relação às atribuições de auxílio e socorro**, revela alguma indecisão, verificando-se no entanto uma pequena propensão para as respostas positivas, sendo que 31 responderam CT (22,6%) e 51 responderam C (37,2%) o que representa uma percentagem de 59,8. É Interessante verificar que mais uma vez, as respostas dadas são coincidentes entre as instituições analisadas. A média traduz igualmente a indicação de respostas positivas com aproximação a C ($x_m=3,61$) e o desvio padrão é o mais alto encontrado ($s=1,107$), ilustrando sem qualquer dúvida a variedade de opiniões que de igual modo resulta na falta de assentamento para se atribuir uma resposta positiva que seja clara.

As respostas à afirmação **14. A hierarquia de cada Entidade/Instituição é respeitada na sua plenitude sem qualquer conflito no decorrer das operações**, coincidem numa tendência para a concordância, na medida em que se verificou uma média de muito próxima de C ($x_m=3,25$). Mesmo assim, interessa realçar um grande número de inquiridos que NCND, 32,6% contra um total de respostas positivas situadas nos 43,1%. A questão ilustra um desvio padrão regular alto ($s=0,998$), deixando também reflectir algumas dissonâncias nas respostas.

As respostas à afirmação **15. Existe um clima de cooperação entre os Agentes de Protecção civil (GNR, Bombeiros) presentes na região**, são claramente positivas, 66 inquiridos responderam C e 14 CT, com uma percentagem de 50,6% nestas respostas. Interessa também realçar que 33,6% dos inquiridos responderam NCND. A média confirma C ($x_m=3,58$) e o desvio padrão ($s=0,855$) apresenta um valor confortável que oferece uma perspectiva sólida quanto à inclinação dos inquiridos.

Face à afirmação **16. Existe um ambiente de competitividade, a nível operacional, entre os diversos Agentes de Protecção Civil**, a resposta central voltou a liderar a opção dos inquiridos, 39,4% NCND. Por outro lado, também não é errado dizer que as respostas positivas são em percentagem superior às negativas, 37,2% contra 23,3%. No

³⁰ Ver Tabela D.27 do apêndice D.5

entanto a média concorda com as respostas em NCND ($x_m=3,13$) com ligeira preponderância para C. O desvio padrão de 1,028 ($s=1,028$) representa opiniões contrárias e alguma discordância, que não permite concluir com precisão se existe efectivamente clima de competitividade entre os agentes de protecção civil.

Dissecando a afirmação **17. A GNR actua como agente de protecção civil (missões de auxílio, socorro e segurança) e não apenas como um complemento das forças de protecção civil**, inferimos uma resposta substancialmente positiva. Um total de 62 inquiridos responderam C e 16 responderam CT, que perfaz uma percentagem de 56% de respostas positivas. Esta análise sugere que a GNR actua em todo o campo das missões de protecção civil, incluindo as missões de auxílio e socorro. A correlação de respostas com as da afirmação 13 sugere a opinião de que a GNR actua de pleno direito em todas as missões de protecção civil, ficando vincado (através das respostas à afirmação 13) que a missão principal se relaciona com a segurança. A média pende claramente para C ($x_m=3,53$) e o desvio padrão apresenta-se dentro dos parâmetros aceitáveis ($s=0,900$) transmitindo confiança nos resultados.

A afirmação **18. Durante a ocorrência de uma catástrofe natural, que afecte o município onde presta serviço, sabe exactamente quem lhe fornece indicações e estabelece as prioridades do serviço**, obteve 26 respostas a CT (19,0%) e 55 respostas C (40,1%) sugerindo que a maioria dos inquiridos (59,1%) reconhece a sua cadeia de comando em situações excepcionais. No entanto, atendendo a um desvio padrão alto ($s=1,147$), podemos considerar também que não existe uma maioria unânime quanto ao desempenho de funções em situações excepcionais. Analisando a correlação dos resultados com a instituição, verificamos que os elementos da GNR são aqueles que transmitem mais dúvidas relativamente à afirmação, o que poderá ser normal na medida em que a GNR assume um elevado número de tarefas a desempenhar e as solicitações poderão surgir de acordo com as necessidades, enquanto a actuação dos Bombeiros se verifica em determinadas missões específicas e enquadradas. A média tende para C ($x_m=3,59$).

Na afirmação **19. As actividades de segurança e ordem pública são indispensáveis para o desenvolvimento das operações de auxílio e socorro**, não sugere qualquer dúvida de interpretação, a média das respostas ($x_m=4,08$) com um desvio padrão baixo ($s=0,758$) indicam uma inclinação evidente para a avaliação positiva da afirmação. Uma percentagem de 83,2% dos inquiridos considera as actividades de segurança e ordem pública indispensáveis nas operações de auxílio e socorro.

As respostas à afirmação **20. Perante a ocorrência de uma catástrofe natural, a GNR deve realizar operações de auxílio e socorro**, são evidentemente positivas com 56 respostas C (40,9%) e 38 a CT (27,7%) o que representa na totalidade 68,6%. A média tende para C ($x_m=3,87$) e o desvio padrão apresenta um valor normal para os valores que se tem verificado ($s=0,946$). Interessa novamente reportar às respostas da afirmação 13, que indicam uma prioridade nas missões de segurança por parte da GNR, mas como se observa na presente afirmação, a GNR não deve descurar ou deixar de realizar missões de auxílio e socorro.

Quanto à afirmação **21. O contributo das forças de Segurança é essencial nas actividades de protecção civil**, as respostas são francamente positivas com 64 respostas C (46,7%) e 53 respostas CT (38,7%) perfazendo um total de 85,4% de respostas positivas. A afirmação apresenta uma das médias mais altas do questionário ($x_m=4,23$) e o desvio padrão, um dos mais baixos ($s=0,728$) que demonstra o nível de concordância por parte dos inquiridos. Por fim, o questionário encerra com duas questões resultantes da frequência de exercícios de treino entre as duas instituições, assim a questão **22. Os Bombeiros e GNR realizam exercícios de treino conjuntos?** carecia de uma resposta simples de Sim ou Não. Uma percentagem de 92% respondeu que não realizam exercícios conjuntos. Em análise com a afirmação 10, os inquiridos dão grande relevância aos exercícios de treino conjuntos no sentido de melhorar a actuação, mas no seu dia-a-dia não realizam este tipo de exercícios.

5.5 – CONCLUSÕES DOS QUESTIONÁRIOS

Das principais ilações dos questionários pode-se salientar que se revelaram numa ferramenta importante para verificação de resultados e conclusões. Assim, o Gráfico D.6 e a Tabela D.9 do Apêndice D.4 ilustram a síntese da investigação estatística.

De acordo com a média das respostas, e seleccionando as que obtiveram a média mais elevada, temos a resposta à afirmação 19 ($x_m=4,08$) nas três mais elevadas. Deste modo, os inquiridos consideram que **as actividades de segurança e ordem pública são indispensáveis num ambiente controverso de catástrofe natural**. De seguida, as duas questões com média mais alta foram a P.10 e P.21, com uma média de 4,16 ($x_m=4,16$) e 4,23 ($x_m=4,23$) respectivamente. Assim, de acordo com a afirmação P.10, depreende-se que os inquiridos consideram com teor de **elevada importância o facto de ser possível a realização de exercícios conjuntos envolvendo a GNR e os Bombeiros**. Quanto à observação da afirmação P.21, que recolheu a média de respostas mais altas, depreende-se os inquiridos são da opinião de que **o contributo das Forças de Segurança é indispensável nas actividades de protecção civil**.

Por outro lado, no extremo mais baixo da média, encontramos as respostas às afirmações da P.11 e P.7, com uma média inferior a 3, isto é, 2,74 ($x_m=2,74$) e 2,94 ($x_m=2,94$) respectivamente. Como tal, partindo da afirmação P.11, infere-se também que a maioria dos inquiridos admitem que **não existe uma actualização com a frequência desejada nas matérias de resposta a catástrofes naturais**. E ainda, pela análise da média das respostas da P.7, os mesmos inquiridos consideram **não estarem suficientemente preparados para dar uma melhor resposta a uma catástrofe natural**.

As restantes afirmações situam-se numa média compreendida entre 3 e 4 valores, significando portanto que se encontram situados num padrão positivo e cuja interpretação foi possível ao longo do presente capítulo.

Interessa salientar, que os agentes de protecção civil inquiridos consideram a actualização e o treino através de exercícios conjuntos, ferramentas indispensáveis para obter melhores resultados. Contudo, quando questionados sobre a participação nestes

exercícios de treino, **obteve-se 92% de respostas negativas, o que significa que a GNR e Bombeiros de Leiria, no seu todo, não realizam treinos de exercícios conjuntos.**

O inquérito por questionário obteve um valor médio de $x_m=3,54$ e o desvio padrão de ($s=0,94$) que se pode considerar bastante aceitável devido à diversidade da amostra. A moda apresentou um valor médio de 3,80 e a mediana de 3,67.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1 – INTRODUÇÃO

A presente investigação relaciona a actividade operacional da protecção civil como um todo, procurando definir o papel da GNR como agente de protecção civil integrado no sistema nacional de protecção civil.

No sentido de responder à questão central de partida e aos objectivos propostos, foi inicialmente efectuada uma análise documental e posteriormente um estudo mais prático baseado na exploração de entrevistas e nas respostas dadas aos questionários aplicados.

O objectivo do presente capítulo é a verificação ou não das hipóteses levantadas partindo dos objectivos subsequentes das perguntas derivadas e da questão de investigação central.

Por fim, são apresentadas algumas reflexões finais, as conclusões do trabalho e limitações sentidas durante a investigação.

O Capítulo conclui-se com a apresentação de algumas propostas para investigações futuras.

6.2 – VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES

Na fase inicial da investigação foram levantadas algumas hipóteses, que auxiliam na pesquisa e busca de evidências que as possam corroborar ou por outro lado, refutar. Assim, partindo dos fundamentos apresentados ao longo do trabalho, seja na fase documental e essencialmente teórica seja através dos resultados verificados no trabalho de campo interessa agora explanar as principais conclusões retiradas acerca destas.

Quanto à primeira hipótese formulada: **A GNR desenvolve perante a ocorrência de uma catástrofe natural missões de segurança e ordem pública, bem como, participa nas actividades de auxílio e socorro**, deve-se assumir todo um enquadramento aproveitando o conteúdo elaborado no subcapítulo 2.3 e no subcapítulo 3.3, que atribuem respectivamente os grandes desafios à segurança nestas matérias e os dilemas considerados na resposta, verificando-se que no patamar da segurança existe cada vez mais um papel activo por parte das forças de segurança na melhoria de condições de vida sociais. A fase prática do trabalho permite concluir que as actividades de auxílio e socorro desenvolvidas pela GNR são de extrema importância. A maioria dos entrevistados refere as forças do GIPS como um exemplo de óptimo trabalho desenvolvido na área pela GNR, por outro lado, uma amostra representativa de 137 inquiridos pertencentes à GNR e Bombeiros do Distrito de Leiria responde, com uma maioria de 85,4% de respostas positivas, que o contributo da GNR nas actividades de protecção civil é indispensável.

Concluindo, a hipótese levantada permite concluir que a amplitude de aplicação das forças da GNR possibilita desenvolver missões de auxílio e socorro através de unidades especializadas, como é o exemplo das unidades sob a alçada do GIPS, e com as forças territoriais garantir a segurança e ordem pública. Estas duas missões são de extrema importância para a capacidade de resposta do sistema de protecção civil nacional.

A segunda hipótese colocada, **A GNR está preparada para garantir a segurança e ordem pública perante a ocorrência de uma catástrofe natural que afecte a região pela qual é responsável pelo policiamento**, expõe um assunto complexo e de enorme dificuldade de tratar, principalmente quando, quase não existem em Portugal incidentes naturais que coloquem a segurança em risco e que permitam uma avaliação conclusiva sobre o grau de preparação da força. A excepção resulta da grande incidência de incêndios florestais, que de acordo com a análise do risco estudada no subcapítulo 2,5 da parte teórica, torna possível uma apreciação.

Em trabalho prático, efectuaram-se entrevistas exploratórias e inquéritos no sentido de recolher elementos que permitissem responder com alguma segurança à hipótese colocada. Assim de acordo com a maioria dos entrevistados sempre que as forças de segurança foram chamadas a intervir perante situações de ameaça ou desordem pública, a GNR respondeu plenamente aos ensejos que a situação exigia.

Contudo, como já foi possível identificar pela análise das respostas ao questionário, 64,2% dos inquiridos não se consideram suficientemente preparados nem fazem uma actualização contínua ou realizam exercícios conjuntos que permitam uma resposta mais concentrada e agilizada.

Por fim interessa referir, que pela abordagem efectuada à hipótese levantada, existem avanços significativos, devendo ser interpretados na base de um longo e extenso trabalho a desenvolver, no sentido de incrementar melhorias no Sistema e aumentar também a auto confiança dos agentes de protecção civil.

A terceira hipótese levantada: **Os agentes de protecção civil mantêm entre si uma relação de cooperação e complementaridade**, revelou ser um ponto de extrema importância pelos dois instrumentos utilizados. Todos os entrevistados revelaram que actualmente existe um clima favorável entre os diversos agentes de protecção civil. Por exemplo, na questão da criação do GIPS na GNR que inicialmente revelou alguma desconfiança e mau estar por parte de alguns intervenientes no sistema, a resposta foi evidente, todos os entrevistados convergem na opinião de que esta força foi fundamental na reorganização do actual sistema de protecção civil, avançam mesmo no sentido de que esta força, pela sua organização e disciplina, é actualmente um exemplo e uma enorme mais-valia em todo o sistema.

Quanto aos resultados obtidos com a aplicação dos questionários na P.15 demonstraram de forma evidente que os inquiridos consideram existir uma relação de cooperação, com uma média $x_m=3,58$ e onde 5 é o índice máximo da escala.

Relativamente à quarta hipótese levantada: **Os Agentes de Protecção Civil realizam com frequência (pelo menos uma vez por ano) exercícios de treino para responder a uma situação de catástrofe natural**, obteve uma avaliação negativa, os resultados obtidos através de inquérito revelaram que 92% da amostra respondeu que os Bombeiros e a GNR de Leiria não realizam exercícios de treino conjunto, refutando o teor da hipótese. O mesmo inquérito demonstrou ainda que quando questionados se os agentes de protecção civil (GNR e Bombeiros de Leiria) devem realizar exercícios de treino conjunto, as

respostas foram claramente positivas, 80.3% estão plenamente de acordo com a realização de exercícios envolvendo as estruturas base da protecção civil.

Quanto à quinta hipótese, **A articulação hierárquica entre os agentes de protecção civil, funciona de acordo com o princípio do comando único legalmente previsto no SIOPS e não interfere na actividade principal da GNR em matérias de segurança**, foi validada de forma concreta e objectiva, todos os entrevistados demonstraram através da sua experiência que o SIOPS trouxe organização e coordenação ao sistema de protecção civil, tornando-se numa ferramenta de grande utilidade de forma a permitir uma gestão adequada dos meios empenhados nas operações. Os entrevistados adiantaram ainda, que pela razão do comandante operacional pertencer a um órgão distinto da sua própria instituição ou corporação, não interfere na eficiência das operações, além disso concordaram ainda que era uma lacuna colmatada pelo actual sistema de protecção civil.

Por fim, interessa uma análise das respostas à afirmação número 14 dos questionários: A hierarquia de cada Entidade/Instituição é respeitada na sua plenitude sem qualquer conflito no decorrer das operações, as mesmas acertam numa conformidade positiva, isto é, a média ($x_m=3,25$) das respostas revela não existirem conflitos hierárquicos com o actual modelo, embora muitos inquiridos não tenham uma opinião formada acerca da questão.

6.3 – CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS

Na fase inicial apresentaram-se alguns objectivos no sentido de servirem de fio condutor na pesquisa com vista à sua aquisição. De seguida, através de uma pequena análise vai-se explorar o seu alcance.

O primeiro objectivo, **Analisar o papel da GNR perante a ocorrência de uma catástrofe natural**, pode-se afirmar que este objectivo foi asseverado quer pelas respostas às entrevistas, quer pelos resultados obtidos nos questionários. Interessa salientar que a GNR desenvolve um papel preponderante quer nas matérias de segurança quer no auxílio e socorro. Como curiosidade, os entrevistados deram grande relevância às missões do GIPS e garantiram ser uma força importantíssima que qualquer comandante queria ter ao seu dispor.

O segundo objectivo, que pretendia **Caracterizar a relação entre a GNR e as demais entidades e agentes de protecção civil**, pode-se considerar conseguido quer pelas entrevistas, quer pelos questionários foi fácil depreender uma relação de proximidade favorecida pela estreita colaboração, cooperação e complementaridade.

O terceiro objectivo visava **Analisar qual o grau de preparação da força, através da frequência de exercícios de treino**, e foi também atingido, verificando-se que no Distrito de Leiria os elementos da GNR e Bombeiros não realizam exercícios de treino conjuntos e também demonstram pouca confiança quanto à sua preparação para responder a uma catástrofe natural.

O último objectivo propunha **Analisar a articulação hierárquica das entidades e instituições com responsabilidade durante a ocorrência de uma catástrofe** e foi

igualmente conseguido. Os entrevistados concordaram na existência de uma estrutura de comando perfeitamente identificada na lei que não coloca qualquer entrave no desenrolar das operações no terreno. Salientaram ainda, que o actual modelo encabeçado pela ANPC favorece a relação e interligação entre os diversos agentes, principalmente através dos oficiais de ligação. O questionário também permitiu identificar um respeito das hierarquias de cada instituição.

Em suma, deve-se concluir que os objectivos propostos foram cabalmente atingidos durante a investigação realizada.

6.4 – RESPOSTA À PERGUNTA DE PARTIDA E ÀS PERGUNTAS DERIVADAS

À questão central identificada inicialmente, que permitiu levantar questões derivadas, é necessário corresponder-lhes com resposta. Assim, torna-se fundamental em fase de conclusões expor os resultados obtidos.

A primeira questão derivada colocada, **Perante a ocorrência de uma catástrofe natural, qual o papel da GNR?**, equaciona uma resposta com um alcance além das atribuições e competências atribuídas por lei. A GNR tem desenvolvido competências essenciais na resposta a catástrofes naturais. Verificou-se ao longo do trabalho que os militares da GNR incrementam ao nível da segurança e ordem pública, um trabalho indispensável para o desenvolvimento das operações de socorro. Por outro lado, conclui-se também, que a GNR tem desenvolvido cada vez mais, um trabalho exemplar ao nível do auxílio e socorro.

A segunda questão que se colocou, **O actual modelo decorrente da lei permite uma relação de complementaridade entre os agentes de protecção civil a nível operacional?**, obteve uma resposta claramente positiva evidenciada quer por todas as entidades entrevistadas, quer pelo questionário aplicado, embora este último seja resultado de um estudo de caso que não deve ser extrapolado para o país inteiro. No entanto, relativamente aos entrevistados, foi possível obter uma clara distinção entre a estrutura de comando definida pela ANPC e a existência de um Comandante Operacional Municipal.

Relativamente à terceira pergunta derivada, **Qual a relação hierárquica entre o comando civil e a GNR em situações de catástrofe?**, ficou claro que ao nível da protecção civil existe uma estrutura perfeitamente identificada na lei que traduz um comando único, na alçada da ANPC, no sentido de comandar os agentes de protecção civil envolvidos numa determinada operação. O alcance da questão pretendia também, estudar um possível conflito derivado da existência de um comandante externo à instituição. Deste modo, verificou-se um nível de aceitação bastante bom e em que os entrevistados com funções de comando admitem frontalmente não sentirem o seu comando beliscado com esta situação.

A última questão derivada pretendia conhecer **Qual a frequência de exercícios entre a GNR e os demais agentes de protecção civil?**, salientando que a resposta só é válida para o universo estudado na região do distrito de Leiria, assim um total de 92% de inquiridos responde que não realiza exercícios de treino.

Por fim, interessa responder à pergunta de partida, que permitiu a ramificação de toda a investigação. **Qual a missão da GNR em matérias de segurança e ordem pública**

face à ocorrência de uma catástrofe natural? Naturalmente que esta questão central surge da necessidade de avaliar um largo espectro de atribuições e valências da força, sobretudo, quando a mesma força oferece capacidades determinantes nos principais aspectos críticos advindos de uma ocorrência natural. Vários contributos foram recolhidos, primeiro é indiscutível a essência da ordem pública nestas situações, pelos resultados obtidos no trabalho de campo distinguimos que as operações de auxílio e socorro ficam dependentes de um ambiente seguro e transitável. Pela experiência relatada por José Gomes no Chile³¹, facilmente depreendemos o alcance do possível cenário e empenho da GNR em situações similares. Portanto, a GNR possibilita um empenhamento multifacetado e está organizada no sentido de garantir a manutenção da lei e da ordem, bem como, desenvolve actividades de auxílio e socorro.

6.5 – REFLEXÕES FINAIS

O presente trabalho de investigação versou um estudo acerca do impacto das catástrofes naturais na sociedade e a problemática da segurança. Trata-se de um tema predominante e inacabado na sociedade, hoje mais que nunca, resultado de um ambiente globalizado considera-se de forma consciente estes acontecimentos com elevado grau de instabilidade e incerteza.

A manutenção da Lei e da ordem após a ocorrência deste tipo de fatalidades é preponderante para o regresso à normalidade. A GNR desenvolve um papel de extrema importância, com capacidades reconhecidas para permitir um suavizar do perigo emergente das catástrofes naturais.

Contudo, existem esforços que devem ser considerados a todo o momento. Em primeiro, é necessário dotar os agentes de protecção civil com uma formação contínua e actual. Em segundo, o grau de confiança e sentimento de segurança aumenta de acordo com a observância de determinados procedimentos e treinos. As estruturas de segurança, auxílio e socorro devem ser testadas e avaliadas, permitindo uma evolução e aproximação de resultados espectáveis. Todos os agentes da estrutura devem conhecer os procedimentos base de actuação da sua instituição e dos restantes agentes de protecção civil, tal como, não estarem simplesmente à espera que lhes forneçam indicações. Para se agilizar e avaliar estes procedimentos base deve-se treinar e realizar exercícios conjuntos.

A introdução de uma unidade de intervenção (GIPS) no âmbito da protecção civil foi um passo importantíssimo para a definição do Sistema Nacional de Protecção Civil Nacional. O GIPS ao longo dos últimos anos tem demonstrado eficiência, profissionalismo, formação e essencialmente uma capacidade de resposta determinante no sucesso das operações.

Por fim, uma reflexão acerca dos potenciais objectivos a adquirir pelos agentes de protecção civil e a sociedade em geral, tais como, assegurar a sobrevivência das pessoas em áreas afectadas, sensibilizar, informar e instruir, divulgar planos de emergência e informar quais as prioridades.

³¹ Ver Apêndice C.3

6.6 – RECOMENDAÇÕES

A definição e enquadramento de todo o trabalho permite extrair aspectos fundamentais e de singular importância no ambiente operacional. Assim, a formação base dos agentes de protecção civil deve contemplar estas matérias, seja ao nível da prevenção seja ao nível da reacção. Uma grande parte destes profissionais apenas conhece a resposta contra incêndios, porque operacionaliza esta matéria de forma cíclica. Contudo, as catástrofes naturais compreendem inundações, temporais, deslizamentos de terras, sismos, tsunamis e outros.

Por outro lado, verificou-se que o número de exercícios efectuados pelos agentes protecção civil são insuficientes, quando existem definem-se profícuos apenas para a estrutura superior, e os operacionais que efectivamente tem missões *in loco* quando são questionados sobre quem lhes atribui funções, se sabe exactamente o que fazer ou se participa em exercícios de treino, as respostas são francamente negativas. A total prontidão para estas situações não se atinge, mas pode melhorar significativamente.

Deste modo, seria frutuoso que os diversos agentes de protecção civil adquirissem na sua formação base conteúdos que permitissem uma melhor actuação no âmbito das ocorrências em cima nomeadas. A própria instituição militar, seja Academia Militar ou Escola da Guarda deveria incluir nos seus quadros de formação um bloco de matérias que tratasse as ameaças e permitisse uma melhor formação na avaliação do risco.

Uma última recomendação, segue a linha inovadora de países como a Inglaterra e os EUA, em que as forças de segurança dão formação a organizações e empresas consideradas estratégicas para a sobrevivência da sociedade. Assim, o GIPS poderia ser a aposta na formação das empresas portuguesas, por exemplo em matérias de protecção das infra-estruturas críticas, planos de emergência, construções e outras, que permitem aumentar as capacidades de resiliência destas.

6.7 – LIMITAÇÕES

As principais limitações encontradas ao longo trabalho prendem-se essencialmente com a dificuldade de acesso a determinados documentos e informação, por exemplo, o Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e dos Serviços de Segurança tem a classificação de confidencial. A tratar-se de um plano surge a questão se não deveria ser conhecido pelo dispositivo.

6.8 – INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Uma sugestão inicial reverte-se com a possível necessidade de se elaborar uma actualização do manual de operações da GNR em relação às matérias de auxílio e socorro, avaliando também as necessidades de formação na área das Catástrofes Naturais.

Outro tema, que sugere singular importância para a vida em sociedade relaciona-se com a capacidade de resiliência de infra-estruturas críticas e redes.

BIBLIOGRAFIA

- Alberto, Cristina (2011). Infra-estruturas críticas nacionais: protecção, prevenção e respostas a ameaças I. *Segurança e Defesa*, 16, 14-22.
- Alberto, Cristina (2011). Protecção de infra-estruturas críticas: gestão de risco, segurança e continuidade de negócio. *Segurança e Defesa*, 17, 60-68.
- Academia Militar (2008). *Orientações para a redacção de trabalhos*. Lisboa: Academia Militar.
- Alves, Armando Carlos (1994). *Teoria Geral da Segurança*, Revista Pela Lei e Pela Grei nº3, Julho – Setembro.
- Alves, Armando Carlos (2003). *Sobre Segurança*, Revista Pela Lei e Pela Grei nº1, Janeiro – Março.
- Alves, Armando Carlos (2010). *Introdução à Segurança*. Edição da Revista da Guarda Nacional Republicana, Lisboa
- ANPC. (2011) *Riscos*. Retrieved from Web July 10, 2011.
<http://www.prociv.pt/CDOS/Leiria/Pages/Riscos.aspx>
- Assembleia da República (2005). Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto (Sétima Revisão Constitucional). *Diário da República*, 1.ª Série – A, n.º 155, 4642-4686.
- Assembleia da República. (2007). Lei nº 63/2007 de 6 de Novembro, *Diário da República*, 1ª Série, nº 213, 8043-8050.
- Assembleia da República. (2007). Lei nº 65/2007 de 12 de Novembro, *Diário da República*, 1ª Série, nº 217, 8353-8356.
- Assembleia da República. (2009). Lei nº 31-A/2009 de 7 de Julho, *Diário da República*, 1ª Série, nº 129, 4344 (09)–4344 (18).
- Assembleia da República. (2006). Lei nº 27/2006 de 3 de Julho. *Diário da República*, 1ª Série, nº 126, 4696-4705.
- Assembleia da República. (2009). Lei nº 44/1986 de 30 de Setembro, *Diário da República*, 1ª Série, nº 225, 3308-6552
- Byrs, Elisabeth (2011). *Japão: Espírito de grupo explica ausência de saques*. Retrieved from the Web June 12, 2011.
www.ibahia.com/a/falabahia/?p=61868
- Canotilho, J. S. Gomes, Moreira, Vital (2007). *Constituição da República Portuguesa anotada Volume I (4.ª edição revista)*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Canton, James Ph.D. (2008) *Sabe o Que Vem Aí?*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1ª Edição.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação. Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Comissão Europeia (2004). Decisão 2004/277 de 29 de Dezembro de 2003. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 087, p.20-30.

- Conselho da União Europeia (2008). Directiva 2008/114/CE. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 345, p.75-82.
- Conselho da União Europeia (2007). Decisão 2007/779/CE de 8 de Novembro. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 314, p.09-19.
- Conselho da União Europeia (1999). Decisão 1999/847/CE de 9 de Dezembro. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 327, p.53-57.
- Conselho da União Europeia (2001). Decisão 2001/792/CE de 23 de Outubro. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 297, p.7-12.
- Conselho da União Europeia (2001). Decisão 2007/162/CE de 5 de Março. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 71, p.09-17.
- Conselho da União Europeia (1996). Regulamento 1257/1996 de 20 de Junho. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 163, p.01-9.
- Conselho da União Europeia (1991). Resolução de 8 de Julho de 1991. *Jornal Oficial da União Europeia*, C 198, p.01-3.
- Escola Superior de Guerra (1981), *Fundamentos da Doutrina*, Rio de Janeiro.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas de uso*. Estoril: Principia Editora.
- Guarda Nacional Republicana (1997). *Manual de Operações*, Lisboa.
- Gomes, Rui (2010). *Empresas portuguesas preparam-se para catástrofes*. Retrieved from the Web June 15, 2011.
<http://www.kpmg.com/pt/en/issuesandinsights/press/pages/estudo-kpmg.aspx>
- Hill, Magalhães (2009). *Investigação por Questionário (2.ª ed.)*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Lopes, Claudio (2010). *Segurança Privada: Relação com as Forças de Segurança Pública*, Trabalho de Investigação Aplicada, Academia Militar.
- Mcilwaine, John (2008). *Prevenção de Desastres e Planos de Emergência*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa.
- Mendes, A., Pereira, F., Cunha, M., Soares, J., Santos, R., Pimentel, I., et.al. (2006). *Crises: De Ameaças a Oportunidades*. Lisboa, Edições Sílabo.
- Miranda, Jorge (2003). *Manual de Direito Constitucional – Tomo I*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Ministério da Administração Interna. (2006). Decreto-Lei nº 134/2006 de 25 de Julho. *Diário da República*, 1ª Série, nº 142, 5231-5237.
- Ministério da Administração Interna. (2006). Decreto-Lei nº 22/2006 de 2 de Fevereiro. *Diário da República*, 1ª Série-A, nº24, 785-786.
- Ministério da Administração Interna. (2007). Decreto-Lei nº 75/2007 de 29 de Março. *Diário da República*, 1ª Série, nº 63, 1834-1838.
- Ministério da Defesa Nacional. (2011). Decreto-Lei nº 62/2011 de 9 de Maio. *Diário da República*, 1ª Série, nº 89, 2624-2627.

- Moura, José (2010, Maio). Missão da EU no Chile. *PROCIV*, nº26, pp. 8-9.
- Munro, Emily. (2006) *Natural Disasters, Globalization, and Implications for Global Security*, in: Program On Geopolitical Implications Of Globalization And Transnational Security of Geneva Centre For Security Policy (GCSP), Geneve, GCSP.
- Pereira, Ronan (2011). *Japão: Espírito de grupo explica ausência de saques*. Retrieved from the Web June 12, 2011.
www.ibahia.com/a/falabahia/?p=61868
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5.ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Rocha, Manuel Borlido (2009). *Segurança Nacional e Sistema Policial Dualista*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
- Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada* (2.ª ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora
- Teixeira, Nuno Severiano (2000). *Seminário sobre Actuação Policial e Direitos Humanos*, in *Revista – Polícia Portuguesa*, Ano LXIII. Série II, Bimestral, Setembro/Outubro.
- Távora, Filipe (2011, Junho) A importância de uma acção qualificada e coordenada para a educação em protecção civil. *Prociv*, 4-5.
- Valente, Manuel Monteiro Guedes (2009). *Urbanismo, Segurança e Lei – Tomo II*. Coimbra: Almedina.
- Veiga, Paula Margarida Santos (2001). *Segurança e Direitos Fundamentais dos Cidadãos*, Revista Pela Lei e Pela Grei nº1, Janeiro - Março.
- Rnc (2011). Número de Bombeiros por Distrito. Leiria: Prociv.
Retrieved from the Web June 22, 2011.
<http://www.prociv.pt/assbom/Pages/CorposdeBombeiros.aspx>
- World Economic Forum (2010). *Global Risks*, Geneva.
Retrieved from the Web May 22, 2011.
<http://www.weforum.org/issues/global-risks>

APÊNDICES

APÊNDICE A

ENQUADRAMENTO LEGAL E CONCEPTUAL COMUNITÁRIO

A.1 – INTRODUÇÃO

De acordo com o enquadramento feito à parte teórica do trabalho, torna-se relevante abordar os esforços comunitários, a nível legal, desenvolvidos até a actualidade no sentido de tornar a Europa um continente preocupado com a ameaça diária de ocorrência de catástrofes naturais e verificar que a segurança e uma resposta eficaz são objectivos cruciais que fazem parte da agenda política europeia.

A resposta de emergência e a segurança são dilemas individuais e colectivos que tendem a estreitar cada vez mais a relação de cooperação entre os Estados Membros. Os principais esforços, desenvolvidos pela Comunidade Europeia, na construção de uma sociedade com maior resiliência ao caos provocado pelos desastres naturais, partem da edificação de uma obra normativa reconhecida pelos Estados Membros e que tenha força suficiente para vigorar num futuro desejável. O presente apêndice reflecte as principais normas europeias em matérias de protecção civil e segurança na resposta em situações de emergência.

A.2 – RESPOSTA DE EMERGÊNCIA NA UNIÃO EUROPEIA

Meio século é já o tempo de análise de uma Europa Unida através de objectivos comuns, são 50 anos de trabalho, de construção e sobretudo de alterações estruturantes quer na Europa quer no mundo. A terminologia alterou, a globalização deixou de ser parte de um futuro para ser a actualidade, a tecnologia e o progresso projectaram um cenário que alguns anos atrás poderiam ser imagens fictícias de um futuro longínquo, contudo a realidade de um mundo em constante mutação provocou uma catadupa de acontecimentos e eventos que obrigaram a Europa e o Mundo a enfrentar novos desafios. Uma economia mundial e globalizada, transformações demográficas, alterações climáticas, aprovisionamento energético, a era nuclear, as novas ameaças à segurança são apenas alguns dos grandes desafios que se colocam ao mundo do século XXI e sobretudo à Europa.

Estes novos desafios mostraram a incapacidade de os Estados-Membros serem capazes de os enfrentar sozinhos, pois estes não conhecem fronteiras. Desta forma, um esforço colectivo à escala europeia permitirá fazer-lhes face e responder aos anseios de uma Europa moderna e forte.

Existem principalmente duas peças normativas que enformam actualmente a estrutura da protecção civil Europeia, são elas a Decisão nº779 de 2007 da Comunidade Europeia, que institui um mecanismo comunitário de Protecção Civil e a Decisão do Conselho nº 162 de 2007 que institui um instrumento financeiro de Protecção Civil. De seguida, estas duas Decisões da Comissão deram provimento a um bloco central normativo, tomando cada uma delas uma finalidade específica, principalmente ao nível do apoio de transporte e também ao nível da implementação conjunta de módulos de actuação e coordenação, colmatando desta forma a finalidade do Mecanismo Europeu de Protecção Civil.

Este Mecanismo de protecção Civil juntamente com o instrumento Financeiro de Protecção Civil, abrangem os principais aspectos do ciclo de gestão de desastres – prevenção, preparação e resposta.

Naturalmente que outros diplomas emergem relativamente à matéria em análise, se referimos por exemplo o esforço quer em reuniões e até seminários objectivos ao nível europeu, de onde surgem evidentemente propostas e observações bastante pertinentes, será o caso da Comunicação da Comissão sobre o reforço da União quanto à sua capacidade de resposta a Desastres.

Este será o quadro legal mais recente que interessa escarpelizar, tal como interessa também nesta fase elaborar uma análise sintética dos principais normativos que enformam a segurança, auxílio e socorro em situações de emergência na União Europeia, bem como, os preceitos legais que conduziram à actual vigência.

A.3 – NORMATIVOS DA UNIÃO EUROPEIA E ORIENTAÇÕES AOS ESTADOS MEMBROS RELATIVAMENTE ÀS MATÉRIAS DE EMERGÊNCIA E SOCORRO

A Resolução do Conselho de 8 de Julho de 1991 estabelece uma reforma quanto à assistência reconhecida entre os Estados Membros em caso de catástrofe natural ou tecnológica. Estas linhas de orientação têm contribuído para proteger as pessoas, o ambiente e os bens. Contudo, tornava-se cada vez mais urgente garantir uma maior protecção em caso de catástrofes naturais, tecnológicas, radiológicas e ambientais, incluindo a poluição marinha accidental, que tenham seu índice de ocorrência dentro e fora da União Europeia, e reforçar as disposições da citada resolução.

Em 1999, surgem os primeiros passos, numa tentativa de edificar efectivamente um programa que vincule os Estados de forma concreta, a Decisão nº 847 de 9 de Dezembro de 1999 do Conselho do Conselho estabelece uma dotação orçamental que possibilita um programa com efectivo funcionamento a partir de Janeiro de 2000. Deste modo, é criado um programa de acção comunitária no domínio da protecção civil para o período que decorre entre 1 de Janeiro de 2000 e 31 de Dezembro de 2004.

Ainda no seguimento das linhas orientadoras da Decisão de 1999, surge em 2001 um novo plenário de orientação relativamente às necessidades de uma Europa unida e pronta para enfrentar as controvérsias de uma catástrofe, deste modo, a decisão do Conselho da União Europeia nº 792 de 23 de Outubro de 2001 estabelece um mecanismo comunitário de Protecção Civil com o objectivo de reforçar e facilitar a cooperação entre os Estados Membros relativamente às intervenções de socorro da protecção civil e sobretudo tornar a resposta da União em situações de emergência mais eficaz, funcionando de acordo com o princípio da subsidiariedade, isto é, trata-se de um mecanismo comunitário com o objectivo de apoiar e completar as políticas nacionais no âmbito da assistência mútua em matéria de Protecção Civil. A título de exemplo, se o Estado-Membro requerente não estiver suficientemente preparado, em recursos ou conhecimento, para dar resposta adequada a uma emergência grave, poderá colmatar essa insuficiência recorrendo a esse mecanismo comunitário.

No entanto, tendo em linha de conta o aumento significativo de ocorrências que se tem verificado nos últimos anos na Europa e em todo o mundo e sobretudo no sentido de clarificar a decisão nº792 de 23 de Outubro de 2001, a mesma foi reformulada.

Surge então, a decisão do Conselho da União Europeia nº 779 de 08 de Novembro de 2007 que de acordo com o seu artigo 1º surge fundamentalmente com o objectivo de sustentar o mecanismo comunitário destinado a facilitar uma cooperação reforçada entre a Comunidade e os Estados-Membros da intervenção da protecção civil em caso de emergência grave, ou a ameaça iminente. Este mecanismo assegura essencialmente a protecção de pessoas, do ambiente e dos bens, de acordo com as necessidades especiais das regiões ou estados afectados. Assim, a resposta da protecção civil deverá estar apta a ser empregue dentro e fora da Comunidade e esta assistência poderá ser solicitada no sentido de complementar as capacidades de resposta do país afectado em todos os tipos de emergência grave, sejam catástrofes naturais ou provocadas pelo homem, actos de terrorismo e acidentes tecnológicos, radiológicos e ambientais, incluindo poluição marítima accidental.

Deste modo, o Mecanismo conjuntamente com o Regulamento (CE) nº1257/96 de 20 de Junho de 1996 que regula a ajuda humanitária relativamente à comunidade, devem regular e assegurar a eficácia, a coerência e a complementaridade da resposta comunitária.

A decisão do conselho consiste numa série de acções a tomar pelos Estados Membros, tais como, identificar e preparar equipas de intervenção, de avaliação e ou coordenação, bem como, a criação de um programa de formação para estas equipas. Criação e gestão de um Centro de Monitorização e Informação, de um centro de Vigilância e Sistema de Informação ao serviço dos Estados Membros e da Comissão 24 horas por dia. Contribuir com apoio aos Estados Membros ao nível de equipamento utilizado na resposta de auxílio e socorro e seu transporte.

Este apoio surge de acordo com o artigo 4º da Decisão 2007/162/CE, Euratom, de 05 de Março de 2007 que institui um Instrumento Financeiro de Protecção Civil.

O Artigo 3º dessa mesma Decisão estipula definições e conceitos no sentido de facilitar o entendimento comum quanto a estas matérias e a definir objectivamente os conceitos gerais a todos os Estados Membros. Assim, quanto à necessidade de reconhecer conceitos e definições, de acordo com o mesmo artigo entende-se por:

- "Emergência grave", qualquer situação que tenha ou possa ter um impacto adverso sobre as pessoas, o ambiente ou os bens, e que pode resultar num pedido de ajuda ao abrigo do Mecanismo;

- "Resposta", qualquer medida tomada ao abrigo do Mecanismo, durante ou após uma emergência grave, para fazer face às consequências imediatas;

- "Preparação" significa um estado de prontidão e capacidade dos meios humanos e materiais que lhes permitam assegurar uma resposta rápida e eficaz a uma emergência, obtida como resultado de medidas tomadas com antecedência;

- "Alerta precoce", o fornecimento atempado e eficaz de informação que permita tomar medidas para evitar ou reduzir os riscos e garantir a preparação para uma resposta eficaz;

- "Módulo", equipas móveis operacionais dos Estados-Membros que representam uma combinação de meios humanos e materiais, auto-suficientes e autónomas de acordo com uma pré-tarefa e pautada pelas necessidades dos Estados-Membros, que podem ser descritos em termos da sua capacidade de intervenção ou por tarefa(s) que é capaz de realizar.

Os Estados Membros são também vinculados à obrigação de fornecer previamente a identificação destas equipas de intervenção ou módulos dentro dos seus serviços competentes que poderão ser empregues de acordo com um estado de prontidão, geralmente dentro de 12 horas na sequência de um pedido de assistência. Os Estados Membros, devem ter em conta que a equipa ou a composição do módulo deverá depender do tipo de emergência grave e das necessidades específicas dessa emergência.

Esta decisão do conselho vincula também os Estados Membros a uma obrigação de existência de cursos e exercícios conjuntos, bem como, um sistema de intercâmbio através do qual os operacionais de socorro possam ser destacados para outros Estados Membros.

A.4 – OS ESTADOS MEMBROS/TRATADO DE LISBOA

A última alteração ao Tratado da União Europeia surge com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa que enquadra um conjunto de objectivos no sentido de fazer face a um conjunto de desafios e ameaças que a actual conjectura política, económica e social impõe, bem como, modernizar a Europa.

O Tratado de Lisboa entrou em vigor em 01 de Dezembro de 2009, sendo o resultado de conferências e negociações entre os Chefes de Estado e Governos dos Estados-Membros.

Da análise acerca das considerações e implicações geopolíticas da globalização, surge de forma evidente um tema associado, a segurança internacional. O programa sobre as implicações geopolíticas da globalização e segurança internacional, do centro para a Política de segurança em Génova, que entre outros estudos apresentou o tema das Catástrofes naturais, globalização, e implicações para a segurança global, identificou e forneceu padrões e dilemas que serviram de base conselheira para algumas alterações relativamente às matérias de segurança, emergência e socorro verificadas no Tratado de Lisboa.

Logo na abertura preambular do diploma verificamos a intenção perene dos Estados-Membros que se juntam através dos chefes de Estado e de Governo “resolvidos a executar uma política externa e de segurança que inclua a definição gradual de uma política de defesa comum que poderá conduzir a uma defesa comum, de acordo com as disposições do artigo 42º, fortalecendo assim a identidade europeia e a sua independência, em ordem a promover a paz, a segurança e o progresso na Europa e no mundo, (...)” (Preâmbulo Tratado de Lisboa, 2010). Assim, quanto às matérias em estudo e de acordo com o artigo 2º do mesmo Tratado, a protecção e melhoramento da qualidade do ambiente é desde logo uma forte preocupação face aos desastres que nos últimos anos tem assolado o mundo e sobretudo garantir patamares de segurança elencados através de uma política de segurança comum e essencialmente pela adopção de medidas de actuação modulares nas forças e serviços de segurança.

A.5 – TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA (TUE) E TRATADO SOBRE O FUNCIONAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA (TSFUR)

A União, de acordo com o artigo 4º do TUE, não se pretende substituir nas obrigações dos próprios Estados em matérias de segurança e soberania, que continuam da exclusiva responsabilidade de cada Estado-Membro, acrescentando, no entanto que em virtude do princípio da cooperação leal, a União e os Estados-Membros respeitam-se e assistem-se mutuamente no cumprimento das missões decorrentes dos Tratados, ou seja, a União respeita as competências próprias e exclusivas de cada Estado, e deste modo, a intervenção da União decorre enquadrada com as normas comunitárias e sobretudo de acordo com o princípio da subsidiariedade previsto no nº 3 do Artigo 5º do TUE, através do qual “a União intervém apenas se, e na medida em que os objectivos da acção considerada não possam ser suficientemente alcançados pelos Estados-Membros, tanto ao nível central como ao nível regional e local, podendo contudo, devido às dimensões ou aos efeitos da acção considerada, ser mais bem alcançados ao nível da União”.

O Título XXIII do Tratado Sobre o Funcionamento da União Europeia (TSFUR) enquadra a organização da protecção civil na comunidade Europeia. Desta forma, a cooperação entre os Estados-Membros acaba por ser a palavra-chave para um sistema de protecção civil comunitário. Por outro lado, o apoio e complemento à acção dos próprios Estados a nível nacional são uma base de sustento para os programas de protecção civil a nível Europeu. Assim, toda a política europeia, de acordo com o artigo 196º do TSFUR deve ir ao encontro da “promoção de uma cooperação operacional rápida e eficaz na União entre os serviços nacionais de protecção civil” e, por outro lado, deve “favorecer a coerência das acções empreendidas ao nível internacional em matéria de protecção civil.”

A Parte V do TSFUR enquadra e aplica a acção externa da União e especificamente no seu Título III, o tratado refere-se à cooperação com os países terceiros e ajuda humanitária. As acções da União ao nível da ajuda humanitária são desenvolvidas de acordo com os objectivos de prestar assistência, socorro e protecção às populações dos países terceiros completando-se e reforçando-se mutuamente. Esta ajuda, é enquadrada segundo os princípios do direito internacional, tendo sempre em consideração os princípios de imparcialidade, de neutralidade e de não discriminação. Por outro lado, seguindo o artigo 214º do título III da parte V do TSFUR, é criado um Corpo Europeu de Voluntários para a Ajuda Humanitária que é regido de acordo com um estatuto próprio e sob a coordenação promovida através de directivas nesse sentido da Comissão Europeia.

O título VII da parte V do TSFUR estabelece a intitulada cláusula de solidariedade, através da qual a “União e os seus Estados-Membros actuarão em conjunto, num espírito de solidariedade, se um Estado-Membro for alvo de um ataque terrorista ou vítima de uma catástrofe natural ou de origem humana. A União mobiliza todos os instrumentos ao seu dispor, incluindo os meios militares disponibilizados pelos Estados-Membros, para entre outros, prestar assistência a um Estado-Membro no seu território, a pedido das suas autoridades políticas, em caso de catástrofe natural ou de origem humana. Assim, se um Estado-Membro for alvo de um ataque terrorista ou vítima de uma catástrofe natural ou de

origem humana, os outros Estados-Membros prestam-lhe assistência a pedido das autoridades políticas do Estado-Membro afectado.

Para tal, o Conselho Europeu procede a uma avaliação periódica das ameaças com as quais a União se confronta.

Contudo, o Tratado de Lisboa nas declarações anexadas à acta final da conferência intergovernamental que adoptou o Tratado de Lisboa determina que “sem prejuízo das medidas adoptadas pela União para cumprir o seu dever de solidariedade para com um Estado-Membro que seja vítima de um ataque terrorista ou de uma catástrofe natural ou de origem humana, nenhuma das disposições do artigo 222º visa prejudicar o direito de outro Estado-Membro de escolher os meios mais adequados para cumprir o seu próprio dever de solidariedade para com aquele Estado-Membro”. (PT 30.3.2010 Jornal Oficial da União Europeia C 83/349)

A.6 – ALTERAÇÃO AO MECANISMO DE PROTECÇÃO CIVIL DA EUROPA

De acordo com a Decisão da Comissão 2004/277/CE, a comunidade estabelece regras para que se possa aplicar efectivamente a Decisão 2001/792/CE, através da qual é criado o mecanismo de protecção civil europeu. Como já foi salientado, este mecanismo reforça a cooperação e coordenação europeia relativamente à intervenção em situações de emergência e catástrofe, no entanto, considerando a aplicabilidade da mesma decisão, seria necessário estabelecer e incluir regras de execução de modo a abrangerem as funções, capacidades, componentes e tempo de implantação dos módulos de empenho então criados, bem como, definir o grau de auto-suficiência e interoperabilidade.

A base de edificação destes módulos surge como previsto pelo Conselho Europeu, nas conclusões da reunião de 16 e 17 de Junho de 2005 e pelo Parlamento Europeu na sua Resolução de 13 de Janeiro de 2005 sobre a catástrofe provocada pelo tsunami no oceano Índico em 2004. Assim, estes módulos devem ter a capacidade de auto-suficiência num determinado espaço de tempo, bem como, colocar em prática medidas específicas determinadas pela comissão. Uma das medidas mais significantes refere-se à necessidade de melhorar a interoperabilidade dos módulos de protecção civil, designadamente em matéria de formação e exercícios.

A Decisão 2007/779/CE passa a vigorar reestruturando as principais directivas da Decisão 2004/277/CE, assim os módulos de protecção civil, bem como as equipas de suporte técnico de assistência podem ser compostas por recursos financeiros e materiais fornecidos por um ou mais Estados-Membros.

Por outro lado, os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para garantir que os módulos e as equipas técnicas de protecção civil têm a capacidade de funcionar com outros homólogos dos Estados-Membros e também se deve verificar que os módulos de protecção civil e as equipas de apoio e assistência técnica, quando destacados no exterior da UE, tenham a capacidade de operar com outros recursos de resposta internacional no sentido de apoiar um Estado afectado. Em síntese, esta Decisão revela total prioridade ao aumento da interoperabilidade dos módulos de protecção civil.

O Anexo II da Decisão 2007/779/CE confina os requisitos gerais para os módulos em forma lista para enumerar as grandes necessidades do Mecanismo, e entre os quais, se destaca por exemplo, as medidas de busca e salvamento urbano, onde entre as diversas tarefas a desempenhar se destacam: a procura, a localização e salvamento de vítimas. Quanto às capacidades, destacam-se as de busca com cães e outros equipamentos de busca com técnicas concretas de salvamento, detecção de matérias perigosas e o seu isolamento. Deve ter também a capacidade para trabalhar num determinado local, 24 horas por dia durante 7 dias. Os seus principais componentes dentro da gestão são, o comando de ligação e coordenação, planeamento, média e comunicação, avaliação e análise de segurança. Por fim, a sua mobilização no país afectado deve decorrer num prazo máximo de 32 horas.

A.7 – SÍNTESE DO APÊNDICE A

Com o apêndice já concluído, o principal objectivo foi caracterizar os esforços conjugados pelas estâncias oficiais da Comunidade Europeia e os Estados Membros no sentido de fornecer à Europa uma melhor capacidade de resiliência, principalmente quanto aos mecanismos de resposta disponíveis. Para tal, efectuou-se uma análise dos principais diplomas e iniciativas legais em matérias de protecção civil a nível europeu e como resultado, verificou-se uma linha de orientação voltada para a conjugação de esforços através de um incremento das capacidades individuais dos Estados Membros e uma aposta clara de enformar um mecanismo de resposta comunitária.

As conclusões mais relevantes reflectem-se num quadro de medidas no âmbito da segurança e protecção civil ao nível comunitário. Os primeiros esforços da comunidade surgem no sentido de possibilitar o apoio mútuo entre os Estados Membros, aproveitando a estrutura existente em cada Estado e conciliar a permissão e o reconhecimento de actuação na Comunidade.

Posteriormente, a comunidade define a criação de um mecanismo comunitário destinado a facilitar uma cooperação reforçada entre a Comunidade e os Estados-Membros. Através deste mecanismo, a comunidade pretende assegurar a protecção de pessoas, do ambiente e dos bens, de acordo com as necessidades especiais das regiões ou estados afectados.

Através deste mecanismo a comunidade conjuga conhecimentos, técnicas e tecnologia através de equipas preparadas e prontas a actuar dentro e fora do território Europeu, onde a cooperação e a coordenação são as palavras-chave de actuação.

APÊNDICE B

ENQUADRAMENTO LEGAL E CONCEPTUAL NACIONAL

B.1 – INTRODUÇÃO

Analisar a estrutura organizacional da protecção civil em Portugal e enquadrar o contributo da GNR nesta estrutura, demonstra efectiva utilidade e torna-se indispensável na compreensão e verificação dos resultados e conclusões em conspécção no presente trabalho.

O sistema de protecção civil nacional, também de encontro às alterações introduzidas neste campo a nível europeu, tem sido actualizado nos últimos anos e tem consumado alterações de base em todo o território nacional.

O apêndice que se segue reflecte as principais normas nacionais, grande parte decorrentes das directivas emanadas pela comunidade europeia, em matérias de protecção civil e segurança na resposta em situações de emergência, bem como, apresenta a GNR como agente de protecção civil com principal realce para a sua actuação em situação de catástrofe.

B.2 – ESTADOS DE EXCEPÇÃO

A Constituição da República Portuguesa (CRP) é, de acordo com o artigo 3º, a base de sustento e legalidade para enquadramento jurídico nacional. Este princípio pressupõe o afastamento de qualquer norma contrária aos preceitos instituídos pela CRP.

A base legal de todo o sistema de protecção civil prevê dois estados de excepção, são eles o estado de sítio e de emergência previstos no artigo 19º da CRP.

A CRP designa que o estado de sítio ou emergência só são declarados em casos únicos relacionados com ameaça ou perturbação da ordem constitucional ou calamidade pública, bem como, a agressão efectiva ou iminente. A lei nº 44 de 30 de Setembro de 1986 enquadra o ciclo acção/reacção perante situações excepcionais, isto é, congrega a base de actuação perante a declaração de estado de sítio ou emergência.

O artigo 1º da Lei 44/86 de 30 de Setembro, em consonância e até em igualdade terminológica com a CRP, define os parâmetros perante os quais podem ser declarados os Estados de excepção. O artigo 2º da mesma Lei, define a garantia dos direitos dos cidadãos, perante os quais as autoridades têm um papel extremamente importante quer na sua actuação, quer na defesa dos mesmos direitos em concreto. As autoridades devem de igual modo, em estado de excepção, proceder de acordo com os princípios de igualdade e não discriminação, respeitando sobretudo o foro particular e integridade das pessoas. Cabe ainda às autoridades, de acordo com o artigo 2º nº2 salvaguardar dentro das suas obrigações legais, a garantia do direito de habeas corpus, particularmente aos cidadãos fixados em residências ou detidos com a comunicação ao juiz de instrução no prazo máximo de 24 horas.

A realização de buscas domiciliárias e a recolha dos demais meios de obtenção de prova, são efectuados na presença de testemunhas e comunicadas ao juiz de instrução, o condicionamento de pessoas e interdição de trânsito são tarefas das autoridades (Forças e

Serviços de Segurança) e em específico o cumprimento da Declaração no particular do transporte, alojamento e manutenção dos cidadãos afectados.

A Lei n.º 31-A/2009 de 7 de Julho, que aprova a Lei de Defesa Nacional define no seu artigo 9º, que sem prejuízo de outras competências que lhe sejam atribuídas pela Constituição ou pela lei, compete ao Presidente da República, em matéria de defesa nacional declarar o estado de sítio e o estado de emergência, ouvido o Governo e mediante autorização da Assembleia da República, ou, quando esta não estiver reunida, nem for possível a sua reunião imediata, da sua Comissão Permanente.

As medidas constantes da Declaração devem ser as estritamente necessárias e proporcionais com o objectivo a atingir na região afectada ou em todo o território nacional e a duração temporal do estado de sítio ou estado de emergência deve ser adequado ao restabelecimento da normalidade e não ultrapassar os quinze dias, podendo no entanto, de acordo com as necessidades ser renovado por iguais períodos. O seu início e fim são estipulados na declaração com menção obrigatória do dia e hora e sempre que possível, o estado de sítio deve ser substituído por estado de emergência.

Os tribunais continuam as funções na defesa da justiça e garantia dos direitos dos cidadãos e a violação do estipulado na declaração faz incorrer os respectivos autores em crime de responsabilidade.

O estado de sítio de acordo com o artigo 8º nº1 da Lei 44/86, “é declarado quando se verifiquem ou estejam iminentes actos de força ou insurreição que ponham em causa a soberania, a independência, a integridade territorial ou a ordem constitucional democrática e não possam ser eliminados pelos meios normais previstos na Constituição e na lei”. As autoridades civis ficam subordinadas às autoridades militares e as Forças de Segurança, “durante o estado de sítio ficarão colocadas, para efeitos operacionais, sob o comando do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, por intermédio dos respectivos comandantes-gerais.”

Quanto ao estado de emergência, este é declarado em situações de menor gravidade, sendo declarado normalmente quando ocorre uma situação de calamidade pública. As autoridades administrativas são apoiadas pelas Forças Armadas. (Artigo 9º Lei 44/86)

De acordo com o artigo 14º da mesma Lei “A declaração do estado de sítio ou do estado de emergência conterá clara e expressamente os seguintes elementos:

1. Caracterização e fundamentação do estado declarado;
2. Âmbito territorial;
3. Duração;
4. Especificação dos direitos, liberdades e garantias cujo exercício fica suspenso ou restringido;
5. Determinação, no estado de sítio, dos poderes conferidos às autoridades militares, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º;
6. Determinação, no estado de emergência, do grau de reforço dos poderes das autoridades administrativas civis e do apoio às mesmas pelas Forças Armadas, sendo caso disso;

7. Especificação dos crimes que ficam sujeitos à jurisdição dos tribunais militares, sem prejuízo do disposto no artigo 22.^o

2 - A fundamentação será feita por referência aos casos determinantes previstos no n.º 2 do artigo 19.^o da Constituição, bem como às suas consequências já verificadas ou previsíveis no plano da alteração da normalidade.”

Relativamente às autoridades, compete a tomada de medidas necessárias e adequadas ao restabelecimento da normalidade. Relativamente ao estado de emergência, a execução da declaração ao nível local é, em Portugal continental, coordenada pelos governadores civis, na sua área de jurisdição.

B.3 – SISTEMA NACIONAL DE GESTÃO DE CRISES

Considerando os riscos, alguns deles inerentes aos avanços das sociedades modernas e desenvolvidas que se traduzem muitas vezes num aumento de acidentes graves, de conflitos armados, de catástrofes e outras calamidades, tem hoje um impacto devastador devido aos efeitos já estudados da globalização que permite um acesso à informação em tempo real. Perante tal ameaça, é necessário que qualquer nação tenha um sistema de gestão de crises que permita uma reacção capaz de gerar uma resposta eficaz aos cenários mais ou menos imprevisíveis.

Em cenários de crise, que numa escala de gravidade se pode situar entre a normalidade e a guerra, torna-se urgente tomar decisões e considerar acções imediatas. O Sistema Nacional de Gestão de Crises (SNGC) visa organizar os meios existentes, no sentido de fornecer apoio ao Primeiro-Ministro no processo de tomada de decisão. Este Sistema estrutura-se em três níveis: o da decisão, constituído pelo Gabinete de Crise, de natureza eminentemente política; o da execução, ao nível dos ministérios envolvidos ou a envolver, e o de apoio, garantido pelo Gabinete de Apoio, de características exclusivamente técnicas.

Relativamente ao Grupo de Apoio, este é coordenado pelo membro do Governo que para o efeito for designado pelo Primeiro-Ministro e integra entre outros, as entidades que compõem o Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência e as comissões de planeamento de emergência e tem que, além de outras competências, aconselhar sobre os assuntos relacionados com sistemas da União Europeia, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), bem como com outros sistemas internacionais de resposta a crises.

B.4 – LEI DE BASES DE PROTECÇÃO CIVIL

A protecção civil como actividade tem por fim prevenir os riscos resultantes de acidente grave ou catástrofe e sobretudo atenuar os seus efeitos protegendo e socorrendo as pessoas e bens. Desenvolve-se através do Estado e demais órgãos da administração pública em todo o território nacional, sendo um dever de todos os cidadãos contribuir para a sua eficácia. A protecção civil desempenha um papel de cooperação e apoio de acordo com os compromissos internacionais assumidos.

Os princípios basilares da protecção civil constam na Lei de Bases de Protecção Civil a Lei 27/2006 de 3 de Julho, e de acordo com o seu artigo 3º, acidente grave “é um acontecimento inusitado com efeitos relativamente limitados no tempo e no espaço,

susceptível de atingir as pessoas e outros seres vivos, os bens ou o ambiente” e “Catástrofe é o acidente grave ou a série de acidentes graves susceptíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e, eventualmente, vítimas, afectando intensamente as condições de vida e o tecido socioeconómico em áreas ou na totalidade do território nacional.”

A actividade da protecção civil tem assim um largo espectro de actuação face à ocorrência de acidentes graves ou catástrofes, em particular e numa perspectiva de segurança, a Lei 27/2006 prevê a limitação dos efeitos destes eventos através da protecção de pessoas e bens e valores culturais, ambientais ou de elevado interesse público. Para tal, deve desenvolver a este nível um estudo e divulgar formas adequadas de protecção de edifícios em geral.

A protecção civil desenvolve a sua actividade de acordo com um conjunto de princípios, destacando-se entre eles:

- o princípio da prioridade, através do qual deve ser dada prioridade à sua actividade perante situações de crise, exceptuando apenas as prioridades constitucionais, principalmente no respeitante à Defesa Nacional, à Segurança Interna e Saúde Pública;
- o princípio da subsidiariedade, pressupõe a evolução da actividade da protecção civil em vários subsistemas, onde o subsistema superior só é activado se o inferior se tornar incapaz;
- o princípio da cooperação, congrega a obrigação de colaboração por parte de todos os cidadãos, organismos e entidades, considerando sempre o bem comum;
- o princípio da coordenação assumido pelo Governo que assegura a articulação através do princípio da unidade de comando, isto é, existe um único comando através do qual se conjugam os esforços e tarefas aos diversos níveis de empenhamento;

As ordens, instruções e conselhos dos órgãos e agentes responsáveis pela segurança interna e protecção civil, devem ser respeitados pelos cidadãos e demais entidades privadas além do normal cumprimento das disposições legais. A desobediência e a resistência às ordens legítimas praticadas em situação de alerta, contingência ou calamidade, são sancionadas nos termos da lei penal e as respectivas penas são sempre agravadas em um terço nos seus limites.

A situação de alerta, prevista no artigo 13º e seguintes da Lei 27/2006 dispõem o acto que declara a situação e estabelece as orientações relativas aos procedimentos de coordenação da intervenção das Forças e Serviços de Segurança, bem como, a colaboração dos meios de comunicação com estes órgãos de coordenação.

Quanto à situação de contingência, prevista no artigo 16º e seguintes do mesmo diploma legal, prevê no número 2 alínea d) do artigo 18º que a declaração de contingência deve conter os critérios de intervenção das Forças e Serviços de Segurança e Forças Armadas.

Relativamente à declaração de calamidade, artigo 19º e seguintes, é da competência do Governo e reveste a forma de resolução do Conselho de Ministros. Esta declaração abrange os pressupostos das declarações anteriores e consubstancia uma série de medidas e acções de carácter excepcional, moduláveis de acordo com a situação que justifica a declaração de calamidade.

A lei de bases de protecção civil, também prevê a existência de comissões de protecção civil ao nível dos municípios, dos distritos e uma comissão nacional de protecção civil, bem como, a sua composição, das quais fazem parte por exemplo, entidades das Forças e Serviços de Segurança.

Por fim, o artigo 59º da Lei 27/2006 consubstancia a subordinação da protecção civil à Lei de Defesa Nacional e Lei sobre o Estado de Sítio e Estado de Emergência.

B.5 – AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL (DECRETO-LEI Nº 75/2007 DE 29 DE MARÇO)

Com a entrada em vigor da Lei nº 27/2006, de 3 de Julho, que aprovou a Lei de Bases de Protecção Civil, foi redefinido o sistema de protecção civil, e a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) tomou um papel fundamental no âmbito do planeamento, coordenação e execução da política de protecção civil.

Também, com a implementação do Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS), a função socorro sofre alterações significativas, definindo-se uma organização operacional baseada na caracterização do território nacional e nas características dos agentes de protecção civil. Assim, o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil é alterado no seu modo e organização e passou a designar-se por Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC). O Decreto-Lei 75/2007 de 29 de Março, visa dotar a ANPC com um novo modelo de organização na actividade da previsão e gestão de riscos, protecção e socorro.

A ANPC integra três direcções nacionais, uma na área dos recursos de protecção civil, outra no planeamento de emergência e bombeiros, bem como na estrutura de comando do SIOPS.

A ANPC pertence à administração central do Estado na dependência do Ministro da Administração Interna e tem autonomia administrativa e financeira, bem como, património próprio. Tem como grande definição de responsabilidade de todo o território nacional e como principal tarefa deve assegurar a coordenação de todos os agentes de protecção civil e as demais estruturas e serviços públicos com intervenção ou responsabilidades de protecção e socorro.

ANPC participa na execução da política de cooperação internacional do Estado português, no domínio da protecção civil, e de acordo com as orientações estabelecidas, podendo participar em missões de auxílio externo.

Os serviços de segurança, entre outros serviços e entidades, têm o dever especial de colaborar com a ANPC. A violação do dever especial implica responsabilidade civil, criminal e disciplinar, nos termos da lei.

Como já vimos a ANPC, organiza-se internamente através de uma estrutura hierarquizada compreendendo a direcção nacional de planeamento de emergência, a direcção nacional de bombeiros, a direcção nacional de recursos de protecção civil, e no sentido de assegurar o comando operacional das operações de socorro e ainda o comando operacional integrado de todos os agentes de protecção civil no respeito pela sua autonomia própria, a ANPC compreende ainda a estrutura de comando constituída por comando nacional de operações de socorro e comandos distritais de operações de socorro.

B.6 – SISTEMA INTEGRADO DE OPERAÇÕES DE PROTECÇÃO E SOCORRO

O Decreto-Lei nº 134/2006 de 25 de Julho cria o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS), definindo-o como “o conjunto de estruturas, normas e procedimentos de natureza permanente e conjuntural que asseguram que todos os agentes de protecção civil actuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respectiva dependência hierárquica e funcional” nº1 artigo 1º DL 134/2006.

O SIOPS funciona através de centros de coordenação operacional a nível nacional e distrital, através dos quais se coordenam e controlam as instituições necessárias na resposta a acidentes graves e catástrofes. Por outro lado, as estruturas de comando operacional funcionam através da Autoridade Nacional de Protecção Civil, mas tem a sua acção de comando em ligação com outras forças que dispõem de comando próprio.

O SIOPS é assim um instrumento global e centralizado de coordenação e comando de operações de socorro cuja execução compete a entidades diversas e que não dependem da Autoridade Nacional de Protecção Civil, mas que dependem, para efeitos operacionais, do SIOPS que efectua a gestão das operações no terreno.

Assim, em situações de iminência ou de ocorrência de acidente grave ou catástrofe, o SIOPS actua através do princípio do comando único de acordo com a coordenação institucional e o comando operacional. Os centros de coordenação operacional (CCO) são os responsáveis pela coordenação institucional ao nível nacional e distrital, pois em cada centro, tomam parte representantes das instituições envolvidas na resolução da ocorrência. Ou seja, os CCO são responsáveis pela gestão da participação operacional de cada força ou serviço nas operações a desenvolver, realizando entre outras, as tarefas incumbidas por lei através do nº3 do artigo 2º do DL 134/2006.

A Comissão Nacional de Protecção Civil, em reunião realizada em 20 de Novembro de 2007, aprovou, nos termos do n.º 4 do artigo 2.º do Decreto -Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho, o Regulamento de Funcionamento dos Centros de Coordenação Operacional (CCO), através da declaração nº 344/2008, em 2 de Setembro de 2008. Assim, os elementos de ligação permanente são entre outros, o Estado-Maior General das Forças Armadas, a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública, a Polícia Judiciária (...) artigo 3º Declaração 344/2008. Estas entidades, são representadas através de um elemento de ligação nomeado pelas instituições, competindo a estes entre outras funções designadas por lei, assegurar a articulação entre o centro e a entidade que representam. Para tal, estes representantes devem ter a disponibilidade permanente e em casos excepcionais ter uma prontidão não superior a duas horas.

De acordo com o artigo 6º da declaração 344/2008, os centros reúnem em sessão, para decidir a declaração do estado de alerta especial para o SIOPS, quando declarada a situação de alerta, contingência ou calamidade, tal como previsto nos planos de emergência e planos operacionais, no entanto, quando se trata da realização de exercícios e treinos é por decisão do Ministro da Administração Interna, no que se refere aos centros, ou dos governadores civis, no que se refere aos Centros de Coordenação Operacional Distrital (CCOD).

Relativamente ao Centro de Coordenação Operacional Nacional (CCON), assegura a articulação entre as entidades e instituições de âmbito nacional, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto. O CCON é coordenado pelo presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil ou, em substituição, pelo comandante operacional nacional da Autoridade Nacional de Protecção Civil. Dele fazem parte, representantes da Autoridade Nacional de Protecção Civil, da Guarda Nacional Republicana, da Polícia de Segurança Pública, do Instituto Nacional de Emergência Médica, do Instituto de Meteorologia e da Direcção-Geral dos Recursos Florestais e de outras entidades que cada ocorrência em concreto venha a justificar. São atribuições do CCON, entre outras, as especificamente designadas no nº 5 do artigo 3º do DL 134/2006.

Quanto aos centros de coordenação operacional distrital (CCOD), asseguram articulação entre as entidades e instituições de âmbito distrital, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência. Os CCOD são coordenados pelos comandantes operacionais distritais da Autoridade Nacional de Protecção Civil e integram, obrigatoriamente, representantes da Autoridade Nacional de Protecção Civil, da Guarda Nacional Republicana, da Polícia de Segurança Pública, do Instituto Nacional de Emergência Médica e da Direcção-Geral dos Recursos Florestais e das demais entidades que cada ocorrência em concreto venha a justificar. São atribuições dos CCOD, designadamente as constantes no nº6 do artigo 4º do DL 134/2006.

Ao nível da gestão de operações, as instituições representadas actuam de acordo com as atribuições próprias estabelecidas na lei orgânica de cada instituição, no entanto, o sistema de gestão de operações organiza todo um modelo de actuação considerando a importância e tipo de ocorrência. A gestão de operações comporta três níveis, o estratégico, o tático e o de manobra, deste modo, o comandante da primeira força a chegar ao local assume de imediato o comando da operação considerando os três níveis e sempre a adequação técnica dos agentes presentes no local, bem como, tem que considerar a sua competência legal. A gestão da operação no nível estratégico assegura-se através da identificação da estratégia apropriada, isto é, enumerar objectivos gerais, definir prioridades, criar um plano estratégico de acção, receber e colocar meios de reforço, prever resultados e a nível tático fixar objectivos específicos. São estes objectivos definidos pela estratégia que fundamentam a direcção das actividades operacionais. Por fim, o nível da manobra desenvolve tarefas de acordo com os meios ao dispor da operação e objectivos táticos definidos.

No local da ocorrência, o posto de comando operacional é órgão director preparado para apoiar o responsável pelas operações na tomada de decisão e articulação dos meios. O comandante de operações de socorro é assessorado por três oficiais, um como adjunto para a segurança, outro para as relações públicas e outro para a ligação com outras entidades. No local da ocorrência, as operações são configuradas no terreno de acordo com uma divisão geográfica que abranja toda a zona afectada, ficando cada sector com um responsável. Estes sectores têm a designação de zonas de sinistro e zonas de apoio, sendo estas estabelecidas no local de maior perigo e local adjacente respectivamente, separando-

se das zonas de concentração e reserva e zonas de recepção de reforços, podendo estas últimas sobrepor-se de acordo com as necessidades.

B.7 – ESTADO DE ALERTA ESPECIAL PARA O SIOPS

De acordo com o artigo 23º do Decreto-Lei 134 de 2006, o estado de alerta especial envolve as organizações integrantes do SIOPS e providencia um acelerar e intensificar das acções preparatórias, no sentido de suprimir ou minorar as ocorrências. Este alerta é activado pelo Centro de Coordenação Operacional Nacional de acordo com a aprovação da directiva operacional da Comissão Nacional de Protecção Civil e consiste entre outras acções, em mobilizar o maior número de meios, iniciar esquemas preparatórios para intervenção ou actuação iminente, executar missões de prevenção ou vigilância. O alerta especial compreende os níveis azul, amarelo, laranja e vermelho, progressivos conforme a gravidade da situação e o grau de prontidão que esta exige. Perante estes níveis existe uma prontidão para a resposta por parte das instituições, o dispositivo de resposta operacional, mantém em permanente prontidão equipas de intervenção que são as primeiras a intervir em missões de socorro. (Portaria nº 1358/2007, de 15 de Outubro – Equipas de Intervenção Permanentes)

A competência para constituição destas equipas depende do CCON, bem com garantir a sua formação e preparação, por exemplo, de acordo com o artigo 28º do Decreto-lei 134/2006 existe e está criado um dispositivo especial de combate a incêndios florestais no sentido de garantir entre outros, a primeira intervenção em incêndios e a unidade de comando, controlo e comunicações, entre outros.

Quanto ao sistema de apoio à decisão, este é da responsabilidade de cada uma das instituições representadas no SIOPS e é previamente avaliado pelo CCON. Poderá existir entre as entidades a partilha deste sistema, contudo estas tem que garantir a inviolabilidade do mesmo.

Relativamente ao dispositivo de resposta internacional, este é composto por uma força operacional de resposta rápida e compreende grupos de busca e salvamento, de protecção, socorro e assistência. A Comissão Nacional de Protecção Civil estipula a estrutura e as regras de constituição destes grupos.

B.8 – O PAPEL DA GNR

A Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro, aprova a Lei orgânica da GNR e de acordo com o nº2 do artigo 2º as forças da Guarda são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, através do seu comandante-geral, nos casos e termos previstos na Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência, dependendo, nesta medida, do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional no que respeita à uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento.

Por outro lado, relativamente às missões de apoio e socorro, e no caso de catástrofe natural a GNR tem obrigatoriedade de prestar auxílio às pessoas em perigo e utiliza todas as suas unidades para o efeito. (Manual de operações, volume I capítulo III – Missão Guarda Nacional Republicana)

Ainda no âmbito das suas competências em situação excepcional de catástrofe e de acordo com as missões de apoio e socorro previstas no manual de operações, “competem à GNR executar as seguintes missões:

- Isolar e garantir a manutenção da Lei e da Ordem nas áreas afectadas;
- Garantir o controlo do tráfego, a abertura de corredores de emergência e o controlo de acesso às áreas afectadas;
- Coordenar as operações de movimentação das populações;
- Definir e implementar, em colaboração com as autoridades civis, os processos de identificação e credenciação do pessoal ligado às operações de socorro em situação de emergência;
- Colaborar nas acções de mortuária;
- Receber e guardar os espólios dos cadáveres;
- Coordenar as acções tendentes a permitir a movimentação de pessoas, e bens através das fronteiras;
- Colaborar nas acções de aviso, alerta e mobilização do pessoal envolvido nas operações de socorro, no aviso e alerta às populações, cedendo sempre que necessário e possível, meios humanos e materiais;
- Efectuar buscas de pessoas subterradas ou desaparecidas, com recurso às suas equipas cinotécnicas especializadas para este tipo de missões.”(Manual de operações, volume I capítulo III – Missões de apoio e socorro)

Na contextualização legal destas missões enumeradas verifica-se que, de acordo com a lei orgânica da GNR, constituem atribuições da Guarda, proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da acção humana ou da natureza, e ainda, executar acções de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de protecção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves;

Actualmente, resultado da grande importância política e social, dada às missões de auxílio e socorro, a GNR conta recentemente com um Grupo especializado para prestar auxílio nos mais variados campos de acção nacional e internacional.

Assim, recentemente, devido a uma necessidade evidente de Portugal ter um corpo nacional, no Estado, altamente treinado e motivado e com grande capacidade de projecção para todo o território nacional, de intervenção em operações de protecção civil, é então criado na GNR o Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (GIPS). As razões para a criação deste grupo no seio da GNR são evidentes, desde logo o aspecto financeiro, garantindo eficiência quer económica quer temporal, de criar um serviço autónomo com estas valências, por outro lado, a capacidade organizativa e a natureza militar da GNR são argumentos claros para a escolha de criação deste grupo na instituição.

Deste modo, de acordo com o artigo 4º do Decreto-Lei 22/2006 de 02 de Fevereiro é criado, na dependência do comando-geral da GNR, o GIPS. Este tem como missão específica a execução de acções de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de protecção e socorro.

O GIPS articula-se, sem prejuízo da dependência hierárquica e funcional, operacionalmente no comando único do sistema integrado de operações de protecção e socorro.

Os militares que integram esta subunidade são dotados de formação específica de protecção e socorro e da formação especial que os habilita a intervir em diferentes cenários de emergência.

A coordenação da acção do GIPS no âmbito da estrutura de protecção civil é a regulada pela lei e efectiva-se pelos mecanismos definidos por portaria do Ministro da Administração Interna, ouvido o comandante-geral da GNR.

O GIPS é colocado para efeitos administrativos e logísticos em unidades da Guarda.

B.9 – SÍNTESE DO APÊNDICE B

O apêndice em análise espelha a organização da estrutura base da protecção civil em Portugal. Desta forma, através da observação da legislação vigente é elaborada uma síntese acerca da forma como se organiza o auxílio e socorro, verificando-se um conjunto de esforços no sentido de actualizar e modernizar a resposta nos últimos anos.

As missões de auxílio e socorro decorrem da verificação extraordinária de estados de alerta, emergência, calamidade, etc, que obrigam a uma resposta enquadrada de acordo com o planeamento e claramente de acordo com as atribuições decorrentes da lei.

Ao nível da gestão de crises, Portugal, possui um sistema de auxílio à tomada de decisão ao Primeiro-ministro, efectivando-se como uma ferramenta indispensável, por exemplo perante uma situação de calamidade.

A Lei de Bases de Protecção civil, estabelece a organização da protecção civil através de princípios base e organiza o papel dos diferentes agentes de protecção civil ao nível da cooperação e coordenação.

Por outro lado, a Autoridade Nacional de Protecção Civil é a entidade responsável pelo planeamento, coordenação e execução da política de protecção civil e integra três direcções nacionais, uma na área dos recursos de protecção civil, outra no planeamento de emergência e bombeiros, bem como na estrutura de comando do Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS).

O SIOPS é uma estrutura que assegura que todos os agentes de protecção civil actuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respectiva dependência hierárquica e funcional.

Por fim, o presente apêndice encerra um conjunto de atribuições e competências da GNR face às missões incumbidas em matérias de auxílio e socorro, bem como, o incremento de valências verificadas com a criação de um grupo especializado, o GIPS.

APÊNDICE C ENTREVISTAS

C.1 – GUIÃO DE ENTREVISTA



ACADEMIA MILITAR DIRECÇÃO DE ENSINO

Mestrado em Ciências Militares na Especialidade Segurança

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

ENTREVISTA

CATÁSTROFES NATURAIS: CONTRIBUTOS PARA UM MODELO DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA.

AUTOR: Aspirante de Infantaria Fernando António Ferreira Da Silva

ORIENTADOR: Professor Convidado João Gouveia De Caires

CO-ORIENTADOR: Capitão de Infantaria Bruno Miguel Chaves Antunes

A entrevista que se propõe, trata-se de uma ferramenta válida de apoio à análise científica e enquadra-se no Trabalho de Investigação Aplicada, realizado no final da frequência do mestrado em Ciências Militares na Especialidade da Segurança, e tem como tema “Catástrofes Naturais: contributos para um modelo de segurança e ordem pública”.

O objectivo do estudo é relacionar a missão da GNR em matérias de segurança e ordem pública face à ocorrência de uma catástrofe natural, neste estudo, interessa identificar as diversas missões a desempenhar através da amostra de caso, a nível municipal e contextualizar a forma como a GNR se relaciona com os demais agentes de protecção civil ao nível do município.

A validade científica exigida a este tipo de trabalho, pressupõe a elaboração de algumas entrevistas a entidades consideradas especialistas nesta área, não só para ajudar a responder às questões de investigação mas também para definir uma linha coerente de investigação.

O seu contributo, ao responder às questões enunciadas, trata-se de uma ajuda fundamental e uma mais-valia importantíssima para este trabalho dada a sua experiência sobre a temática abordada.

A presente entrevista será analisada de forma qualitativa e servirá como suporte da investigação na sua parte prática com vista à verificação das hipóteses formuladas.

De forma a salvaguardar os interesses de V. Ex.^a, e se assim o desejar, poderá ser colocada à sua disposição, para sua apreciação, a análise de conteúdo efectuada às suas respostas. Poderá também ser facultado o trabalho na íntegra após a sua aprovação.

Gratos pela sua colaboração.
Atenciosamente,

Fernando António Ferreira Da Silva
Aspirante de Infantaria/GNR

Nota introdutória de investigação

A ocorrência de catástrofes naturais, com um impacto extremamente negativo em todo o mundo, tem transportado o homem para uma preocupação multidimensional, quer seja ao nível da prevenção (mecanismos de alerta, construções, preocupações ambientais...), quer seja na reacção (mecanismos, estratégias e planos para atenuar a assolação provocada por estes acontecimentos).

Deste modo, como objectivo geral do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) interessa definir na actual conjectura Internacional e Nacional o modelo aplicável relativamente às tarefas a desempenhar pelas Forças de Segurança, bem como correlacionar o empenhamento destas com as demais entidades e instituições, relacionando-as na segurança, auxílio e socorro perante a ocorrência de catástrofes naturais.

A segurança é um fim primordial e um importantíssimo factor na gestão de crises. Assim, considerar a actuação das forças de segurança de acordo com os parâmetros da legitimidade e da legalidade, enquadrando-as num modelo conjunto de actuação com o objectivo garantir a prossecução da segurança e ordem pública, são prerrogativas que convém estudar e aprofundar, de forma a permitir uma actualização. Neste trabalho é considerado um caso específico para análise, o Município de Mafra, servindo de modelo particular e a partir desta análise reter considerações e elações de carácter geral.

Quer ao nível da protecção civil, quer ao nível da segurança, Portugal presenciou nos últimos anos uma grande reforma legal e a GNR para além das missões de prevenção e protecção de pessoas e bens, viu revisto o seu dever de cooperação e de complementaridade com os demais agentes de protecção civil.

É também na caracterização desta relação, entre as Forças de Segurança e os Agentes de protecção civil, que assentará uma parte do estudo com vista decifrar se na prática existe ou não essa relação de complementaridade e cooperação.

Questões

1. *Na sua opinião e de acordo com a sua experiência, qual entende que deverá ser a relação entre as forças de segurança e os demais agentes de protecção civil?*

2. *O Decreto-lei 134/2006 de 25 de Julho cria o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS), que define a articulação dos agentes de protecção civil através de um comando único a nível operacional, considera que este comando possa ter a sua autoridade fragilizada na medida em que terá que respeitar a dependência hierárquica e funcional dos agentes?*

3. *Como avalia o conceito do comando único a nível municipal relativamente à aplicação da lei 65/2007 e à integração da mesma conjuntamente com o SIOPS?*
- Saber como tem funcionado a nível municipal;

4. *O Decreto-lei 75/2007 de 29 de Março, visa dotar a ANPC com um novo modelo de organização das actividades de protecção civil, era este o modelo esperado pelos operacionais? Qual considera ter sido a mudança mais significativa introduzida por este modelo?*

5. *Já alguma vez esteve numa ocorrência provocada por catástrofe natural, onde a ordem pública estivesse em causa ou até fosse mesmo necessário a intervenção de forças de ordem pública?*

6. *Atendendo à sua experiência existe algum assunto, no âmbito do tema tratado, que acharia importante ao ponto de ser abordado no trabalho?*

C.2 – ENTREVISTA 1

Entrevista 1

Nome: José Codeço

Cargo/Posto: Coronel da Força Aérea

Função: 2º Comandante Operacional Nacional

Local: Sede ANPC - Carnaxide

Data: 26JUL11

Questões

1. **Na sua opinião e de acordo com a sua experiência, qual entende que deverá ser a relação entre as forças de segurança e os demais agentes de protecção civil?**

A relação deverá ser favorável na coordenação e cooperação em todos os níveis.

No âmbito das operações, as relações são diferenciadas conforme o emprego da força, portanto nós temos felizmente muito que ainda não foi testado em ambiente operacional, por exemplo operações em ambiente NRBQ. Mas no que diz respeito aquilo que ciclicamente nos acontece, o problema dos incêndios florestais, parece-me que está perfeitamente agilizado e consensualizado e funciona sem grandes obstáculos. Agora em outras áreas que possamos vir a intervir, penso que só se consegue à custa de muito treino, falta a componente de terreno para consolidar uma relação favorável entre os vários agentes.

O GIPS, embora inicialmente tenha trazido muitas dúvidas, é hoje uma mais-valia, porque além da componente “safety” é uma força que pode de imediato exercer a autoridade para controlar certos comportamentos de risco.

2. **O Decreto-lei 134/2006 de 25 de Julho cria o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS), que define a articulação dos agentes de protecção civil através de um comando único a nível operacional, considera que este comando possa ter a sua autoridade fragilizada na medida em que terá que respeitar a dependência hierárquica e funcional dos agentes?**

Não, tenho a certeza que não. Este conceito adapta-se muito ao conceito NATO, em que os países fornecem as forças e nem sempre a parte de comando da operação cabe aos comandantes do país que forneceu a força. Portanto desde que os procedimentos estejam definidos, com doutrina instituída e sobretudo o treino, e cada operação constitui também um treino. Deste modo, já estou no comando há alguns anos e não vejo actualmente qualquer espécie de constrangimento, no início sim mas é como se costuma designar as dores de parto.

As forças estão alocadas ao dispositivo e a partir do momento que são accionadas, a hierarquia de cada agente integra-se perfeitamente neste chapéu que é a protecção civil.

Ainda no ano passado, no norte, numa situação muito complicada vi GIPS a trabalhar com FEB, sapadores e funcionou na perfeição, o objectivo era terminar com as ocorrências.

3. Como avalia o conceito do comando único a nível municipal relativamente à aplicação da lei 65/2007 e a integração da mesma conjuntamente com o SIOPS?

Eu só concebo um comando com forças, que tenha forças. Como é que um comandante que não tem forças pode exercer a função de comando? O COM acaba por ser uma figura que não surte os seus efeitos e mais não me pronuncio. Agora, se fosse um elo de ligação ou coordenador da câmara, talvez funcionasse.

4. O Decreto-lei 75/2007 de 29 de Março, visa dotar a ANPC com um novo modelo de organização das actividades de protecção civil, era este o modelo esperado pelos operacionais? Qual considera ter sido a mudança mais significativa introduzida por este modelo?

Estou convencido que não é o modelo que impede que as operações se realizem, agora facilita. Penso que é um modelo que tem mais virtudes que propriamente deficiências e os constrangimentos qualquer modelo os tem, depois passa muito pela capacidade interpessoal dos agentes se relacionarem. O facto de ter aqui os vários oficiais de ligação liberta o peso da estrutura e agiliza os contacto e as operações.

A alteração mais significativa é assunção da autoridade nas operações, porque define e organiza os diferentes agentes de protecção provenientes de diferentes experiencias e estruturas.

5. Já alguma vez esteve numa ocorrência onde a ordem pública estivesse em causa ou até fosse mesmo necessário a intervenção de forças de ordem pública?

Eu pessoalmente já, no ano passado. Passou-se num incêndio em São Pedro do Sul. Tudo derivado da situação, já com uma série de dias, com um incêndio a afectar pessoas e bens, até que as pessoas já estavam com alguns comportamentos violentos, principalmente contra bombeiros, no qual tive de recorrer à força territorial da GNR para impor a ordem e para que nos deixassem fazer o nosso trabalho. As coisas entretanto resolveram-se e as operações começaram a funcionar com mais calma.

6. Atendendo à sua experiência existe algum assunto, no âmbito do tema tratado, que acharia importante ao ponto de ser abordado no trabalho?

Nesta área considero que o papel das autoridades e particularmente da GNR é fundamental. O esforço que há no âmbito das ocorrências florestais, este país tem de reduzir o número de deflagrações. Existe Lei, agora à que arranjar uma componente que a faça cumprir efectivamente e não andarmos sempre a correr atrás do prejuízo, depois um

indivíduo comete um crime e é advertido ou é considerado inimputável e continuam-se sistematicamente a cometer os mesmos erros. Sei que os recursos não são infinitos, mas esta área de investigação criminal nos incêndios deveria ser também uma das vertentes de força da GNR, para que estas pessoas não continuem impunes.

C.3 – ENTREVISTA 2

Entrevista n.º 2

Nome: José Manuel do Vale Moura Ferreira Gomes

Cargo/Posto/Título: Doutorando em Ciências do Risco, no programa Doutoral Território, Riscos e Políticas Públicas, programa conjunto das Universidades Coimbra, Lisboa e Aveiro, a decorrer na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, (2010-2013); Mestre e Pós-Graduado em Gestão de Sistemas de Informação das Organizações, Estatística e Análise de Dados, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; Licenciatura em Gestão, pela Universidade Lisboa.

Função: Comandante Operacional Distrital do Comando Distrital de Operações de Socorro do Distrito de Leiria da Autoridade Nacional de Protecção Civil; Nomeado Coordenador de Agrupamento das forças (COAG AGRUF02) constituído pelos distritos de Leiria, Lisboa, Castelo Branco, Coimbra, Viseu e Guarda, em Maio de 2011 pela NOP 2203;

Unidade: CDOS-Leiria

Local: Leiria

Data: 17JUN10

Questões

1. **Na sua opinião e de acordo com a sua experiência, qual entende que deverá ser a relação entre as forças de segurança e os demais agentes de protecção civil?**

Na minha expectativa, nos últimos anos as forças de segurança vieram trazer à protecção civil em termos de complementaridade qualquer coisa de bastante substancial. Até 2005, a GNR ou PSP tinha a função de trânsito e balizar ou isolar o local. Hoje desta interacção, por exemplo com os briefings semanais com todos os oficiais de ligação, as forças de segurança estão no sistema de protecção civil não só por força da lei, mas cada vez mais de pleno direito, que faz todo o sentido. Por exemplo nas catástrofes de maior dimensão, recordo-me do sismo do ano passado que é considerado um dos “top ten” na escala mundial que aconteceu no Chile seguido de tsunami e portanto há uma série de problemas que se cruzam aqui com a questão da segurança. Como sabe foi necessária a declaração do estado de sítio, porque houve pilhagens e desordem.

Este caso do Chile eu conheço muito bem, porque fui nomeado pela comissão europeia, fomos cinco peritos para coordenar toda a ajuda internacional (era eu, um Austríaco, um Sueco, um Italiano e um Espanhol). Quando lá chegamos o nosso objectivo era entrar em contacto com Of site Coordination Operations Center no sentido de coordenar

ajuda internacional europeia e perceber junto do estado afectado qual o tipo de ajuda que queria e ir ao terreno verificar essas necessidades. Para nos apercebemos da amplitude que estamos a falar, nós tivemos que usar salvo-conduto para podermos transitar em determinados locais, porque a questão da segurança era fundamental. Portanto há aqui este cruzamento do colapso das estruturas e a sua vulnerabilidade nos seus extremos que invariavelmente se reflecte na questão da segurança e na missão primordial das forças de segurança.

Não há dúvida que nos eventos extremos a questão da segurança coloca-se em simultâneo à missão dos agentes de protecção civil que estão talhados só para a protecção e socorro.

Portanto para não alongar mais e responder directamente à questão, não tenho dúvidas que a relação entre as forças de segurança e os demais agentes de protecção civil tende que cada vez mais seja mais profundo e profícuo, não podendo estar de costas voltadas uns para os outros.

O senhor aspirante teve a oportunidade de assistir ao briefing, verificou com certeza que os agentes de protecção civil se encontram ao mesmo nível e todos são importantes nas suas competências.

Quanto ao GIPS, o grande ganho na estrutura verificou-se sobretudo quanto aos meios aéreos onde as diferenças introduzidas são abismais. As aeronaves passaram todas a ser tripuladas por profissionais sejam eles do GIPS ou da FEB que rivalizam em igualdade, verificando-se sobretudo que o GIPS tem acrescido uma componente policial que não deixam de ser agentes da autoridade e órgão de polícia criminal, que em determinadas situações este factor é de extrema utilidade. Ou seja, eu sou dos que desde início tem equipas GIPS e outros parceiros que tem a FEB falam também muito bem destes. No entanto, embora inicialmente tenha tido algumas divergências com o GIPS, actualmente trabalhamos num registo muito bom que não abduco e estou muito satisfeito com o desempenho do GIPS no meu distrito.

2. O Decreto-lei 134/2006 de 25 de Julho cria o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIPOS), que define a articulação dos agentes de protecção civil através de um comando único a nível operacional, considera que este comando possa ter a sua autoridade fragilizada na medida em que terá que respeitar a dependência hierárquica e funcional dos agentes?

A lei é clara e penso que era substancialmente este passo, era preciso dar para encontrar alguma eficácia na resposta. Hoje as coisas estão perfeitamente definidas, a figura do comandante operacional não se prende com o comandar a PSP ou GNR, eu por exemplo tenho o meu registo e se avocar o comando para mim todos sabem que é sobre mim que deve incidir as indicações e acima de mim vem o comandante nacional e se ele avocar o comando para ele eu retiro-me.

Neste momento sou coordenador de seis distritos, existe uma norma operacional permanente em que foram escolhidos três a nível nacional (um norte, outro no centro e outro

a sul). Deste modo, eu tenho Guarda, Viseu, Castelo Branco, Coimbra, Leiria e Lisboa. Além de comandar o meu distrito, tenho também de coordenar estes seis.

Por exemplo, o Senhor Major Santos Ribeiro aqui há um ano esteve comigo num incêndio no Pombal, eu defini a estratégia e disse-lhe o que pretendia da GNR e a partir daí o comando era com ele e se funcionalmente ele tem que reportar ao comando já é actuação própria da força que não está relacionado com a minha acção de comando. Estes oficiais de ligação funcionam como estado-maior e ajudam na decisão, mas o acto de comandar é solitário e tem que haver um que toma a decisão.

O SIOPS veio por ordem na casa, se me perguntar se é um instrumento perfeito? Se calhar ainda podia ser melhor, mas de todos os documentos legais em relação às matérias tratadas este é sem dúvida alguma o melhor, porque toda a gente percebeu isto.

3. Como avalia o conceito do comando único a nível municipal relativamente à aplicação da Lei 65/2007 de 12 de Novembro, e à integração da mesma com o SIOPS?

Não há dúvida que a nível nacional as coisas funcionam muito bem, ao nível distrital as coisas estão completamente consolidadas e depois ao nível municipal eu consegui aplicar em alguns municípios, aqui do distrito, a mesma metodologia de um briefing municipal. Então, em Lisboa ligam ao comandante nacional com os oficiais de ligação nacionais, nos distritos ligamos com os comandos distritais e oficiais de ligação ao nível do distrito e ao município ligam-se o representante da câmara, o comandante do posto da GNR, o comandante dos bombeiros e assim existe uma continuação da cadeia e uma interligação semanal através de um briefing que é efectuado a nível nacional às terças-feiras, o briefing distrital às quartas e nos municípios tenho apostado à quinta para que as decisões resultem do nacional passem para o distrito e de seguida passem para os municípios.

Alguns municípios têm o Comandante Operacional Municipal (COM) nomeado pelo presidente da câmara e há ainda outros que não tem coisa nenhuma, e porquê? Porque essa lei (65/2007) diz que em cada município há (do verbo haver) um comandante municipal, isto cria logo na interpretação se este há tem um carácter obrigatório, isto é, se cada presidente da câmara é obrigado a nomear um comandante municipal. Muitos dizem que não têm, porque dizem que têm o comandante dos bombeiros e como tal não precisam de nomear outros.

A maioria não nomeiam COM porque não têm condições financeiras e na minha perspectiva existe uma agravante, é que esta pessoa é nomeada pelo presidente da câmara que depende hierarquicamente do presidente da câmara e depende funcionalmente do presidente da câmara, ou seja, escapa em parte há hierarquia do conceito único previsto no SIOPS, que de certo modo deve obediência ao CODIS, mas quem lhe paga é o presidente da câmara e provavelmente quando é eleito outro presidente será nomeado outro da confiança deste, o que também não traz calma e confiança neste COM, no fundo isto não está bem assente e ainda existe muito fumo.

Por outro lado, nem sei bem se a figura será comandante operacional municipal, isto é discutível se não será mais um coordenador, porque a lei diz ainda que nos municípios onde existam um corpo de bombeiros municipais, o comandante destes é por inerência do cargo o COM que é o caso aqui de LEIRIA. Existem ainda sítios onde o COM é o comandante dos Bombeiros Voluntários, o caso do Pombal não é assim, há o comandante dos Bombeiros e a Câmara nomeou outro COM. Depois quem é que tem o “exército”, o comandante dos bombeiros é quem tem os meios humanos e materiais, o COM não tem porque é da Câmara.

Em suma quanto ao SIOPS, uma vez que é conjuntural funciona muito bem, já a aplicação da lei 65/2007 traz alguns dissabores a nível municipal e trata-se sobretudo de um problema estrutural.

Portanto aqui no distrito de Leiria nos 16 conselhos tenho metade com COM nomeado, isto é, 50% nomeado e outros 50% simplesmente não tem COM.

4. **O Decreto-lei 75/2007 de 29 de Março, visa dotar a ANPC com um novo modelo de organização das actividades de protecção civil, era este o modelo esperado pelos operacionais? Qual considera ter sido a mudança mais significativa introduzida por este modelo?**

Esta nova metodologia da autoridade nacional veio garantir a possibilidade de um 2º Comandante e um adjunto em termos operacionais. Eu devo dizer que a figura do 2º Comandante é imprescindível, estive sozinho em 2004 e 2005 (que foi dos anos mais dramáticos) e os resultados foram um desastre, estive praticamente três dias sem ir à cama e foi aterrorizador. O nosso trabalho já não podia alcançar os resultados desejáveis e até mesmo a nossa presença já é mais prejudicial que construtiva. Com esta alteração, veio criar a figura do 2º comandante e adjuntos, embora adjuntos não existam em todos os Distritos.

Agora pergunta-me se era o modelo esperado, continuo a dizer que não há modelos perfeitos, tenho frequentado inúmeros cursos e participado em várias situações a nível internacional, inclusive tenho dado formação de conflito internacional e nós vimos modelos noutros países e verificamos que afinal não estamos assim tão mal.

Os Italianos têm, para mim, a melhor protecção civil que conheço. O modelo Francês é muito bom mas custa milhões, é um modelo militar com uma estrutura adjacente à defesa, portanto estamos sempre com a expectativa de melhorar.

Quanto à introdução mais significativa deste modelo, foi a autoridade assumir de facto esta autoridade de pleno direito, enquanto serviço nem sempre se configurava desta forma e nesta matéria foi de facto um grande avanço.

5. **Já alguma vez esteve numa ocorrência onde a ordem pública estivesse em causa ou até fosse mesmo necessário a intervenção de forças de ordem pública?**

Sim já participei em várias situações complicadas e com difícil resolução em termos de ordem pública.

Um exemplo recente que posso expor é caso do Chile onde participei em missão de ajuda Europeia. Como certamente sabe o Chile sofreu uma ditadura de Pinochet e portanto na população existe um temor das Forças Armadas e fardas.

Existe uma cidade chilena que é Talcahuano, na qual o tsunami teve um efeito devastador e a zona comercial da baixa foi seriamente afectada de tal modo que as lojas e bancos foram devassados. Verifiquei pessoalmente os efeitos de um Estado de sítio, uns usavam o pretexto de quererem reaver os seus bens para pilhar, via-se na rua pessoas com tvs às costas, electrodomésticos e uma série de bens foram furtados. Entretanto passou nas notícias que as pilhagens estavam todas gravadas pelas câmaras de segurança e que teriam três dias para entregar todo o material pilhado se não eram detidos. A verdade é que passados dois dias o exército andava a recolher os bens porque as pessoas ficaram com tal medo do braço armado do estado que deixavam o que tinham pilhado junto à estrada e no chamado morro, que era o ponto mais alto da cidade.

Neste caso em específico foi o próprio exercito que repôs a ordem pública enquanto as forças de segurança garantiam todos os esforços no resgate de sobrevivente, ou seja, prestaram auxílio e socorro à população.

Os grandes eventos têm logo à partida um ponto que se prende com a vulnerabilidade das redes. Sobre este exemplo que vivi intensamente (a catástrofe no Chile), posso-lhe mostrar esta estrada que tinha mais de cem quilómetros em condições transitáveis, mas de repente deparamos com uma ponte completamente arruinada, a partir daqui toda a nossa missão foi comprometida e ficamos mesmo incapazes de avançar, são estes aspectos que realço numa grande catástrofe e que nem sempre temos a sensibilidade de pensar neles. O que eu quero dizer com isto é que a acontecer um desastre semelhante em Lisboa tenho que garantir os acessos, basta por exemplo seguir pela A8 e na chegada uma das pontes ruiu, é o suficiente para todos os meios que possam ser projectados por terra ficarem sem efeito, ou seja a missão da GNR dá pano para mangas...

Outro caso, já em Portugal lembro as cheias no Pombal onde o GIPS da GNR cercou a cidade e garantiu a segurança da cidade, prevenindo a existência de pilhagens, bem como garantir que ninguém do exterior entrasse para a cidade.

Da maneira como hoje estamos organizados, não tenho dúvida, que por exemplo as zonas mais vulneráveis a acontecer um sismo em Portugal, será o vale do Tejo, Lisboa e Algarve. No plano especial de emergência para o risco sísmico de Lisboa e áreas metropolitanas, existe o pressuposto de que Lisboa irá colapsar e o distrito de Leiria vai substituir Lisboa (eu vou substituir o meu colega de Lisboa), os de Évora vão substituir Setúbal e Castelo Branco substitui em Santarém e Vale do Tejo. Estou convencido que a resposta será muito melhor do que era ontem, estamos hoje mais preparados do que ontem.

A GNR tem hoje capacidades que qualquer comandante deseja ter ao seu dispor, a GNR tem várias valências que em situação de catástrofe, cansava-me de enumera-las.

6. Atendendo à sua experiência existe algum assunto, no âmbito do tema tratado, que acharia importante ao ponto de ser abordado no trabalho?

Penso que se lhe for possível abordar, um tema que sugiro de imediato e que deve ser tratado em várias estâncias relaciona-se com a vulnerabilidade das redes. É uma área que vale a pena ser abordada e praticamente toda a gente dá como adquirido. Imagine o senhor está em sua casa, quanto à rede de reabastecimento de água, o senhor levanta-se à sete da manhã e dá como adquirido que vai tomar banho, desfazer a barba, tomar café, de repente não água ficamos logo em pânico, nem fazemos a barba, nem tomamos banho... as redes são extremamente importantes (exemplos de redes, a rede eléctrica, água, comunicações, gás, redes viárias...).

C.4 – ENTREVISTA 3

Entrevista n.º 3

Nome: José António Salgado Serafim

Cargo/Posto/Título: Tenente-Coronel

Função: Oficial de Ligação da GNR na ANPC

Unidade: ANPC-Sede

Local: Carnaxide

Data: 20JUL11

Questões

1. Na sua opinião e de acordo com a sua experiência, qual entende que deverá ser a relação entre as forças de segurança e os demais agentes de protecção civil?

A relação entre as forças de segurança e os demais agentes de protecção civil é de colaboração, onde cada agente tem valências e missões distintas que concorrem para uma relação de complementaridade entre todos. As forças de segurança não deixam de ser agentes de protecção civil como qualquer outro agente, mas com a particularidade de ser um agente com missões diferenciadas das usuais de auxílio e socorro.

De acordo com a minha experiência existe a nível operacional uma relação de estreita colaboração e cooperação que contribui de forma clara para a eficiência de todo o sistema de protecção civil.

Relativamente à criação do GIPS na GNR, há algumas dificuldades na aceitação deste grupo nas actividades e missões atribuídas a outros agentes de protecção civil, é natural que tenham existido, até porque existem opiniões contrárias e que ainda hoje não estão conciliadas. Por outro lado, o GIPS trouxe profissionalismo e é mais um grupo especializado com quem se pode contar. As decisões tomam-se na esfera política e os moldes são definidos por lei.

2. O Decreto-lei 134/2006 de 25 de Julho cria o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIPOS), que define a articulação dos agentes de protecção civil através de um comando único a nível operacional, considera que este comando possa ter a sua autoridade fragilizada na medida em que terá que respeitar a dependência hierárquica e funcional dos agentes?

Considero que não. É normal que se coloquem reticências quanto ao enquadramento de várias instituições controladas por uma única entidade, contudo a lei esclarece qualquer dúvida que possa surgir. Este comando só é activado para uma ocorrência em concreto e naturalmente este comandante tem autoridade reconhecida para coordenar os esforços no sentido de resolver determinada situação. Na minha perspectiva era uma lacuna no anterior sistema. Considero que é necessário um comando único, o qual assume também a responsabilidade pelas operações, pelo seu sucesso ou insucesso.

3. Como avalia o conceito do comando único a nível municipal relativamente à aplicação da Lei 65/2007 de 12 de Novembro, e à integração da mesma com o SIOPS?

Penso que a nível municipal existem algumas controvérsias relativamente à figura do Comandante Operacional Municipal. Tenho mesmo muitas dúvidas se poderá ser denominado como comandante, uma vez que para tal teria que ter meios, o que não acontece. Considero que é um coordenador ou ponto de ligação entre a câmara municipal e os agentes de protecção civil presentes no local. Quanto à sua existência ou não, não terá grande interferência nas acções de protecção e socorro, até porque de acordo com a Lei, a primeira entidade a chegar ao local e que tenha competência para tal, constitui-se como o comandante das operações de socorro e o problema está resolvido, pelo menos até à chegada ao local, de acordo com a necessidade e dimensão da ocorrência, de outra entidade que assuma o comando, por exemplo o comandante Distrital.

Este problema será mais de ordem política que de ordem operacional. Também não compreendo porque é que alguns municípios nomeiam um comandante operacional municipal de acordo com a lei e outros não, mais uma vez são questões políticas e de interpretação da lei.

4. O Decreto-lei 75/2007 de 29 de Março, visa dotar a ANPC com um novo modelo de organização das actividades de protecção civil, era este o modelo esperado pelos operacionais? Qual considera ter sido a mudança mais significativa introduzida por este modelo?

Quando existe uma alteração é natural que existam dificuldades e nem sempre é possível agradar a todos. Com certeza que o modelo não é perfeito, mas é o que existe. Em concreto sou da opinião que este modelo serve as necessidades operacionais e admito que era necessária uma reestruturação das estruturas de protecção civil, sobretudo quanto à existência de uma estrutura superior fora da alçada directa dos agentes de protecção civil. A

grande introdução e mudança mais significativa, que identifico com a entrada em vigor deste diploma, é a criação de uma autoridade encabeçada pelo Ministério da Administração Interna com poder de regulação, ou seja, uma autoridade. Esta alteração veio não só enquadrar as operações de socorro, como também regular os agentes de protecção civil permitindo uma melhor eficiência dos meios.

5. Já alguma vez esteve numa ocorrência onde a ordem pública estivesse em causa ou até fosse mesmo necessário a intervenção de forças de ordem pública?

Felizmente não tenho experiência de uma situação de desordem provocada por uma catástrofe natural.

6. Atendendo à sua experiência existe algum assunto, no âmbito do tema tratado, que acharia importante ao ponto de ser abordado no trabalho?

O assunto que me parece poder, eventualmente ser abordado, é o da necessidade, sustentabilidade e utilidade, da manutenção da vertente combate aos incêndios, no seio do GIPS/GNR, sendo que a Guarda é uma força de segurança.

C.5 – ENTREVISTA 4

Entrevista n.º 4

Nome: Adérito Dionísio Ribeiro dos Santos

Cargo/Posto: Major de Infantaria

Função: Oficial de Ligação da GNR do CDOS de Leiria

Unidade: Comando Territorial de Leiria

Local: Leiria

Data: 24MAI11

Questões

1. Na sua opinião e de acordo com a sua experiência, qual entende que deverá ser a relação entre as forças de segurança e os demais agentes de protecção civil?

Esta questão é extremamente importante, trata-se da base de todo o sistema, ou seja, a relação entre as forças de segurança e os restantes agentes de protecção civil tem que ser a melhor articulada possível porque normalmente estas forças entram em acção quando existe uma situação fora do comum, não é uma simples ocorrência. As catástrofes naturais são um exemplo disso, por exemplo as intempéries, os vendavais, os cortes nas redes são exemplo da necessidade de correlacionar todos estes órgãos e neste aspecto as forças de segurança e outros agentes tem que estar bem cientes da sua missão própria, porque embora a vontade de colaborar seja muita por vezes não se consegue alcançar uma resposta eficaz. Numa primeira estância a missão das forças de segurança é garantir os

corredores de circulação para as viaturas de emergência e cada agente tem a sua missão específica e num todo completamo-nos. A coordenação e articulação deve funcionar de forma plena não descurando a missão própria de cada agente. No terreno tenho verificado que cada vez mais esta articulação tem funcionado de forma plena. Tem-se feito no terreno excelentes acções sem estarmos a contar, quer nos fogos, vendavais, cheias, quer noutras situações, estou-me a recordar de um despiste de camião cisterna com ácido que nos preocupou muito e articulação foi tal que cada agente tinha a sua missão estipulada. Assim numa primeira fase, o territorial, actua ao nível da gestão do local de acidente, isto é, isolam o local, afastam a população, garantem corredores de circulação e se necessários desenvolve também acções de auxílio e socorro. No entanto atendendo às dimensões da catástrofe assim também despoletamos os meios próprios a GNR dispõe ao nível do GIPS.

Por exemplo os cães catástrofe da GNR têm obtido muito êxito em situações muito complicadas. Todos os agentes devem actuar em complemento, o que é que interessa que existam médicos, bombeiros e INEM para socorrer vítimas, se depois a GNR se esquecer de garantir um corredor de segurança e está tudo atolado, ou seja, as vítimas estão lá, mas o auxílio não consegue chegar, este é um exemplo de que os agentes devem actuar de forma articulada e salvaguardar todas as áreas.

Até agora tem funcionado de forma excepcional, a articulação tem sido excelente, existem reuniões periódicas semanais onde estão presentes os oficiais de ligação e onde todos se conhecem, temos os contactos uns dos outros, quer por correio electrónico, quer por telemóvel e que facilita muito a nossa articulação porque depois de sabermos que aquele tem determinadas valências e se tiver um problema ligo-lhe e eu sei com quem estou a falar e já sei que tenho uma cara conhecida do outro lado que me vai responder, ajudar e prestar auxílio.

Relativamente ao GIPS, numa primeira fase sujeitou algumas entidades ao medo da concorrência que é normal, mas penso que o GIPS não veio trazer concorrência a quem quer que fosse, veio trazer profissionalismo e uma forma de trabalhar muito assertiva respeitada pelas instituições, porque já somos poucos e se não funcionarmos bem está em causa a economia do país e sobretudo vidas humanas. O GIPS trouxeram algo de novo e que funciona bem, é uma mais-valia muito grande no sistema de protecção civil e os pequenos conflitos que são criados não tem a ver com as estruturas tem mais a ver com as conversas de café com pessoas que não estão muito esclarecidas.

2. O Decreto-lei 134/2006 de 25 de Julho cria o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIPOS), que define a articulação dos agentes de protecção civil através de um comando único a nível operacional, considera que este comando possa ter a sua autoridade fragilizada na medida em que terá que respeitar a dependência hierárquica e funcional dos agentes?

Não considero que este comando tenha a sua autoridade fragilizada, antes pelo contrario, a hierarquia de cada uma das instituições que o integram não funcionava porque é obvio que não poderia ter militares no terreno e depois um elemento da protecção civil a

dizer-lhe como deveria trabalhar. Isso já não é novidade nós temos os tribunais, por exemplo, quando nos manda executar determinada acção não dá ordens directas aos militares que vão para o terreno, eles dirigem-se ao comando e dizem o que pretende e o comando é que decide como vai fazer. Faz parte da nossa táctica de actuação e somos nós que sabemos faze-lo. Esse respeitar de hierarquia é excelente porque nunca põe em causa o comando de cada uma das instituições. Não existe uma imposição de género “eu é que mando”, existem directivas do comando único que devem ser respeitadas. Considero que este modelo responde claramente às necessidades de coordenação dos agentes de protecção civil.

3. Como avalia o conceito do comando único a nível municipal relativamente à aplicação da Lei 65/2007 de 12 de Novembro, e à integração da mesma com o SIOPS?

A nível Municipal tem funcionado numa escala mais pequena e por vezes surgem algumas divergências. A nível municipal as entidades que interferem, são o comandante do posto, o comandante dos bombeiros e o elemento de protecção civil da câmara e aqui não há de facto um elemento estipulado que assume o comando e nesse aspecto vai variando de município para município até porque alguns municípios não tem ninguém nomeado na área e por vezes é necessário de acordo com as dimensões é accionado o nível distrital com a presença do CODIS no local.

4. O Decreto-lei 75/2007 de 29 de Março, visa dotar a ANPC com um novo modelo de organização das actividades de protecção civil, era este o modelo esperado pelos operacionais? Qual considera ter sido a mudança mais significativa introduzida por este modelo?

Sim. Este diploma permitiu criar estas estruturas que de facto funcionam no terreno e é sempre bom as coisas estarem definidas, porque por vezes pode chegar ao local uma pessoa que não esteja ciente das suas competências ou por vezes se queira sobrepor ao trabalho dos outros para assumir a coordenação. Assim, com a existência de uma autoridade dissipa todos estes entraves que se poderão colocar no desenrolar das operações de socorro. Esta estrutura tem sido colocada à prova em diversos simulacros e até acontece que estes exercícios tem corrido bem de mais, porque costumo dizer que quando acontece tudo muito bem, pouco aprendemos e pouco conseguimos melhorar e há sempre aspectos a melhorar, aprendemos mais com os erros do que propriamente quando fazemos bem.

Este decreto-lei definiu competências muito vantajosas para o sistema de protecção civil nacional.

5. Já alguma vez esteve numa ocorrência onde a ordem pública estivesse em causa ou até fosse mesmo necessário a intervenção de forças de ordem pública?

Lembro algumas situações que felizmente não são o nosso dia-a-dia, mas por exemplo recorro situações que se reflectem com colocação em causa de vidas humanas e dos seus bens e direitos, as pessoas quando vêm estes aspectos em causa é natural que ponham em causa a ordem pública e muitas vezes colocam as próprias operações de socorro em causa. É um aspecto essencial a ter em consideração no teatro de operações e uma das principais missões das forças de segurança, quer no garante da ordem pública quer no garantir dos direitos dos cidadãos, prevenindo que não se espolette situações de pilhagens ou outras de carácter semelhante.

6. Atendendo à sua experiência existe algum assunto, no âmbito do tema tratado, que acharia importante ao ponto de ser abordado no trabalho?

Pelo que eu vi aborda pontos essenciais e estruturais de grande interesse no seu trabalho, e pela minha experiência dos trabalhos que já fiz penso que trabalhar os aspectos que aqui aborda já é um trabalho exigente e não deve inflectir para outras áreas que poderão tirar a objectividade do trabalho.

Destaco a grande articulação que existe e deve continuar a existir entre as instituições, é a chave para o sucesso para qualquer operação, tive a oportunidade de o referir nas reuniões avaliativas de final de temporada no CDOS que o facto de conhecermos o parceiro nas operações é fundamental no sucesso das operações e para este trabalho prevejo que a investigação o levará neste sentido e saliento que é extremamente importante que cada vez mais os futuros operacionais das instituições tenham consciência que só com uma boa coordenação e articulação entre todos é que se conseguirá atingir níveis de actuação desejáveis.

C.6 – ENTREVISTA 5

Entrevista n.º 5

Nome: Diamantino Manuel Ramos Fernandes

Cargo/Posto: Capitão

Função: Comandante do Destacamento Territorial de Cantanhede

Unidade: Destacamento Territorial de Cantanhede

Local: Cantanhede

Data: 03MAI11

Questões

1. Na sua opinião e de acordo com a sua experiência, qual entende que deverá ser a relação entre as forças de segurança e os demais agentes de protecção civil?

Deve ser de total colaboração, as competências de cada força estão bem definidas e os agentes de protecção civil não devem ser estanques, devemos colaborar uns com os outros e deixar de parte as “quintas” que se foram criando ao longo dos tempos. O pior

cenário que podemos descrever é a rejeição de serviço apenas por julgarmos que não faz parte das nossas competências, quando esta colaboração não existe é um problema das pessoas e não das instituições.

A relação deve ser de complementaridade e na verdade esta complementaridade existe, nos últimos anos verifiquei com muito agrado um aproximar dos serviços.

Contudo, se quisermos separar a actuação e relacionamento da GNR com os restantes agentes de protecção civil, existem de acordo com a minha experiencia dois níveis, o operacional que funciona na perfeição sem qualquer dificuldade e o formal que de certo modo revela alguma distância entre os agentes (como instituição), é neste nível (formal) que transparecem maiores diferenças entre os agentes e existe maior dificuldade no relacionamento. Ou seja, em termos formais não existe grande ligação entre os agentes de protecção, por vezes até dentro da GNR existem formalidades que se tornam em obstáculos ao relacionamento entre os militares.

Em suma, quando há uma catástrofe esbatem-se todos os obstáculos e a GNR torna-se totalmente colaborante em todas as situações solicitadas.

Felizmente Portugal não é um país fustigado por catástrofes de grande escala, os incêndios florestais são os eventos que nos oferecem mais experiência, neste aspecto ainda na semana passada tivemos um grande incêndio aqui no conselho e a nossa missão foi prioritariamente para a perspectiva de existirem vidas humana envolvidas, por isso em primeiro lugar está salvar vidas e depois os bens das pessoas (ex. habitações), neste particular a alteração legal que obriga o afastamento de mato das habitações e que a GNR fiscaliza contribui decisivamente para o sucesso em quase não existirem habitações ardidas nos últimos dois anos. A prevenção funciona.

2. O Decreto-lei 134/2006 de 25 de Julho cria o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIPOS), que define a articulação dos agentes de protecção civil através de um comando único a nível operacional, considera que este comando possa ter a sua autoridade fragilizada na medida em que terá que respeitar a dependência hierárquica e funcional dos agentes?

A nossa estrutura é sempre respeitada e nós respeitamos sempre a estrutura dos restantes agentes de protecção civil. Este comando único é reconhecido num patamar de coordenação que não interfere em nada com o comando de cada uma das forças ou agentes intervenientes em determinada situação. A nível de informação este comando está capacitado de considerar prioridades e tem uma visão global de toda a situação no teatro de operações. Já realizamos alguns exercícios onde ao nível da estrutura do comando do SIOPS foram injectados alguns incidentes onde me era solicitado esforços no âmbito das nossas missões, seja cortar o transito em determinados itinerários, seja impedir o acesso a determinada zona ou região, evacuar e conduzir a população, prevenir e controlar possíveis distúrbios, garantir segurança a zonas evacuadas, abrir corredores para os bombeiros acederem a determinados locais, entre outras, o resultado foi muito positivo.

A estas missões que me eram solicitadas eu correspondia de acordo com as possibilidades do meu efectivo, sem que sentisse qualquer fragilidade no meu comando, antes pelo contrário, era um auxílio à minha tomada de decisão.

O facto de existir uma estrutura comum e o facto de existirem reuniões onde participam os vários agentes de protecção civil presentes na nossa zona de acção torna evidente que cada um tem as suas competências e os agentes estão cada vez mais preparados para desenvolverem entre si formas práticas de resolução de possíveis conflitos.

3. Como avalia o conceito do comando único a nível municipal relativamente à aplicação da Lei 65/2007 de 12 de Novembro, e à integração da mesma com o SIOPS?

O SIOPS na minha perspectiva é uma mais-valia no sistema de protecção civil e era de facto um diploma legal que estava em falta.

Quanto ao seu funcionamento e à minha experiencia é visível que funciona plenamente no plano distrital, no entanto a nível municipal ainda existem alguns aspectos a considerar entre as autoridades municipais e os restantes agentes de protecção civil. Não digo que funcione mal, apenas funcionamos como partes divididas onde cada agente tem a sua função e a desempenha sem que exista uma grande preocupação em estabelecer grandes níveis de coordenação entre os diversos agentes de protecção civil.

Este problema reflecte-se na existência a nível municipal um comando operacional nomeado pelo presidente da câmara (quando existe) e que por vezes funciona em resposta fechada no município e de acordo com as decisões políticas locais.

Noto que a continuidade que existe na articulação da protecção civil do nível nacional para o distrital se esbate no plano municipal, verificando-se depois diferentes formas de trabalhar a nível operacional.

4. O Decreto-lei 75/2007 de 29 de Março, visa dotar a ANPC com um novo modelo de organização das actividades de protecção civil, era este o modelo esperado pelos operacionais? Qual considera ter sido a mudança mais significativa introduzida por este modelo?

Sim. Na prática e atendendo que nunca estaremos preparados para fazer face a uma catástrofe trata-se de mais um complemento e um esforço na tentativa de existir uma melhor preparação para uma possível ocorrência deste género. Contudo, acredito que este modelo sugere uma actuação mais eficaz ao nível da estrutura superior das acções de protecção civil a desenvolver e em particular incrementou a necessidade de organização de toda a estrutura de emergência.

A mudança que considero de relevância surge no âmbito do aperfeiçoamento dos planos de emergência que na sua maioria foram alterados e estão bem melhor.

5. Já alguma vez esteve numa ocorrência onde a ordem pública estivesse em causa ou até fosse mesmo necessário a intervenção de forças de ordem pública?

Felizmente não temos catástrofes de grande escala, como já tive a oportunidade de referir os incêndios são o que mais nos perturba e nos traz infelizmente grandes dificuldades. Lembro aqui há dois anos num grande incêndio florestal na minha zona de acção onde surgiram grandes dificuldades em comunicar com a população.

Observei pessoas quase em pânico sofrendo pelos danos provocados nos seus bens, muitas das vezes tratava-se do trabalho de uma vida e só por si este cenário é difícil de conter e senti que com o aproximar das chamas a algumas habitações iria ter problemas de ordem pública, existiam já algumas ameaças por parte de alguns proprietários dirigidas aos Bombeiros e ânimos estavam cada vez mais acesos. Neste caso fui obrigado a encaminhar alguns militares para aquela zona da aldeia onde inclusive tivemos que obrigar algumas pessoas a abandonarem as suas casas, o que não foi nada fácil. Ainda no mesmo incêndio foi necessária a detenção de dois populares por não compreenderem a decisão de concentrar esforços por parte dos bombeiros em determinada frente em prol de outra e que inclusive estariam a perturbar a acção destes profissionais.

São situações complicadas que exigem de nós grande preparação e sobretudo muito bom senso.

6. Atendendo à sua experiência existe algum assunto, no âmbito do tema tratado, que acharia importante ao ponto de ser abordado no trabalho?

Quero apenas salientar que em termos avaliativos nacionais, considero que o sistema de protecção civil não está mal estruturado. Em termos operacionais e práticos poderia existir inicialmente alguma dificuldade mas a estrutura está montada para dar resposta, por isso considero que não existe qualquer dificuldade de integrar as capacidades e valências da GNR ao serviço das actividades de protecção civil. No entanto, tenho conhecimento de existirem alguns militares que ao nível do comando sentem alguma falta de feedback quanto à nossa prestação nas missões de protecção civil, seja ao nível de exercícios ou em situação real.

No entanto, sou de opinião que esta dificuldade tem sido melhorada e actualmente sinto uma grande envolvimento de todos os agentes de protecção civil na minha zona de acção e não prevejo dificuldades nestas matérias.

C.7 – ENTREVISTA 6

Entrevista nº6

Nome: Júlio Machado

Cargo/Posto: Tenente

Função: Comandante do Destacamento Territorial de Leiria

Local: Comando Territorial de Leiria

Data: 26MAI11

Questões

1. **Na sua opinião e de acordo com a sua experiência, qual entende que deverá ser a relação entre as forças de segurança e os demais agentes de protecção civil?**

A Relação deverá ser bastante próxima e de bastante interligação, para que perante determinado cenário se possa dar uma resposta rápida e concertada e que permita debelar prontamente a ameaça independentemente da sua natureza.

A intervenção da GNR nas missões de Protecção Civil é preponderante perante a totalidade de ocorrências que nos envolvem nas mais diferentes áreas da actuação desta Guarda, sendo por isso extremamente bem aceite no seio das entidades de Protecção Civil.

A relação existente entre a Protecção Civil e a Guarda é importante para responder a ocorrências com natureza de grande gravidade, no entanto verifica-se por vezes que, exceptuando a Guarda e os Bombeiros existe pouca prontidão das diversas entidades chegarem aos locais no caso de ser à noite e aos fins-de-semana. No entanto, a relação é bastante boa e das ocorrências que têm envolvido diversas entidades, tem acontecido um bom diálogo e coordenação não existindo atropelos das competências de cada uma das entidades.

2. **O Decreto-lei 134/2006 de 25 de Julho cria o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS), que define a articulação dos agentes de protecção civil através de um comando único a nível operacional, considera que este comando possa ter a sua autoridade fragilizada na medida em que terá que respeitar a dependência hierárquica e funcional dos agentes?**

Sou defensor que deve existir uma articulação e controlo centralizado num Posto de Comando único que centralize os dirigentes mais graduados das diversas entidades, mas que cada um seja responsável pelas suas tarefas sem que existam subalternizações ou dependências cujo ramo de actuação é diferente.

Na minha óptica devemos assumir as nossas responsabilidades coordenando no entanto com as restantes entidades de acordo com as necessidades que as mesmas possuem para cumprir as suas tarefas. A coordenação não deverá colidir com as competências de cada um dos intervenientes, devendo ser o fio condutor de um

entendimento coordenado. Face aos incidentes ocorridos em que existiu o empenhamento destas entidades em que estive presente houve esta coordenação e respeito pelas competências.

3. Como avalia o conceito do comando único a nível municipal relativamente à aplicação da lei 65/2007 e a integração da mesma conjuntamente com o SIOPS?

No meu entender o conceito não tem funcionado tal como o criador pretendia. A nível de Reuniões e Elaboração de POM tudo tem funcionado escrupulosamente e com melhorias significativas de ano para ano, no entanto o funcionamento do Comando único não tem sido uma realidade a nível municipal, funcionando cada entidade quase autonomamente.

4. O Decreto-lei 75/2007 de 29 de Março, visa dotar a ANPC com um novo modelo de organização das actividades de protecção civil, era este o modelo esperado pelos operacionais? Qual considera ter sido a mudança mais significativa introduzida por este modelo?

Penso que este modelo permite uma maior organização e controlo. Julgo que as principais diferenças não se reflectem em nós mas no controlo operacional sobre os diferentes corpos de bombeiros que ocorrem ao local, existindo desta forma um comando bem definido para cada nível da ameaça, permitindo esta estrutura uma resposta mais estruturada.

5. Já alguma vez esteve numa ocorrência onde a ordem pública estivesse em causa ou até fosse mesmo necessário a intervenção de forças de ordem pública?

Sim. A situação em concreto era um incêndio em que foi necessário isolar uma área e evacuar as pessoas, tendo que ser feita esta evacuação através da força, reagindo algumas pessoas mal quanto à nossa intervenção por não verem necessidade da mesma.

6. Atendendo à sua experiência existe algum assunto, no âmbito do tema tratado, que acharia importante ao ponto de ser abordado no trabalho?

Os simulacros que têm sido feitos, ajudam a melhorar os mecanismos de resposta, no entanto a prática mostra que as situações reais nunca correm tão bem como os simulacros.

C.8 - ENTREVISTA 7

Entrevista n.º 7

Nome: Artur Manuel Mendes Figueiredo

Cargo/Posto: Tenente-Coronel (Exército)

Função: Comandante dos Bombeiros Municipais de Leiria / Comandante Operacional Municipal / Chefe da divisão de protecção civil da Câmara Municipal de Leiria

Unidade: Bombeiros Municipais de Leiria

Local: Leiria

Data: 02JUN10

Questões

1. Na sua opinião e de acordo com a sua experiência, qual entende que deverá ser a relação entre as forças de segurança e os demais agentes de protecção civil?

Da experiência que eu tenho e já é de alguns anos, penso que Leiria é um bom exemplo para a questão colocada. Deve existir uma maior ligação e cada vez mais estreita entre as estruturas da protecção onde se engloba a estrutura das forças de segurança. Desta estreita colaboração conseguiremos mudar e muito o serviço que prestamos.

Em Leiria por exemplo, já alguns tempos que se fazem reuniões periódicas onde estão sentados à mesma mesa os diversos agentes de protecção civil. É nestas reuniões que temos a possibilidade de nos conhecermos uns aos outros. Torna-se muito importante conhecer quem se encontra do outro lado das comunicações e sobretudo permite-nos trocar algumas impressões. Este aspecto é muito importante porque permite no decorrer de uma operação um agilizar procedimentos.

Começamos a fazer este ano em Leiria uma reunião mensal onde estão presente entre outros os bombeiros e as Forças de Segurança. Costumo dizer com frequência, que temos de acabar em Portugal com o conceito de “quintas”, esta a minha “quinta” aquela é a tua, em protecção civil não pode haver quintas nem conselhos nem fronteiras, hoje precisam uns, amanhã são outros e devemos todos estar disponíveis. Vejo com muito bons olhos este estreitamento de relações que se tem conseguido nos últimos anos e Leiria é um bom exemplo disso mesmo.

Relativamente à aceitação do GIPS da GNR na estrutura de intervenção em socorro, eu tenho uma visão que outras pessoas poderão não ter, eu comando um corpo de bombeiros profissional e sei que principalmente na parte dos bombeiros existiu alguns constrangimentos quanto a esta mudança significativa. Contudo quanto à parte operacional e no teatro de operações que é aquela que me interessa a relação é muito boa e não há questões a levantar, a presença de uns não invalida a de outros e quantos mais concorrermos para o mesmo objectivo melhor.

2. O Decreto-lei 134/2006 de 25 de Julho cria o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIPOS), que define a articulação dos agentes de protecção

civil através de um comando único a nível operacional, considera que este comando possa ter a sua autoridade fragilizada na medida em que terá que respeitar a dependência hierárquica e funcional dos agentes?

Poderão existir alguns pontos a limar na aplicação deste decreto, agora aquilo que todos nós temos que compreender, quer sejam militares da guarda ou bombeiros é que a primeira força a chegar ao local constitui-se como comando de operações de socorro e portanto se eventualmente a GNR for a primeira a chegar ao local deve constituir o comando mas se de seguida chega um corpo de bombeiros com o seu comandante, face à sua experiência e independentemente da hierarquia, deve ser esse corpo de bombeiros a constituir o COS (comando de operações de socorro), até porque para libertar a força do GIPS para outras missões. As pessoas devem saber conversar e saber estar no terreno. Uma equipa chega ao local constitui o comando e quando chegar um elemento com funções e graduação superior assume esse mesmo comando.

Este documento legal introduziu modificações que respondem às exigências que o serviço nos impõe, a própria autoridade nacional de protecção civil impôs uma estrutura que é respeitada por todos e responde de uma forma geral às expectativas.

Hoje as coisas já não são como à 10 anos atrás e a nível operacional a formação está cada vez melhor e os próprios bombeiros voluntários estão a um nível muito próximo dos profissionais.

3. Como avalia o conceito do comando único a nível municipal relativamente à aplicação da Lei 65/2007 de 12 de Novembro, e à integração da mesma com o SIOPS?

Existem algumas lacunas na integração dos meios municipais, por exemplo a ligação à rede SIRESP que não está acessível a todos, que dificulta à partida o comando e controlo dos meios disponíveis a nível municipal. As minhas actuais funções permitem, como sou comandante dos bombeiros municipais, assumir também o comando operacional municipal e embora reconheça que alguns municípios não têm comandante operacional nomeado, a verdade é que aqui em Leiria o sistema funciona na perfeição e uma vez mais digo que os agentes de protecção civil se apoiam mutuamente e não existe qualquer entrave ao nível da direcção e articulação das operações na base do município.

4. O Decreto-lei 75/2007 de 29 de Março, visa dotar a ANPC com um novo modelo de organização das actividades de protecção civil, era este o modelo esperado pelos operacionais? Qual considera ter sido a mudança mais significativa introduzida por este modelo?

Podia ser melhor. Como tudo na vida, nós desejamos ter tudo e mais alguma coisa. É evidente que o decreto-lei não é perfeito, mas se existem melhorias a fazer, devemos implementá-las e ser críticos na positiva. Este diploma pode ser melhorado mas é já a base e um instrumento que serve de ferramenta para trabalhar.

5. Já alguma vez esteve numa ocorrência onde a ordem pública estivesse em causa ou até fosse mesmo necessário a intervenção de forças de ordem pública?

Felizmente nunca tive uma situação específica de desordem, mas recordo sobretudo quando desempenhava funções no exército como oficial em que íamos com pelotões para os incêndios e as pessoas não percebiam porque é que o pelotão estava naquela posição à espera e não faziam acções de combate, claro que não tínhamos meios e apenas devíamos aguardado para acções de rescaldo e apoio logístico, o que acontece por vezes é que não existe informação á população.

Ter sempre as autoridades por perto é essencial para que as acções no terreno possam decorrer sem sobressalto.

6. Atendendo à sua experiência existe algum assunto, no âmbito do tema tratado, que acharia importante ao ponto de ser abordado no trabalho?

A ocorrência de sismos é um tema que deve ser mais trabalhado e em que deveria haver um melhor treino e articulação entre todos, não só para termos conhecimento das capacidades de cada um e conjugar esforços para este tipo de catástrofe. Em termos de protecção civil nós devemos trabalhar no sentido de conhecermos as nossas limitações e levar este treino que falo para as escolas, hospitais empresas e assim conseguir um nível de preparação desejável.

C.9 - ENTREVISTA 8

Entrevista n.º 8

Nome: Jorge de Jesus

Cargo/Posto: Civil/Licenciado

Função: Comandante dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede

Unidade: Bombeiros Voluntários de Cantanhede

Local: Cantanhede

Data: 03MAI11

Questões

1. Na sua opinião e de acordo com a sua experiência, qual entende que deverá ser a relação entre as forças de segurança e os demais agentes de protecção civil?

Relativamente à exploração da relação entre a GNR e os restantes agentes de protecção civil, não tenho dúvidas que actualmente se complementam, embora admita que relativamente à criação do GIPS se verificou no primeiro ano uma grande confusão e uma enorme reticência por parte da estrutura dos bombeiros em perceber porque é que a GNR de repente estava a integrar uma força de intervenção, mas com o passar do tempo ficou

esclarecido que estávamos todos a trabalhar para o mesmo objectivo e se tratava de força complementar, sobretudo com as valências que a GNR trouxe (meios aéreos e equipas helitransportadas por exemplo). Neste momento a situação é completamente pacífica, sabemos quais são as valências de cada um e no teatro de operações já tivemos a oportunidade de trabalhar juntos e ficou provada a mais-valia deste grupo.

Existe também intervenção no combate (incêndios) por parte da GNR e inicialmente questionava-se quanto à formação destes militares no combate, mas verificamos que tinham formação e sobretudo no terreno notamos a disciplina do GIPS que é própria dos militares e com uma organização que difere dos bombeiros que não são militares mas que como resultado destas alterações estão a trabalhar mais a organização sobretudo ao nível do planeamento e coordenação.

A GNR apresenta um conceito muito disciplinado e é este conceito disciplinado que os bombeiros tentam copiar, não é fotocópia mas estamos a trabalhar para isso. Estive á pouco tempo numa formação em Sintra e até quem deu a formação foram elementos das Forças Armadas, sobre como deve ser feito o planeamento e a estrutura de estado-maior, nós também tínhamos ao nível dos bombeiros mas faltava a esquematização.

Como vê a novidade não me preocupa, pode haver pessoas que tenham dificuldades em aceitar a mudança, mas na minha perspectiva há que considerar as melhorias introduzidas no sistema e o GIPS da GNR é a prova disso mesmo, portanto a nossa relação está cada vez melhor e temos muito a aprender uns com os outros.

2. O Decreto-lei 134/2006 de 25 de Julho cria o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIPOS), que define a articulação dos agentes de protecção civil através de um comando único a nível operacional, considera que este comando possa ter a sua autoridade fragilizada na medida em que terá que respeitar a dependência hierárquica e funcional dos agentes?

Acho que não, no papel está tudo escrito e existem regras definidas e cada agente tem uma missão definida com um objectivo semelhante. Cada um com as suas valências e todos a trabalhar em prol de uma mesmo fim.

Ter um só comando, onde todos lhe reportam facilita sem qualquer dúvida o alcance das missões dos diversos agentes de protecção civil. Anteriormente encontravam-se no teatro de operações diversos agentes e cada um reportava ao seu próprio comando e a informação estagnava-se em cada instituição. Neste momento existe coordenação entre todos e sobretudo a informação é partilhada e conhecida pelo decisor que na posse dessa informação tem capacidade de reunir esforços em determinada acção e consegue efectuar uma gestão imediata dos meios ao seu dispor.

Não considero também que as diferenças institucionais se notem durante as operações, ao longo dos anos já existe como que uma máquina oleada que se traduz no terreno numa aceitação e interligação dos diferentes agentes de protecção civil presentes no terreno.

3. Como avalia o conceito do comando único a nível municipal relativamente à aplicação da Lei 65/2007 de 12 de Novembro, e à integração da mesma com o SIOPS?

Falando por Cantanhede, posso dizer que a sorte tem sido um ponto importante. Esta sorte reflecte-se com o factor humano que tem servido os agentes de protecção civil e desde há muito tempo que a interligação entre os diversos agentes de protecção civil tem sido optimizada. Aqui em Cantanhede não existe COM nomeado, nós (agentes de protecção civil no local) conhecemo-nos uns aos outros e apoiamo-nos. Nesse aspecto tem tido uma actuação muito eficaz, a relação entre os comandantes e mesmo outros elementos das hierarquias é de extrema colaboração, por exemplo, existe um estreito relacionamento entre mim e o senhor comandante da GNR de Cantanhede, e quando necessário o nosso contacto é facilitado, seja via rádio, telefone ou outro meio. Contudo ao nível formal, este relacionamento já é mais limitado, também porque as autoridades de segurança tem uma missão contínua e tem outras prioridades e que de certa forma limita o estreitamento relacional entre as corporações.

4. O Decreto-lei 75/2007 de 29 de Março, visa dotar a ANPC com um novo modelo de organização das actividades de protecção civil, era este o modelo esperado pelos operacionais? Qual considera ter sido a mudança mais significativa introduzida por este modelo?

Considero que sim. Ao longo dos anos a estrutura foi alterando e não estou a dizer que anteriormente os agentes funcionavam de forma descoordenada, mas a verdade é que existiu uma grande evolução e hoje estamos muito melhor.

Hoje os cenários são diferenciados e as ocorrências não surgem só dos incêndios florestais mas de um largo espectro de situações possíveis para as quais os agentes de protecção civil devem estar preparados e que a anterior estrutura não estava preparada.

Actualmente existe uma estrutura organizada e com uma boa base de informações e telecomunicações que pode de imediato despachar os meios para o terreno e responder de forma eficaz às exigências da sociedade. Sem dúvida que esta estrutura trouxe eficácia e coordenação à resposta e isso será sempre o objectivo de todos nós.

Quando as alterações se sucedem as instituições são quase sempre reticentes e inicialmente as pessoas colocavam várias questões, mas só uma estrutura bem organizada e consistente pode possibilitar um empenhamento de 200 ou 300 homens no terreno, que embora pertençam a várias corporações demonstram um nível de coordenação bastante apreciável.

5. Já alguma vez esteve numa ocorrência onde a ordem pública estivesse em causa ou até fosse mesmo necessário a intervenção de forças de ordem pública?

No teatro de operações surgem por vezes situações a nível de relações muito sensíveis. Lembro algumas situações que acontecem frequentemente durante a ocorrência de incêndios próximo das habitações ou até em habitações, sem dúvida que a presença das autoridades se torna indispensável porque as pessoas entram rapidamente em desespero e estas controlam mais facilmente o descontrolo emocional das pessoas que muitas vezes podem colocar a missão dos bombeiros em risco. A imagem da autoridade revela por si a ordem e disciplina e na maioria das vezes a presença é suficiente para acalmar os ânimos.

Uma vez tivemos que fazer a evacuação de uma aldeia (Oleijo) e as pessoas estavam muito reticentes, claro que foi uma situação muito difícil porque era a vida destas pessoas que estava em causa, com este descontrolo emocional foi difícil explicar que estávamos a fazer tudo para salvar os seus bens, nesta situação específica valeu a presença das autoridades que garantiram que tudo fariam para proteger os bens destas pessoas e que ficariam na aldeia a fazer segurança dos bens contra possíveis furtos até que fosse novamente seguro voltar. Também se verificou neste caso aparecerem pessoas que se encontravam fora da aldeia e desejavam entrar, a GNR barrou os acessos e conteve todos os distúrbios nas zonas de acesso.

Outro exemplo que acontece com frequência reverte-se na nossa forma de actuar que nem sempre é compreendida pelos cidadãos, a presença de um autotanque de reserva é indispensável no teatro de operações e está à espera de entrar em funções mas as pessoas ficam indignadas pela razão de uma meio estar parado e com frequência nos abordam e até nos insultam por este motivo, só com a presença das autoridades é que estes conflitos são dirimidos.

6. Atendendo à sua experiência existe algum assunto, no âmbito do tema tratado, que acharia importante ao ponto de ser abordado no trabalho?

As catástrofes naturais é um tema que faz parte da agenda do dia na nossa sociedade e estamos cada vez mais conscientes das necessidades de formação nesta área, o exemplo do simulacro de Lisboa transparece a necessidade de preparação e exploração de diferentes tipos de ocorrências, antigamente as ocorrências eram incêndios florestais ou em habitações e acidentes, hoje sabemos bem que os agentes de protecção devem alargar as suas valências e prepararem-se para uma exigência cada vez maior da sociedade civil.

Ainda existe um longo caminho a realizar por parte de todos. Desde que assumi o comando que desejo implementar alguns simulacros com os diferentes agentes de protecção civil no sentido de dar a conhecer a nossa realidade, ou seja, implementar um sistema de exercícios para que cada agente não conheça apenas as suas funções mas saiba na prática como se estrutura o conjunto de tarefas a desempenhar por todos os agentes presentes no conselho. Com esta experiência e conhecimento existiria de certeza um agilizar da resposta e uma melhor articulação entre todos e não apenas entre comandantes e graduados.

C.10 – QUADROS SINOPSE DAS ENTREVISTAS

Quadro C.10.1 – Análise de resultados das respostas à questão número 1.

Entrevistados	Resposta	Argumentação
Entrevistado nº1 José Codeço Coronel 2º Comandante Operacional Nacional	Coordenação e cooperação	<ul style="list-style-type: none"> - A relação deverá ser favorável na coordenação e cooperação em todos os níveis. - Quanto aos incêndios, parece-me que está perfeitamente agilizado e consensualizado e funciona sem grandes obstáculos. - Falta a componente de terreno para consolidar uma relação favorável entre os vários agentes.
Entrevistado nº2 José Gomes Comandante Operacional Distrital e Coordenador de agrupamento de forças	Relação de complemento cada vez mais profunda e profícua. Os agentes situam- se ao mesmo nível com diferentes valências.	<ul style="list-style-type: none"> - Nos últimos anos as forças de segurança vieram trazer à protecção civil em termos de complementaridade qualquer coisa de bastante substancial. - As forças de segurança estão no sistema de protecção civil não só por força da lei, mas cada vez mais de pleno direito, que faz todo o sentido. - A relação entre as forças de segurança e os demais agentes de protecção civil tende que cada vez mais seja mais profundo e profícua, não podendo estar de costas voltadas uns para os outros. - Verificou com certeza que os agentes de protecção civil se encontram ao mesmo nível e todos são importantes nas suas competências.
Entrevistado nº3 José Serafim Tenente-Coronel Oficial de Ligação da GNR na ANPC	Estreita colaboração e cooperação numa relação de complementaridade	<ul style="list-style-type: none"> - A relação entre as forças de segurança e os demais agentes de protecção civil é de colaboração, onde cada agente tem valências e missões distintas que concorrem para uma relação de complementaridade entre todos. - Existe a nível operacional uma relação de estreita colaboração e cooperação que contribui de forma clara para a eficiência de todo o sistema de protecção civil. - Quanto ao GIPS, trouxe profissionalismo e é mais um grupo especializado com que se pode contar. As decisões tomam-se na esfera política e os moldes são definidos por lei.
Entrevistado nº4 Adérito Santos Major Oficial de Ligação da GNR ao CDOS de Leiria	Relação de coordenação, articulação e complementaridade	<ul style="list-style-type: none"> - Trata-se da base de todo o sistema, ou seja, a relação entre as forças de segurança e os restantes agentes de protecção civil tem que ser a melhor articulada possível. - Cada agente tem a sua missão específica e completamo-nos como um todo. - A coordenação e articulação deve funcionar de forma plena não descurando a missão própria de cada agente. - Todos os agentes devem actuar em complemento. - Existem reuniões periódicas semanais onde estão presentes os oficiais de ligação e onde todos se conhecem.

Entrevistado nº5 Diamantino Fernandes Capitão Comandante do Destacamento Territorial de Cantanhede	Total colaboração e complementaridade	<ul style="list-style-type: none"> - Deve ser de total colaboração. - Quando esta colaboração não existe é um problema das pessoas e não das instituições. - A relação deve ser de complementaridade e na verdade esta complementaridade existe, nos últimos anos verifiquei com muito agrado um aproximar dos serviços. - Quando há uma catástrofe esbatem-se todos os obstáculos e a GNR torna-se totalmente colaborante em todas as situações solicitadas.
Entrevistado nº6 Júlio Machado Tenente Comandante do Destacamento Territorial de Leiria	Interligação sem atropelos	<ul style="list-style-type: none"> - A Relação deverá ser bastante próxima e de bastante interligação. - Tem acontecido um bom diálogo e coordenação não existindo atropelos das competências de cada uma das entidades.
Entrevistado nº7 Artur Figueiredo Tenente-Coronel Comandante dos Bombeiros Municipais de Leiria	Ligação e estreita colaboração sem fronteiras entre os agentes de protecção civil	<ul style="list-style-type: none"> - Deve existir uma maior ligação e cada vez mais estreita entre as estruturas da protecção civil, onde se engloba a estrutura das forças de segurança. - Desta estreita colaboração conseguiremos mudar e muito o serviço que prestamos. -Torna-se muito importante conhecer quem se encontra do outro lado das comunicações e sobretudo permite-nos trocar algumas impressões. - Em protecção civil não pode haver quintas nem conselhos nem fronteiras, hoje precisam uns, amanhã são outros e devemos todos estar disponíveis. - Vejo com muito bons olhos este estreitamento de relações que se tem conseguido nos últimos anos.
Entrevistado nº8 Jorge de Jesus Comandante dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede	Relação de mudança a caminho de melhores níveis de complementaridade	<ul style="list-style-type: none"> - Relativamente à exploração da relação entre a GNR e os restantes agentes de protecção civil, não tenho dúvidas que actualmente se complementam. - A novidade não me preocupa, pode haver pessoas que tenham dificuldades em aceitar a mudança, mas na minha perspectiva há que considerar as melhorias introduzidas no sistema e o GIPS da GNR é a prova disso mesmo. - A nossa relação está cada vez melhor e temos muito a aprender uns com os outros.

Quadro C.10.2 – Análise de resultados das respostas à questão número 2.

Entrevistados	Resposta	Argumentação
Entrevistado nº1 José Codeço Coronel 2º Comandante Operacional Nacional	Não	<ul style="list-style-type: none"> - Este conceito adapta-se muito ao conceito NATO. - Já estou no comando há alguns anos e não vejo actualmente qualquer espécie de constrangimento
Entrevistado nº2 José Gomes Comandante Operacional Distrital e Coordenador de agrupamento de forças	Não	<ul style="list-style-type: none"> - A lei é clara e penso que era substancialmente este passo era preciso dar para encontrar alguma eficácia na resposta. - Disse-lhe o que pretendia da GNR e a partir daí o comando era com ele. - O SIOPS veio por ordem na casa, de todos os documentos legais em relação às matérias tratadas este é sem dúvida alguma o melhor, porque toda a gente percebeu isto.
Entrevistado nº3 José Serafim Tenente-Coronel Oficial de Ligação da GNR na ANPC	Não	<ul style="list-style-type: none"> - Este comando só é activado para uma ocorrência em concreto e naturalmente este comandante tem autoridade reconhecida para coordenar os esforços no sentido de resolver determinada situação. - Na minha perspectiva era uma lacuna no anterior sistema. Considero que é necessário um comando único, o qual assume também a responsabilidade pelas operações, pelo seu sucesso ou insucesso.
Entrevistado nº4 Adérito Santos Major Oficial de Ligação da GNR ao CDOS de Leiria	Não	<ul style="list-style-type: none"> - Esse respeitar de hierarquia é excelente porque nunca põe em causa o comando de cada uma das instituições. Não existe uma imposição de género “eu é que mando”, existem directivas do comando único que devem ser respeitadas. - Considero que este modelo responde claramente às necessidades de coordenação dos agentes de protecção civil.
Entrevistado nº5 Diamantino Fernandes Capitão Comandante do Destacamento Territorial de Cantanhede	Não	<ul style="list-style-type: none"> - A nossa estrutura é sempre respeitada e nós respeitamos sempre a estrutura dos restantes agentes de protecção civil. - Este comando único é reconhecido num patamar de coordenação que não interfere em nada com o comando de cada uma das forças ou agentes intervenientes em determinada situação. - A estas missões que me eram solicitadas eu correspondia de acordo com as possibilidades do meu efectivo, sem que sentisse qualquer fragilidade no meu comando, antes pelo contrário, era um auxílio à minha tomada de decisão.

Entrevistado nº6 Júlio Machado Tenente Comandante do Destacamento Territorial de Leiria	Não	<ul style="list-style-type: none"> - Sou defensor que deve existir uma articulação e controlo centralizado. - Face aos incidentes ocorridos em que existiu o empenhamento destas entidades em que estive presente houve esta coordenação e respeito pelas competências.
Entrevistado nº7 Artur Figueiredo Tenente-Coronel Comandante dos Bombeiros Municipais de Leiria	Não	<ul style="list-style-type: none"> - Este documento legal introduziu modificações que respondem às exigências que o serviço nos impõe, a própria autoridade nacional de protecção civil impôs uma estrutura que é respeitada por todos e responde de uma forma geral às expectativas. - As pessoas devem saber conversar e saber estar no terreno. Uma equipa chega ao local constitui o comando e quando chegar um elemento com funções e graduação superior assume esse mesmo comando.
Entrevistado nº8 Jorge de Jesus Comandante dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede	Não	<ul style="list-style-type: none"> - Cada um com as suas valências e todos a trabalhar em prol de um mesmo fim. - Ter um só comando, onde todos lhe reportam facilita sem qualquer dúvida o alcance das missões dos diversos agentes de protecção civil. - Anteriormente encontravam-se no teatro de operações diversos agentes e cada um reportava ao seu próprio comando e a informação estagnava-se em cada instituição.

Quadro C.10.3 – Análise de resultados das respostas à questão número 3.

Entrevistados	Respostas	Argumentação
Entrevistado nº1 José Codeço Coronel 2º Comandante Operacional Nacional	Não tem efeito.	<ul style="list-style-type: none"> - Como é um comandante que não tem forças pode exercer a função de comando?
Entrevistado nº2 José Gomes Comandante Operacional Distrital e Coordenador de agrupamento de	<p>Lacunas na lei, problemas estruturais e um sistema incapaz de funcionar.</p> <p>O COM deve ser coordenador e não</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Alguns municípios têm o Comandante Operacional Municipal nomeado pelo presidente da câmara e há ainda outros que não têm coisa nenhuma. - Este COM será mais um coordenador. - De certo modo deve obediência ao CODIS mas quem lhe paga é o presidente da câmara e provavelmente quando é eleito outro presidente será nomeado outro da confiança deste, o que também

forças	comandante	não traz calma e confiança neste COM, no fundo isto não está bem assente e ainda existe muito fumo. - A aplicação da lei 65/2007 traz alguns dissabores a nível municipal e trata-se sobretudo de um problema estrutural.
Entrevistado nº3 José Serafim Tenente-Coronel Oficial de Ligação da GNR na ANPC	Divergências, a figura do COM será mais um coordenador que comandante.	- Penso que a nível municipal existam algumas controvérsias relativamente à figura do Comandante Operacional Municipal - Para ser comandante teria que ter meios, o que não acontece. - Alguns municípios nomeiam um comandante operacional municipal de acordo com a lei e outros não, mais uma vez são questões políticas e de interpretação da lei.
Entrevistado nº4 Adérito Santos Major Oficial de Ligação da GNR ao CDOS de Leiria	Com divergências	- A nível Municipal tem funcionado numa escala mais pequena e por vezes surgem algumas divergências. - Aqui não há de facto um elemento estipulado que assume o comando. - Vai variando de município para município até porque alguns municípios não têm ninguém nomeado.
Entrevistado nº5 Diamantino Fernandes Capitão Comandante do Destacamento Territorial de Cantanhede	Descontinuidade da cadeia de comando ao nível da protecção no município	- A nível municipal ainda existem alguns aspectos a considerar entre as autoridades municipais e os restantes agentes de protecção civil. - Este problema reflecte-se na existência a nível municipal um comando operacional nomeado pelo presidente da câmara (quando existe) e que por vezes funciona em resposta fechada no município e de acordo com as decisões políticas locais. - Noto que a continuidade que existe na articulação da protecção civil do nível nacional para o distrital se esbate no plano municipal.
Entrevistado nº6 Júlio Machado Tenente Comandante do Destacamento Territorial de Leiria	Não funciona	- Não tem funcionado tal como o criador pretendia. - O funcionamento do Comando único não tem sido uma realidade a nível municipal, funcionando cada entidade quase autonomamente.
Entrevistado nº7 Artur Figueiredo Tenente-Coronel Comandante dos Bombeiros Municipais de Leiria	Existem lacunas, mas em alguns municípios funciona	- Existem algumas lacunas na integração dos meios municipais, por exemplo a ligação à rede SIRESP que não está acessível a todos, o que dificulta à partida o comando e controlo dos meios disponíveis a nível municipal. - As minhas actuais funções permitem, como sou comandante dos bombeiros municipais, assumir por inerência o comando operacional municipal e embora reconheça que alguns municípios não têm comandante operacional nomeado, a verdade é que aqui em Leiria o sistema funciona na perfeição.

Entrevistado nº8 Jorge de Jesus Comandante dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede	Não existe COM nomeado	<ul style="list-style-type: none"> - Aqui em Cantanhede não existe COM nomeado, nós (agentes de protecção civil no local) conhecemo-nos uns aos outros e apoiamo-nos. - Falando por Cantanhede, posso dizer que a sorte tem sido um ponto importante.
---	---------------------------	---

Quadro C.10.4 – Análise de resultados das respostas à questão número 4.

Entrevistados	Resposta	Argumentação
Entrevistado nº1 José Codeço Coronel 2º Comandante Operacional Nacional	Sim	<ul style="list-style-type: none"> - Penso que é um modelo que tem mais virtudes que propriamente deficiências. - A alteração mais significativa é assunção da autoridade nas operações.
Entrevistado nº6 José Gomes Comandante Operacional Distrital e Coordenador de agrupamento de forças	Sim	<ul style="list-style-type: none"> - Esta nova metodologia da autoridade nacional veio garantir a possibilidade de um 2º Comandante e um adjunto em termos operacionais. - Nós vimos modelos noutros países e verificamos que afinal não estamos assim tão mal. - Quanto à introdução mais significativa deste modelo, foi a autoridade assumir de facto esta autoridade de pleno direito, enquanto serviço nem sempre se configurava desta forma e nesta matéria foi de facto um grande avanço.
Entrevistado nº7 José Serafim Tenente-Coronel Oficial de Ligação da GNR na ANPC	Sim	<ul style="list-style-type: none"> - Este modelo serve as necessidades operacionais e admito que era necessária uma reestruturação das actividades de protecção civil. - De novo surge a criação de uma autoridade encabeçada pelo Ministério da Administração Interna com poder de regulação, ou seja, uma autoridade. - Com esta alteração veio não só enquadrar as operações de socorro, como também regular os agentes de protecção civil permitindo uma melhor eficiência dos meios.

Entrevistado nº4 Adérito Santos Major Oficial de Ligação da GNR ao CDOS de Leiria	Sim	<ul style="list-style-type: none"> - Este diploma permitiu criar estas estruturas que de facto funcionam no terreno. - Com a existência de uma autoridade dissipa todos os entraves que se poderão colocar no desenrolar das operações de socorro.
Entrevistado nº1 Diamantino Fernandes Capitão Comandante do Destacamento Territorial de Cantanhede	Sim	<ul style="list-style-type: none"> - Este modelo sugere uma actuação mais eficaz ao nível da estrutura superior das acções de protecção civil a desenvolver e em particular incrementou a necessidade de organização de toda a estrutura de emergência.
Entrevistado nº5 Júlio Machado Tenente Comandante do Destacamento Territorial de Leiria	Sim	<ul style="list-style-type: none"> - Penso que este modelo permite uma maior organização e controlo.
Entrevistado nº3 Artur Figueiredo Tenente-Coronel Comandante dos Bombeiros Municipais de Leiria	Sim	<ul style="list-style-type: none"> - Este diploma pode ser melhorado mas é já a base e um instrumento que serve de ferramenta para trabalhar.
Entrevistado nº2 Jorge de Jesus Comandante dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede	Sim	<ul style="list-style-type: none"> - A verdade é que existiu uma grande evolução e hoje estamos muito melhor. - Actualmente existe uma estrutura organizada e com uma boa base de informações e telecomunicações que pode de imediato despachar os meios para o terreno e responder de forma eficaz às exigências da sociedade. - Só uma estrutura bem organizada e consistente pode possibilitar um empenhamento de 200 ou 300 homens no terreno, que embora pertençam a várias corporações demonstram um nível de coordenação bastante apreciável.

Quadro C.10.5 – Análise de resultados das respostas à questão número 5.

Entrevistados	Resposta	Argumentação
Entrevistado nº1 José Codeço Coronel 2º Comandante Operacional Nacional	Sim	- Um incêndio a afectar pessoas e bens, até que as pessoas já estavam com alguns comportamentos violentos, principalmente contra bombeiros e em que tive de recorrer à força territorial da GNR para impor a ordem.
Entrevistado nº2 José Gomes Comandante Operacional Distrital e Coordenador de agrupamento de forças	Sim	- Sim já participei em várias situações complicadas e com difícil resolução em termos de ordem pública. - Um exemplo recente que posso expor é caso do Chile onde participei em missão de ajuda Europeia. - A GNR tem hoje capacidades que qualquer comandante deseja ter ao seu dispor, a GNR tem várias valências que em situação de catástrofe eu me cansava em enumera-las.
Entrevistado nº3 José Serafim Tenente-Coronel Oficial de Ligação da GNR na ANPC	Não	- Felizmente não tenho experiência de uma situação de desordem provocada por uma catástrofe natural.
Entrevistado nº4 Adérito Santos Major Oficial de Ligação da GNR ao CDOS de Leiria	Sim	- Situações que se reflectem com colocação em causa de vidas humanas e dos seus bens e direitos, as pessoas quando vêem estes aspectos em causa é natural que ponham em causa a ordem pública e muitas vezes colocam as próprias operações de socorro em causa. - Uma das principais missões das forças de segurança, quer no garante da ordem pública quer no garantir dos direitos dos cidadãos, prevenindo que não se espolette situações de pilhagens ou outras de carácter semelhante.
Entrevistado nº5 Diamantino Fernandes Capitão Comandante do Destacamento Territorial de Cantanhede	Sim	- São situações complicadas que exigem de nós grande preparação e sobretudo muito bom senso.

Entrevistado nº6 Júlio Machado Tenente Comandante do Destacamento Territorial de Leiria	Sim	- Incêndio em que foi necessário isolar uma área e evacuar as pessoas, tendo que ser feita esta evacuação através da força.
Entrevistado nº7 Artur Figueiredo Tenente-Coronel Comandante dos Bombeiros Municipais de Leiria	Não	- Ter sempre as autoridades por perto é essencial para que as acções no terreno possam decorrer sem sobressalto.
Entrevistado nº8 Jorge de Jesus Comandante dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede	Sim	- Sem dúvida que a presença das autoridades se torna indispensável porque as pessoas entram rapidamente em desespero e estas controlam mais facilmente o descontrolo emocional das pessoas que muitas vezes podem colocar a missão dos bombeiros em risco. A imagem da autoridade revela por si a ordem e disciplina e na maioria das vezes a presença é suficiente para acalmar os ânimos.

Quadro C.10.6 – Análise de resultados das respostas à questão número 6.

Entrevistados	Resposta	Argumentação
Entrevistado nº1 José Codeço Coronel 2º Comandante Operacional Nacional	Sim	- O esforço que há no âmbito das ocorrências florestais, este país tem de reduzir o número de deflagrações. - Investigação criminal nos incêndios deveria ser também uma das vertentes de força da GNR, para que estas pessoas não continuem impunes.
Entrevistado nº2 José Gomes Comandante Operacional Distrital e Coordenador de agrupamento de forças	Sim	- Penso que se lhe for possível abordar, um tema que sugiro de imediato e que deve ser tratado em várias estâncias relaciona-se com a vulnerabilidade das redes.

Entrevistado nº3 José Serafim Tenente-Coronel Oficial de Ligação da GNR na ANPC	Sim	- O assunto que me parece poder, eventualmente ser abordado, é o da necessidade, sustentabilidade e utilidade, da manutenção da vertente combate aos incêndios, no seio do GIPS/GNR, sendo que a Guarda é uma força de segurança.
Entrevistado nº4 Adérito Santos Major Oficial de Ligação da GNR ao CDOS de Leiria	Sim	- Destaco a grande articulação que existe e deve continuar a existir entre as instituições, é a chave para o sucesso para qualquer operação.
Entrevistado nº5 Diamantino Fernandes Capitão Comandante do Destacamento Territorial de Cantanhede	Sim	- Tenho conhecimento de existirem alguns militares que ao nível do comando sentem alguma falta de feedback quanto à nossa prestação nas missões de protecção civil, seja ao nível de exercícios ou em situação real.
Entrevistado nº6 Júlio Machado Tenente Comandante do Destacamento Territorial de Leiria	Sim	- Os simulacros que têm sido feitos, ajudam a melhorar os mecanismos de resposta, no entanto a prática mostra que as situações reais nunca correm tão bem como os simulacros.
Entrevistado nº7 Artur Figueiredo Tenente-Coronel Comandante dos Bombeiros Municipais de Leiria	Sim	- A ocorrência de sismos é um tema que deve ser mais trabalhado e em que deveria haver um melhor treino e articulação entre todos, não só para termos conhecimento das capacidades de cada um e conjugar esforços para este tipo de catástrofe.
Entrevistado nº8 Jorge de Jesus Comandante dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede	Sim	- As catástrofes naturais é um tema que faz parte da agenda do dia na nossa sociedade e estamos cada vez mais conscientes das necessidades de formação nesta área.

APÊNDICE D QUESTIONÁRIOS

D.1 – QUESTIONÁRIOS

ACADEMIA MILITAR

Questionário para Trabalho de Investigação Aplicada



“Catástrofes naturais: contributos para um modelo de segurança e ordem pública.”

2011

ÂMBITO

O seguinte questionário foi elaborado no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada realizado aquando da conclusão do Mestrado em Ciência Militares na Especialidade de Segurança da Academia Militar.

O Trabalho de Investigação Aplicada tem como tema “Catástrofes naturais: contributos para um modelo de segurança e ordem pública”.

O principal objectivo deste questionário é a recolha de dados para a elaboração de um estudo com validade científica.

O questionário é anónimo, não contém nenhuma questão que o possa identificar e a informação por si fornecida será tratada de forma absolutamente confidencial.

A sinceridade das suas respostas é fundamental para que os resultados do estudo nos forneçam informação fundamental e verdadeira.

Por favor responda a todas as questões que lhe forem colocadas, pois a sua opinião é essencial para alcançar os objectivos deste trabalho.

Instruções para responder ao questionário:

- Leia com atenção todas as questões e siga as instruções dadas.
 - O questionário está dividido em duas partes: Parte I – Caracterização e Parte II – Avaliação.
 - Na parte I, deve assinalar a opção aplicável com uma cruz (X) e preencher os campos referentes às questões colocadas.
 - Na parte II, deve seleccionar com uma cruz (X) a resposta que melhor se adequa à sua opinião
 - Quando terminar o preenchimento do questionário verifique, por favor, se respondeu a todas as perguntas.
 - O questionário não é um teste, não tendo portanto respostas certas ou erradas.
 - O questionário demora aproximadamente 10 minutos a ser preenchido.
-

Muito Obrigado pela Colaboração.

PARTE I – CARACTERIZAÇÃO

I - Caracterização dos inquiridos

1. Sexo:

Masculino	Feminino

2. Habilitações literárias:

9º Ano	
10º Ano	
11º Ano	
12º Ano	
Bacharelato	
Licenciatura	
Mestrado	
Doutoramento	

3. Entidade/Instituição em que presta serviço

GNR	Bombeiros

4. Função/Posto: _____

5. Idade

<20	
20 a 29	
30 a 39	
40 a 49	
50 a 59	
≥60	

6. Local onde desempenha funções (Distrito): _____

PARTE II – AVALIAÇÃO

Assinale com um (X) o seu grau de concordância com as afirmações que se seguem, tendo em atenção a seguinte escala: **1** – Discordo Totalmente; **2** – Discordo; **3** – Nem Concordo nem Discordo; **4** – Concordo; **5** – Concordo

- | | | | | | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|--|--|--|--|--|
| 7. Os agentes de protecção civil estão suficientemente preparados para fazer face a uma catástrofe natural. | <table border="1"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </table> | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| 8. Os Bombeiros são responsáveis pelo auxílio e socorro e a GNR pela segurança dos cidadãos. | <table border="1"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </table> | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| 9. Pelo facto de a GNR ser uma Instituição militar hierarquizada facilita o empenhamento e coordenação com os Bombeiros e restantes agentes de protecção civil. | <table border="1"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </table> | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| 10. Os agentes de protecção civil (GNR, Bombeiros) devem realizar exercícios de treino conjunto. | <table border="1"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </table> | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| 11. Existe uma actualização constante dos agentes de protecção civil em matérias de resposta a catástrofes naturais. | <table border="1"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </table> | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| 12. Durante e após a ocorrência de uma Catástrofe Natural sabe exactamente quais as suas funções e atribuições. | <table border="1"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </table> | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| 13. A GNR deve dar prioridade à missão de segurança em relação às atribuições de auxílio e socorro. | <table border="1"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </table> | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| 14. A hierarquia de cada Entidade/Instituição é respeitada na sua plenitude sem qualquer conflito no decorrer das operações. | <table border="1"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </table> | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| 15. Existe um clima de cooperação entre os Agentes de Protecção civil (GNR, Bombeiros) presentes na região. | <table border="1"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </table> | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| 16. Existe um ambiente de competitividade, a nível operacional, entre os diversos Agentes de Protecção Civil. | <table border="1"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </table> | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| 17. A GNR actua como agente de protecção civil (missões de auxílio, socorro e segurança) e não apenas como um complemento das forças de protecção civil. | <table border="1"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </table> | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| 18. Durante a ocorrência de uma catástrofe natural, que afecte o município onde presta serviço, sabe exactamente quem lhe fornece indicações e estabelece as prioridades do serviço. | <table border="1"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </table> | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| 19. As actividades de segurança e ordem pública são indispensáveis para o desenvolvimento das operações de auxílio e socorro. | <table border="1"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </table> | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| 20. Perante a ocorrência de uma catástrofe natural, a GNR deve realizar operações de auxílio e socorro. | <table border="1"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </table> | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |

21. O contributo das forças de Segurança é essencial nas actividades de protecção civil.

1	2	3	4	5

22. Os Bombeiros e GNR realizam exercícios de treino conjuntos?

SIM	NÃO

23. Se respondeu SIM na questão anterior, indique quantos exercícios foram desenvolvidos no ano de 2010 (indique um número).

--

FIM! Muito obrigado pela colaboração!

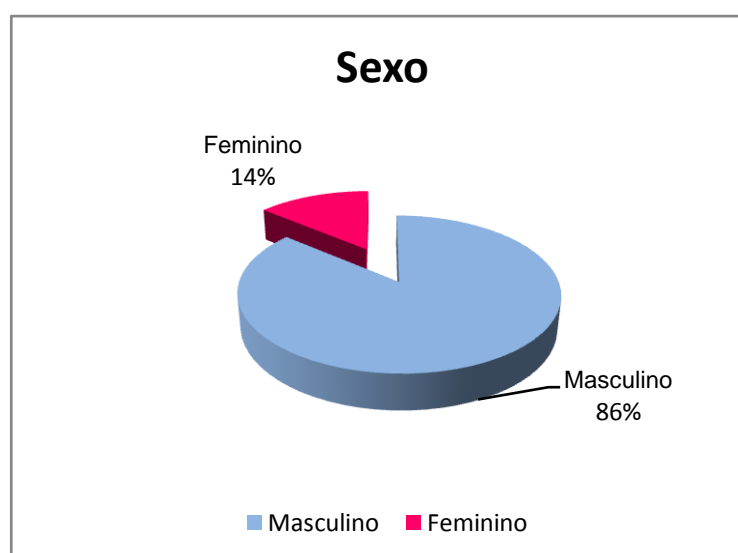
D.2 – CARACTERIZAÇÃO DETALHADA DOS INDIVÍDUOS

○ QUESTÃO N.º 1 – GÉNERO.

Tabela D.1 – Frequências e percentagens relativas à questão nº 1.

Género				
	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Cumulativa
Masculino	118	86,1	86,1	86,1
Feminino	19	13,9	13,9	100,0
Total	137	100,0	100,0	

Gráfico D.1 – Percentagens relativas à questão número 1, género dos inquiridos.

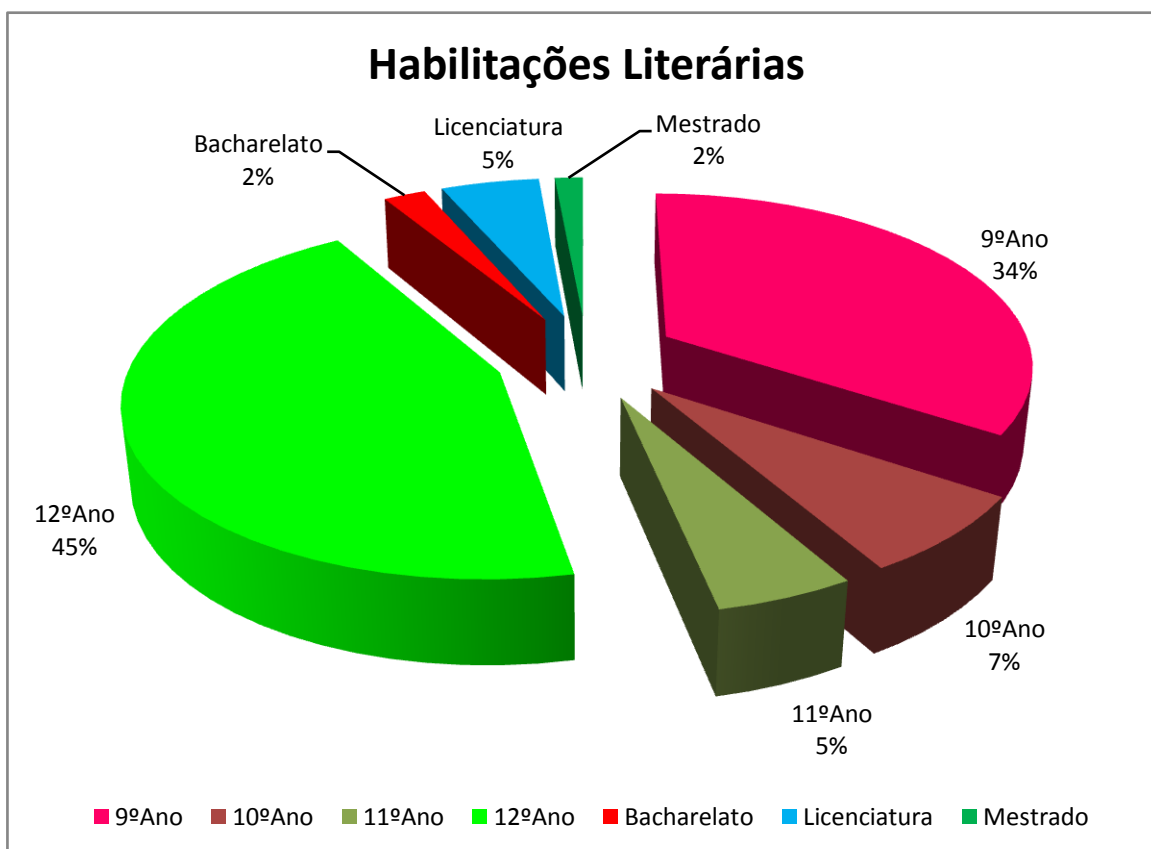


○ QUESTÃO N.º 2 – HABILITAÇÕES LITERÁRIAS.

Tabela D.2 – Frequência e percentagens relativas à questão número 2.

Habilitações Literárias				
	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Cumulativa
9ºAno	47	34,3	34,3	34,3
10ºAno	10	7,3	7,3	41,6
11ºAno	7	5,1	5,1	46,7
12ºAno	61	44,5	44,5	91,2
Bacharelato	3	2,2	2,2	93,4
Licenciatura	7	5,1	5,1	98,5
Mestrado	2	1,5	1,5	100,0
Total	137	100,0	100,0	

Gráfico D.2 – Percentagens relativas à questão número 2, Habilitações literárias dos Inquiridos.

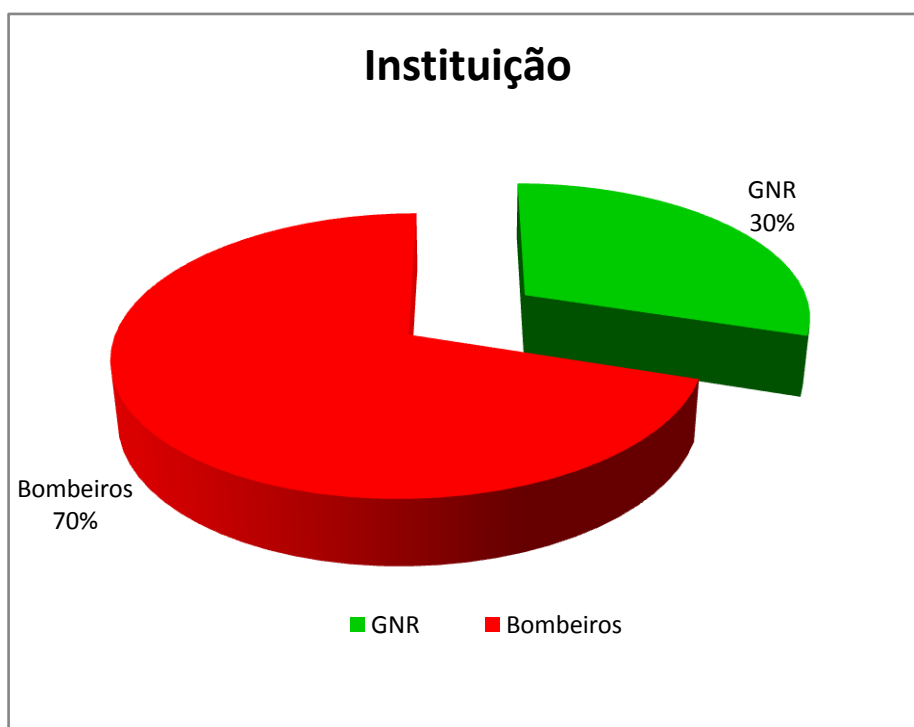


○ QUESTÃO N.º 3 – INSTITUIÇÃO.

Tabela D.3 – Frequência e percentagens relativas à questão número 3.

Instituição				
	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Cumulativa
GNR	41	29,9	29,9	29,9
Bombeiros	96	70,1	70,1	100,0
Total	137	100,0	100,0	

Gráfico D.3 – Percentagens relativas à questão número 3, instituição dos inquiridos

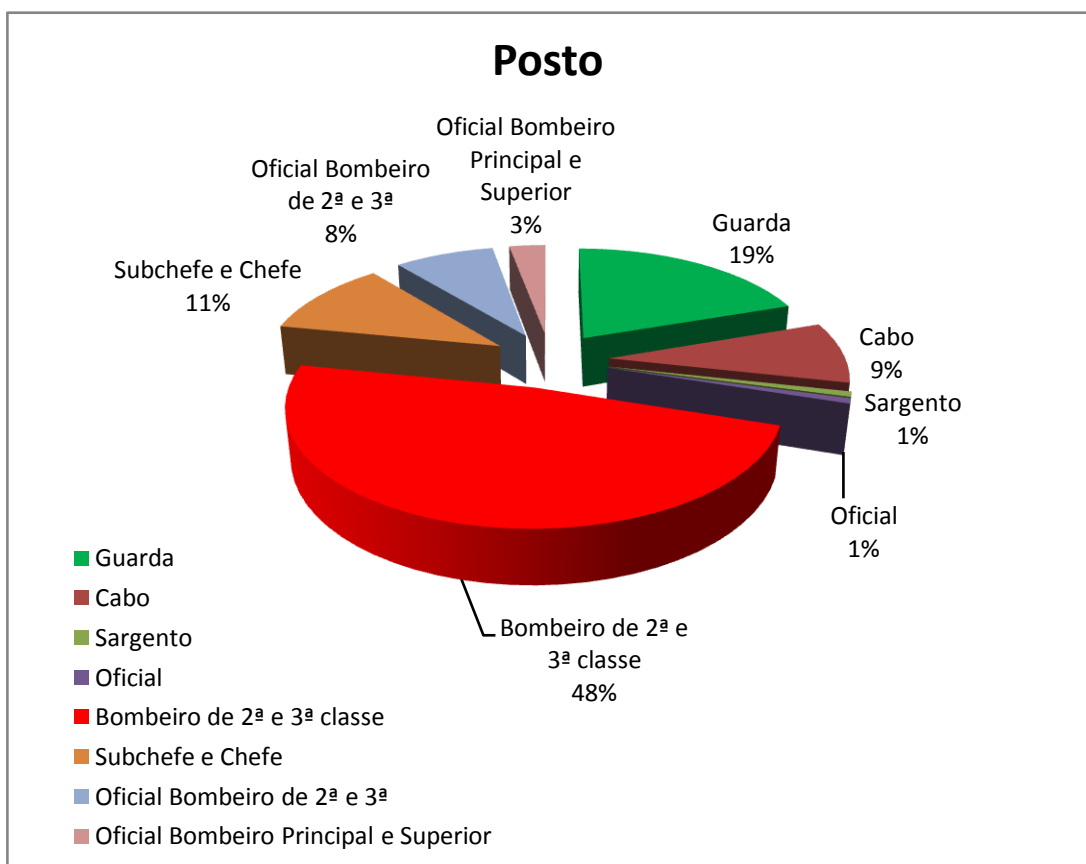


○ QUESTÃO N.º 4 – FUNÇÃO.

Tabela D.4 – Frequência e percentagens relativas à questão número 4.

Posto				
	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Cumulativa
Guarda	27	19,7	19,7	19,7
Cabo	12	8,8	8,8	28,5
Sargento	1	0,7	0,7	29,2
Oficial	1	0,7	0,7	29,9
Bomb. 2ª e 3ª	66	48,2	48,2	78,1
Subchf/Chefe	15	10,9	10,9	89,1
Oficial Bomb.	11	8,0	8,0	97,1
Bomb. Princ.	4	2,9	2,9	100,0
Total	137	100,0	100,0	

Gráfico D.4 – Percentagens relativas à questão número 4, posto/função dos inquiridos

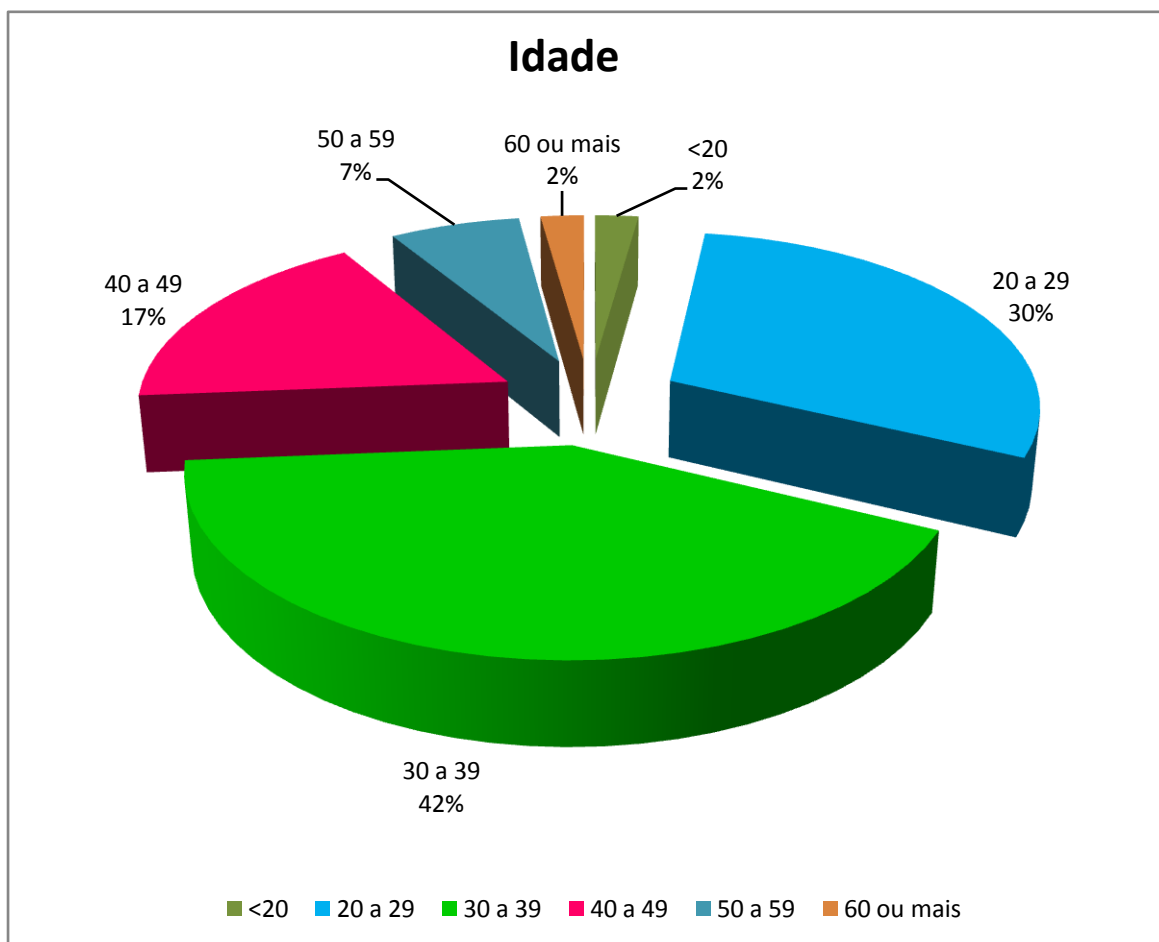


○ QUESTÃO N.º 5 – IDADE.

Tabela D.5 – Frequência e percentagens relativas à questão número 5.

Idade				
	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Cumulativa
<20	3	2,2	2,2	2,2
20 a 29	41	29,9	29,9	32,1
30 a 39	57	41,6	41,6	73,7
40 a 49	24	17,5	17,5	91,2
50 a 59	9	6,6	97,8	97,8
60 ou mais	3	2,2	2,2	100,0
Total	137	100,0	100,0	

Gráfico D.5 – Percentagens relativas à questão número 5, idades dos inquiridos



○ QUESTÃO N.º 6 – LOCAL.

Tabela D.6 – Frequência e percentagens relativas à questão número 6.

Local				
	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Cumulativa
Leiria	137	100,0	100,0	100,0

D.3 – TESTE ALFA DE CRONBACH

Tabela D.7 – Resumo do número de casos analisados.

Resumo de Casos Processados			
		Número	Percentagem
Cases	Validos	137	100,0
	Excluídos	0	,0
	Total	137	100,0

Tabela D.8 – Resultado do Teste Alfa de Cronbach.

Estatística de Confiabilidade	
Cronbach's Alpha	Number of Items
0,740	17

D.4 – RESUMO DOS VALORES DE ESTATÍSTICA DESCRITIVA

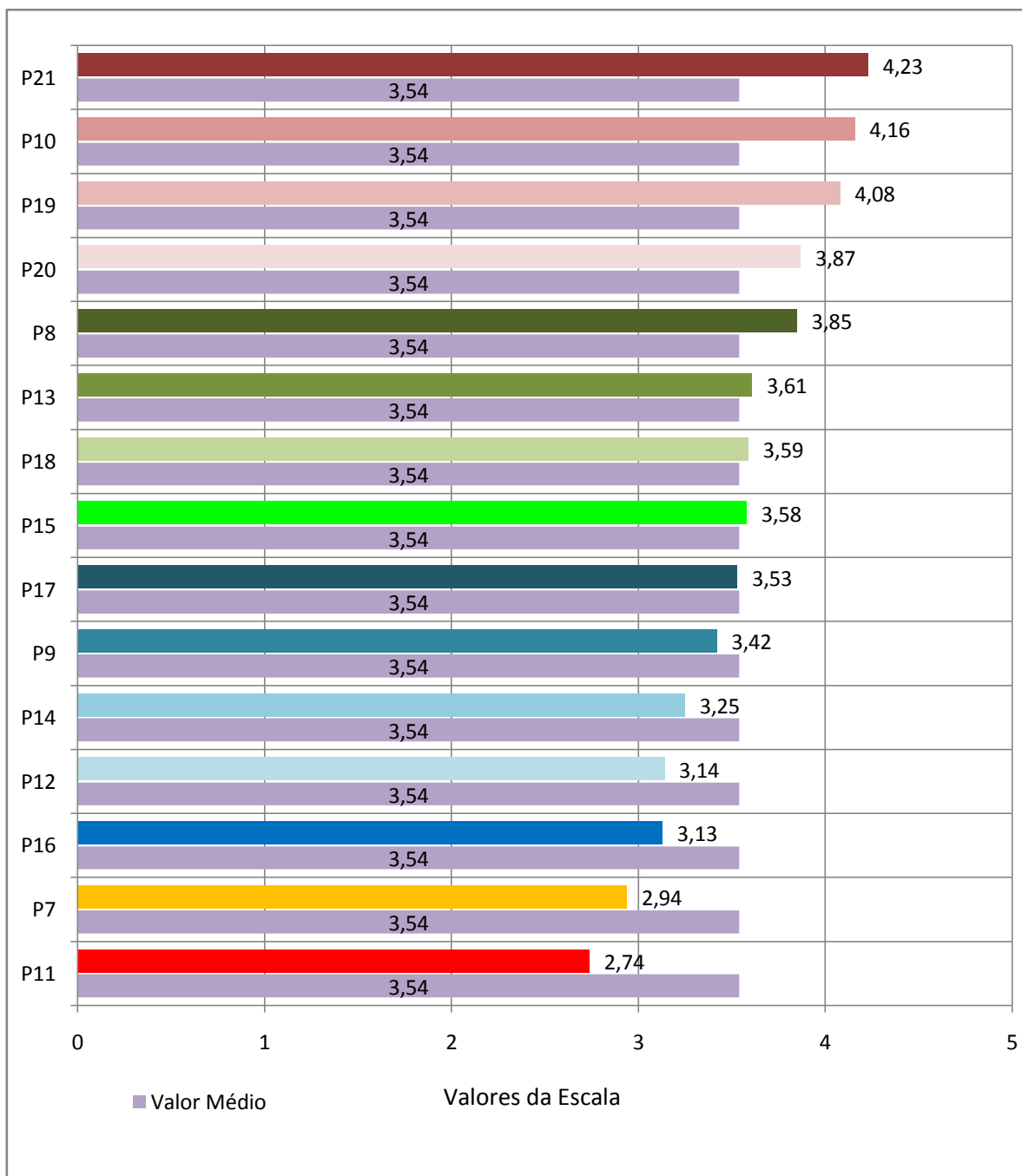
Tabela D.9 – Tabela resumo dos valores de estatística descritiva.

	Média	Desvio Padrão	Moda	Mediana	Máx.	Min.
7. Os agentes de protecção civil estão suficientemente preparados para fazer face a uma catástrofe natural.	2,94	0,897	3	3	5	1
8. Os Bombeiros são responsáveis pelo auxílio e socorro e a GNR pela segurança dos cidadãos.	3,85	0,984	4	4	5	1
9. Pelo facto de a GNR ser uma Instituição militar hierarquizada facilita o empenhamento e coordenação com os Bombeiros e restantes agentes de protecção civil.	3,42	0,913	4	4	5	1

Apêndices

10. Os agentes de protecção civil (GNR, Bombeiros) devem realizar exercícios de treino conjunto.	4,16	0,957	5	4	5	1
11. Existe uma actualização constante dos agentes de protecção civil em matérias de resposta a catástrofes naturais.	2,74	0,957	3	3	5	1
12. Durante e após a ocorrência de uma Catástrofe Natural sabe exactamente quais as suas funções e atribuições	3,14	1,009	3	3	5	1
13. A GNR deve dar prioridade à missão de segurança em relação às atribuições de auxílio e socorro.	3,61	1,107	4	4	5	1
14. A hierarquia de cada Entidade/Instituição é respeitada na sua plenitude sem qualquer conflito no decorrer das operações.	3,25	0,998	4	3	5	1
15. Existe um clima de cooperação entre os Agentes de Protecção civil (GNR, Bombeiros) presentes na região.	3,58	0,855	4	4	5	1
16. Existe um ambiente de competitividade, a nível operacional, entre os diversos Agentes de Protecção Civil.	3,13	1,028	3	3	5	1
17. A GNR actua como agente de protecção civil (missões de auxílio, socorro e segurança) e não apenas como um complemento das forças de protecção civil.	3,53	0,9	4	4	5	1
18. Durante a ocorrência de uma catástrofe natural, que afecte o município onde presta serviço, sabe exactamente quem lhe fornece indicações e estabelece as prioridades do serviço.	3,59	1,0337	4	4	5	1
19. As actividades de segurança e ordem pública são indispensáveis para o desenvolvimento das operações de auxílio e socorro.	4,08	0,758	4	4	5	1
20. Perante a ocorrência de uma catástrofe natural, a GNR deve realizar operações de auxílio e socorro.	3,87	0,946	4	4	5	1
21. O contributo das forças de Segurança é essencial nas actividades de protecção civil.	4,23	0,728	4	4	5	1
Valor Médio	3,54	0,94	3,80	3,67		

Gráfico D.6 – Média das Respostas ao Questionário nos cinco níveis.



D.5 – APRESENTAÇÃO DETALHADA DOS RESULTADOS DAS RESPOSTAS DOS INQUIRIDOS

- QUESTÃO N.º 7 – Os agentes de protecção civil estão suficientemente preparados para fazer face a uma catástrofe natural.

Tabela D.10 – Frequência e Percentagens das respostas à questão número 7.

Níveis da Escala	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Cumulativa
Discordo Totalmente	6	4,4	4,4	4,4
Discordo	40	29,2	29,2	33,6
Nem Concordo Nem Discordo	48	35,0	35,0	68,6
Concordo	42	30,7	30,7	99,3
Concordo Totalmente	1	0,7	0,7	100,0
Total	137	100,0	100,0	

Tabela D.11 – Valores da estatística descritiva da questão número 7.

Estatística Descritiva	Valores
Média	2,94
Mediana	3,00
Moda	3
Desvio Padrão	0,897
Mínimo	1
Máximo	5

Tabela D.12 – Frequência e percentagem da relação entre a questão 3 e a questão 7.

		P7					Total
		Discordo Totalmente	Discordo	Nem Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	
Instituição	GNR						
	Frequência	1	20	14	6	0	41
	Percentagem	2,4%	48,8%	34,0%	14,6%	0,0%	100,0%
	Bombeiros						
	Frequência	5	20	34	36	1	96
	Percentagem	5,2%	20,8%	35,4%	37,5%	1,0%	100,0%
Total	Frequência	6	40	48	42	1	137
	Percentagem	4,4%	29,2%	35,0%	30,7%	0,7%	100,0%

- QUESTÃO N.º 8 – Os Bombeiros são responsáveis pelo auxílio e socorro e a GNR pela segurança dos cidadãos.

Tabela D.13 – Frequência e Percentagens das respostas à questão número 8.

Níveis da Escala	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Cumulativa
Concordo Totalmente	34	24,8	24,8	24,8
Concordo	67	48,9	48,9	73,7
Nem Concordo Nem Discordo	21	15,3	15,3	89
Discordo	11	8,0	8,0	97
Discordo Totalmente	4	2,9	2,9	100,0
Total	137	100,0	100,0	

Tabela D.14 – Valores da estatística descritiva da questão número 8.

Estatística Descritiva	Valores
Média	3,85
Mediana	4,00
Moda	4
Desvio Padrão	0,984
Mínimo	1
Máximo	5

Tabela D.15 – Frequência e percentagem da relação entre a questão 3 e a questão 8.

		P8						
		Discordo Totalmente	Discordo	Nem Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente		
Instituição	GNR	Frequência	3	9	7	13	9	41
		Percentagem	7,3%	22,0%	17,1%	31,7%	22,0%	100,0%
	Bombeiros	Frequência	1	2	14	54	25	96
		Percentagem	1,0%	2,1%	14,6%	56,3%	26,0%	100,0%
Total		Frequência	4	11	21	67	34	137
		Percentagem	2,9%	8,0%	15,3%	48,9%	24,8%	100,0%

- QUESTÃO N.º 9 – Pelo facto de a GNR ser uma Instituição militar hierarquizada facilita o empenhamento e coordenação com os Bombeiros e restantes agentes de protecção civil.

Tabela D.16 – Frequência e Percentagens das respostas à questão número 9.

Níveis da Escala	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Cumulativa
Concordo Totalmente	11	8,0	8,0	8,0
Concordo	60	43,8	43,8	51,8
Nem Concordo Nem Discordo	47	34,3	34,3	86,1
Discordo	14	10,2	10,2	96,3
Discordo Totalmente	5	3,6	3,6	100,0
Total	137	100,0	100,0	

Tabela D.17 – Valores da estatística descritiva da questão número 9.

Estatística Descritiva	Valores
Média	3,42
Mediana	4,00
Moda	4
Desvio Padrão	0,913
Mínimo	1
Máximo	5

Tabela D.18 – Frequência e percentagem da relação entre a questão 3 e a questão 9.

		P9					Total
		Discordo Totalmente	Discordo	Nem Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	
Instituição	GNR	Frequência	4	7	14	13	41
	GNR	Percentagem	9,8%	17,1%	34,1%	31,7%	100,0%
	Bombeiros	Frequência	1	7	33	47	96
	Bombeiros	Percentagem	1,0%	7,3%	34,4%	49,0%	100,0%
Total		Frequência	5	14	47	60	137
		Percentagem	3,6%	10,2%	34,3%	43,8%	100,0%

- QUESTÃO N.º 10 – Os agentes de protecção civil (GNR, Bombeiros) devem realizar exercícios de treino conjunto.

Tabela D.19 – Frequência e Percentagens das respostas à questão número 10.

Níveis da Escala	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Cumulativa
Concordo Totalmente	60	43,8	43,8	43,8
Concordo	50	36,5	36,5	80,3
Nem Concordo Nem Discordo	20	14,6	14,6	94,9
Discordo	3	2,2	2,2	97,1
Discordo Totalmente	4	2,9	2,9	100,0
Total	125	100,0	100,0	

Tabela D.20 – Valores da estatística descritiva da questão número 10.

Estatística Descritiva	Valores
Média	4,16
Mediana	4,00
Moda	5
Desvio Padrão	0,957
Mínimo	1
Máximo	5

Tabela D.21 – Frequência e percentagem da relação entre a questão 3 e a questão 10.

		P10					Total
		Discordo Totalmente	Discordo	Nem Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	
Instituição	GNR	Frequência	2	1	8	11	41
	GNR	Percentagem	4,9%	2,4%	19,5%	26,8%	100,0%
	Bombeiros	Frequência	2	2	12	39	96
	Bombeiros	Percentagem	2,1%	2,1%	12,5%	40,6%	100,0%
Total		Frequência	4	3	20	50	137
		Percentagem	2,9%	2,2%	14,6%	36,5%	100,0%

- QUESTÃO N.º 11 – Existe uma actualização constante dos agentes de protecção civil em matérias de resposta a catástrofes naturais.

Tabela D.22 – Frequência e Percentagens das respostas à questão número 11.

Níveis da Escala	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Cumulativa
Concordo Totalmente	4	2,9	2,9	2,9
Concordo	23	16,8	16,8	19,7
Nem Concordo Nem Discordo	57	41,6	41,6	61,3
Discordo	39	28,5	28,5	89,8
Discordo Totalmente	14	10,2	10,2	100,0
Total	137	100,0	100,0	

Tabela D.23 – Valores da estatística descritiva da questão número 11.

Estatística Descritiva	Valores
Média	2,74
Mediana	3,00
Moda	3
Desvio Padrão	0,957
Mínimo	1
Máximo	5

Tabela D.24 – Frequência e percentagem da relação entre a questão 3 e a questão 11.

		P11					Total
		Discordo Totalmente	Discordo	Nem Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	
Instituição	GNR	Frequência	7	14	15	4	41
	GNR	Percentagem	17,1%	34,1%	36,6%	9,8%	100,0%
	Bombeiros	Frequência	7	25	42	19	96
	Bombeiros	Percentagem	7,3%	26,0%	43,8%	19,8%	100,0%
Total		Frequência	14	39	57	23	137
		Percentagem	10,2%	28,5%	41,6%	16,8%	100,0%

- QUESTÃO N.º 12 – Durante e após a ocorrência de uma Catástrofe Natural sabe exactamente quais as suas funções e atribuições.

Tabela D.25 – Frequência e Percentagens das respostas à questão número 12.

Níveis da Escala	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Cumulativa
Concordo Totalmente	8	5,8	5,8	5,8
Concordo	46	33,6	33,6	39,4
Nem Concordo Nem Discordo	50	36,5	36,5	75,9
Discordo	23	16,8	16,8	92,7
Discordo Totalmente	10	7,3	7,3	100,0
Total	137	100,0	100,0	

Tabela D.26 – Valores da estatística descritiva da questão número 12.

Estatística Descritiva	Valores
Média	3,14
Mediana	3,00
Moda	3
Desvio Padrão	1,009
Mínimo	1
Máximo	5

Tabela D.27 – Frequência e percentagem da relação entre a questão 3 e a questão 12.

		P12					Total
		Discordo Totalmente	Discordo	Nem Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	
Instituição	GNR	Frequência	5	11	10	14	41
		Percentagem	12,2%	26,8%	24,4%	34,1%	100,0%
	Bombeiros	Frequência	5	12	40	32	96
		Percentagem	5,2%	12,5%	41,7%	33,3%	100,0%
	Total	Frequência	10	23	50	46	137
		Percentagem	7,3%	16,8%	36,5%	33,6%	100,0%

- QUESTÃO N.º 13 – A GNR deve dar prioridade à missão de segurança em relação às atribuições de auxílio e socorro.

Tabela D.28 – Frequência e Percentagens das respostas à questão número 13.

Níveis da Escala	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Cumulativa
Concordo Totalmente	31	22,6	22,6	22,6
Concordo	51	37,2	37,2	59,8
Nem Concordo Nem Discordo	31	22,6	22,2	82
Discordo	18	13,1	13,1	95,1
Discordo Totalmente	6	4,4	4,4	100,0
Total	125	100,0	100,0	

Tabela D.29 – Valores da estatística descritiva da questão número 13.

Estatística Descritiva	Valores
Média	3,61
Mediana	4,00
Moda	4
Desvio Padrão	1,107
Mínimo	1
Máximo	5

Tabela D.30 – Frequência e percentagem da relação entre a questão 3 e a questão 13.

		P13					Total
		Discordo Totalmente	Discordo	Nem Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	
Instituição	GNR	Frequência	4	7	12	14	41
	GNR	Percentagem	9,8%	17,1%	29,3%	34,1%	100,0%
	Bombeiros	Frequência	2	11	19	37	96
	Bombeiros	Percentagem	2,1%	11,5%	19,8%	38,5%	100,0%
Total		Frequência	6	18	31	51	137
		Percentagem	4,4%	13,1%	22,6%	37,2%	100,0%

- QUESTÃO N.º 14 – A hierarquia de cada Entidade/Instituição é respeitada na sua plenitude sem qualquer conflito no decorrer das operações.

Tabela D.31 – Frequência e Percentagens das respostas à questão número 14.

Níveis da Escala	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Cumulativa
Concordo Totalmente	13	9,5	9,5	9,5
Concordo	46	33,6	33,6	43,1
Nem Concordo Nem Discordo	44	32,1	32,1	75,2
Discordo	30	21,9	21,9	97,1
Discordo Totalmente	4	2,9	2,9	100,0
Total	137	100,0	100,0	

Tabela D.32 – Valores da estatística descritiva da questão número 14.

Estatística Descritiva	Valores
Média	3,25
Mediana	3,00
Moda	4
Desvio Padrão	0,998
Mínimo	1
Máximo	5

Tabela D.33 – Frequência e percentagem da relação entre a questão 3 e a questão 14.

		P14					Total
		Discordo Totalmente	Discordo	Nem Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	
Instituição	GNR	Frequência	1	12	16	9	41
	GNR	Percentagem	2,4%	29,3%	39,0%	22,0%	100,0%
	Bombeiro	Frequência	3	18	28	37	96
	Bombeiro	Percentagem	3,1%	18,8%	29,2%	38,5%	100,0%
Total		Frequência	4	30	44	46	137
		Percentagem	5,5%	32,1%	32,1%	33,6%	100,0%

- QUESTÃO N.º 15 – Existe um clima de cooperação entre os Agentes de Protecção civil (GNR, Bombeiros e outros) presentes na região.

Tabela D.34 – Frequência e Percentagens das respostas à questão número 15.

Níveis da Escala	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Cumulativa
Concordo Totalmente	14	10,2	10,2	10,2
Concordo	66	48,2	48,2	58,4
Nem Concordo Nem Discordo	46	33,6	33,6	92,0
Discordo	7	5,1	5,1	97,1
Discordo Totalmente	4	2,9	2,9	100,0
Total	137	100,0	100,0	

Tabela D.35 – Valores da estatística descritiva da questão número 15.

Estatística Descritiva	Valores
Média	3,58
Mediana	4,00
Moda	4
Desvio Padrão	0,855
Mínimo	1
Máximo	5

Tabela D.36 – Frequência e percentagem da relação entre a questão 3 e a questão 15.

		P15					Total
		Discordo Totalmente	Discordo	Nem Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	
Instituição	GNR	Frequência	2	6	14	17	41
	GNR	Percentagem	4,9%	14,6%	34,1%	41,5%	100,0%
	Bombeiros	Frequência	2	1	32	49	96
	Bombeiros	Percentagem	2,1%	1,0%	33,3%	51,0%	100,0%
Total		Frequência	4	7	46	66	137
		Percentagem	2,9%	5,1%	33,6%	48,2%	100,0%

- QUESTÃO N.º 16 – Existe um ambiente de competitividade, a nível operacional, entre os diversos Agentes de Protecção Civil.

Tabela D.37 – Frequência e Percentagens das respostas à questão número 16.

Níveis da Escala	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Cumulativa
Concordo Totalmente	10	7,3	7,3	7,3
Concordo	41	29,9	29,9	37,2
Nem Concordo Nem Discordo	54	39,4	39,4	76,6
Discordo	21	15,3	15,3	91,9
Discordo Totalmente	11	8,0	8,0	100,0
Total	137	100,0	100,0	

Tabela D.38 – Valores da estatística descritiva da questão número 16.

Estatística Descritiva	Valores
Média	3,13
Mediana	3,00
Moda	3
Desvio Padrão	1,028
Mínimo	1
Máximo	5

Tabela D.39 – Frequência e percentagem da relação entre a questão 3 e a questão 16.

		P16					Total
		Discordo Totalmente	Discordo	Nem Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	
Instituição	GNR	Frequência	6	6	17	8	41
	GNR	Percentagem	14,6%	41,5%	19,5%	9,8%	100,0%
	Bombeiros	Frequência	5	15	37	33	96
	Bombeiros	Percentagem	5,2%	15,6%	38,5%	34,4%	100,0%
Total		Frequência	11	21	54	41	137
		Percentagem	8,0%	15,3%	39,4%	29,9%	100,0%

- QUESTÃO N.º 17 – A GNR actua como agente de protecção civil (missões de auxílio, socorro e segurança) e não apenas como um complemento das forças de protecção civil.

Tabela D.40 – Frequência e Percentagens das respostas à questão número 17.

Níveis da Escala	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Cumulativa
Concordo Totalmente	16	11,7	11,7	11,7
Concordo	62	45,3	45,3	57
Nem Concordo Nem Discordo	39	28,5	28,5	85,5
Discordo	19	13,9	13,9	99,3
Discordo Totalmente	1	0,7	0,7	100,0
Total	137	100,0	100,0	

Tabela D.41 – Valores da estatística descritiva da questão número 17.

Estatística Descritiva	Valores
Média	3,53
Mediana	4,00
Moda	4
Desvio Padrão	0,900
Mínimo	1
Máximo	5

Tabela D.42 – Frequência e percentagem da relação entre a questão 3 e a questão 17.

		P17					Total
		Discordo Totalmente	Discordo	Nem Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	
Instituição	GNR	Frequência	1	5	11	19	41
	GNR	Percentagem	2,4%	12,2%	26,8%	46,3%	100,0%
	Bombeiros	Frequência	0	14	28	43	96
	Bombeiros	Percentagem	0,0%	3,6%	29,2%	44,8%	100,0%
Total		Frequência	1	19	39	62	137
		Percentagem	0,7%	13,9%	28,5%	45,3%	100,0%

- QUESTÃO N.º 18 – Durante a ocorrência de uma catástrofe natural, que afecte o município onde presta serviço, sabe exactamente quem lhe fornece indicações e estabelece as prioridades do serviço.

Tabela D.43 – Frequência e Percentagens das respostas à questão número 18.

Níveis da Escala	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Cumulativa
Concordo Totalmente	26	19,0	19,0	19,0
Concordo	55	40,1	40,1	59,1
Nem Concordo Nem Discordo	34	24,8	24,8	83,9
Discordo	18	13,1	13,1	97,1
Discordo Totalmente	4	2,9	2,9	100,0
Total	137	100,0	100,0	

Tabela D.44 – Valores da estatística descritiva da questão número 18.

Estatística Descritiva	Valores
Média	3,59
Mediana	4,00
Moda	4
Desvio Padrão	1,0337
Mínimo	1
Máximo	5

Tabela D.45 – Frequência e percentagem da relação entre a questão 3 e a questão 18.

			P18					
			Discordo Totalmente	Discordo	Nem Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	
Instituição	GNR	Frequência	0	12	13	8	8	41
		Percentagem	0,0%	29,3%	31,7%	19,5%	19,5%	100,0%
	Bombeiros	Frequência	4	6	21	47	18	96
		Percentagem	4,2%	6,3%	21,9%	49,0%	18,8%	100,0%
Total	Frequência	4	18	34	55	26	137	
	Percentagem	2,9%	13,1%	24,8%	40,1%	19,0%	100,0%	

- QUESTÃO N.º 19 – As actividades de segurança e ordem pública são indispensáveis para o desenvolvimento das operações de auxílio e socorro.

Tabela D.46 – Frequência e Percentagens das respostas à questão número 19.

Níveis da Escala	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Cumulativa
Concordo Totalmente	39	28,5	28,5	28,5
Concordo	75	54,7	54,7	83,2
Nem Concordo Nem Discordo	19	13,9	13,9	97,1
Discordo	3	2,2	2,2	99,3
Discordo Totalmente	1	0,7	0,7	100,0
Total	137	100,0	100,0	

Tabela D.47 – Valores da estatística descritiva da questão número 19.

Estatística Descritiva	Valores
Média	4,08
Mediana	4,00
Moda	4
Desvio Padrão	0,758
Mínimo	1
Máximo	5

Tabela D.48 – Frequência e percentagem da relação entre a questão 3 e a questão 19.

		P19					Total
		Discordo Totalmente	Discordo	Nem Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	
Instituição	GNR	Frequência	1	1	6	22	41
	GNR	Percentagem	2,4%	2,4%	14,6%	53,7%	100,0%
	Bombeiros	Frequência	0	2	13	53	96
	Bombeiros	Percentagem	0,0%	2,1%	13,5%	55,2%	100,0%
Total		Frequência	1	3	19	75	137
		Percentagem	0,7%	2,2%	13,9%	54,7%	100,0%

- QUESTÃO N.º 20 – Perante a ocorrência de uma catástrofe natural, a GNR deve realizar operações de auxílio e socorro.

Tabela D.49 – Frequência e Percentagens das respostas à questão número 20.

Níveis da Escala	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Cumulativa
Concordo Totalmente	38	27,7	27,7	27,7
Concordo	56	40,9	40,9	68,6
Nem Concordo Nem Discordo	32	23,4	23,4	92,0
Discordo	9	6,6	6,6	98,5
Discordo Totalmente	2	1,5	1,5	100,0
Total	137	100,0	100,0	

Tabela D.50 – Valores da estatística descritiva da questão número 20.

Estatística Descritiva	Valores
Média	3,87
Mediana	4,00
Moda	4
Desvio Padrão	0,946
Mínimo	1
Máximo	5

Tabela D.51 – Frequência e percentagem da relação entre a questão 3 e a questão 20.

		P20					Total
		Discordo Totalmente	Discordo	Nem Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	
Instituição	GNR	Frequência	1	4	9	16	41
	GNR	Percentagem	2,4%	9,8%	22,0%	39,0%	100,0%
	Bombeiros	Frequência	1	5	23	40	96
	Bombeiros	Percentagem	1,0%	5,2%	24,0%	41,7%	100,0%
Total		Frequência	2	9	32	56	137
		Percentagem	1,5%	6,6%	23,4%	40,9%	100,0%

- QUESTÃO N.º 21 – O contributo das forças de Segurança é essencial nas actividades de protecção civil.

Tabela D.52 – Frequência e Percentagens das respostas à questão número 21.

Níveis da Escala	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Cumulativa
Concordo Totalmente	53	38,7	38,7	38,7
Concordo	64	46,7	46,7	85,4
Nem Concordo Nem Discordo	18	13,1	13,1	98,5
Discordo	2	1,5	1,5	100,0
Discordo Totalmente	0	0	0	100,0
Total	137	100,0	100,0	

Tabela D.53 – Valores da estatística descritiva da questão número 21.

Estatística Descritiva	Valores
Média	4,23
Mediana	4,00
Moda	4
Desvio Padrão	0,728
Mínimo	1
Máximo	5

Tabela D.54 – Frequência e percentagem da relação entre a questão 3 e a questão 21.

		P21					Total
		Discordo Totalmente	Discordo	Nem Concordo Nem Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	
Instituição	GNR	Frequência	0	1	6	21	41
	GNR	Percentagem	0%	2,4%	14,6%	51,2%	100,0%
	Bombeiros	Frequência	0	1	12	43	96
	Bombeiros	Percentagem	0%	1,0%	12,5%	44,8%	100,0%
Total		Frequência	0	2	18	64	137
		Percentagem	0%	1,5%	13,1%	46,7%	100%

- QUESTÃO N.º 22 – Os Bombeiros e GNR realizam exercícios de treino conjuntos?

Tabela D.55 – Frequência e Percentagens das respostas à questão número 22.

Resposta	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Cumulativa
Sim	11	8,0	8,0	8,0
Não	126	92,0	92,0	100
Total	137	100,0	100,0	

Tabela D.56 – Valores da estatística descritiva da questão número 22.

Estatística Descritiva	Valores
Média	1,92
Mediana	2,00
Moda	2
Desvio Padrão	0,273
Mínimo	1
Máximo	2

Tabela D.57 – Frequência e percentagem da relação entre a questão 3 e a questão 22.

P22		Sim	Não	Total	
Instituição	GNR	Frequência	3	38	41
		Percentagem	7,3%	92,7%	100,0%
	Bombeiros	Frequência	8	88	96
		Percentagem	8,3%	91,7%	100,0%
	Total	Frequência	11	126	137
		Percentagem	8,0%	92,0%	100,0%

- QUESTÃO N.º 23 – Se respondeu SIM na questão anterior, indique quantos exercícios foram desenvolvidos no ano de 2010 (indique um número).

Tabela D.58 – Frequência e Percentagens das respostas à questão número 22.

Nº de Exercícios	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Cumulativa
0	128	93,4	93,4	93,4
1	4	2,9	2,9	96,4
2	3	2,2	2,2	98,5
3	1	0,7	0,7	99,3
6	1	0,7	0,7	100,0
Total	137	100,0	100,0	

Tabela D.59 – Valores da estatística descritiva da questão número 22.

Estatística Descritiva	Valores
Média	0,14
Mediana	0,00
Moda	0
Desvio Padrão	0,655
Mínimo	0
Máximo	6

Tabela D.60 – Frequência e percentagem da relação entre a questão 3 e a questão 23.

P23		0	1	2	3	6	Total
Instituição	GNR	Frequência	40	0	1	0	41
		Percentagem	97,6%	0,0%	2,4%	0,0%	100,0%
	Bombeiros	Frequência	88	4	2	1	96
		Percentagem	91,7%	4,2%	2,1%	1,0%	100,0%
	Total	Frequência	128	4	3	1	137
		Percentagem	93,4	2,9	2,2%	0,7	100,0%

ANEXOS

ANEXO A

NÚMERO DE BOMBEIROS NO ACTIVO EM LEIRIA

Quadro A.1 – Número de Bombeiros por Distrito

QUADRO						
DISTRITO	Activo	Comando	Honra	Reserva	Sem Quadro	Total Geral
Aveiro	2161	87	526	1194	785	4753
Beja	699	38	139	165	217	1259
Braga	1676	64	460	873	424	3501
Bragança	847	40	128	337	358	1710
C.Branco	1097	36	256	576	341	2307
Coimbra	1654	57	297	967	409	3385
Évora	719	36	245	144	196	1341
Faro	1055	43	157	350	293	1898
Guarda	1262	49	339	895	736	3281
Leiria	1871	70	373	742	627	3684
Lisboa	3405	146	1387	1163	1330	7432
Portalegre	680	33	151	270	291	1425
Porto	3898	127	731	1243	1921	7923
Santarém	1620	75	459	381	511	3047
Setúbal	1538	62	398	574	541	3115
V.Castelo	651	28	149	345	259	1432
V.Real	1201	54	276	695	596	2825
Viseu	1926	82	395	1343	878	4624
Total Geral	27960	1127	6866	12257	10713	58942

Fonte: RNBP em 17JUL2011

ANEXO B

DETERMINAÇÃO DA DIMENSÃO DA AMOSTRA

Para Sarmento (2008), para calcular a dimensão adequada de uma amostra (n) de uma população finita, quando se pretende estimar uma proporção (p), deve-se utilizar a expressão, abaixo enunciada, referente a uma amostra aleatória simples e que garante um nível de confiança λ e um nível de precisão D .

$$n = \frac{p \times (1 - p)}{\frac{D^2}{(Z_{\alpha/2})^2} + \frac{p \times (1 - p)}{N}}$$

Figura F.1: Fórmula de Cálculo da Amostra.

Fonte: Sarmento (2008, p.26)

Para saber a população e o número de inquéritos a aplicar foi preciso efectuar alguns cálculos. Primeiro saber o número de militares da GNR e Bombeiros no activo no Distrito de Leiria. Assim, o Distrito de Leiria conta com um total de 805³² militares e 1871³³ Bombeiros. Deste modo, a soma de 805 militares com os 1871 bombeiros chega-se a uma população alvo de 2676.

Aplicando a fórmula apresentada com um grau de confiança de 95% e um nível de erro de aproximadamente 8,1% chegou-se a uma amostra de 137 elementos. Por fim, considerando que os militares da GNR são 30% da população total, distribuíram-se 41 inquéritos à GNR e 96 aos Bombeiros, de forma a obter uma amostra equitativa dos elementos das duas corporações.

³² Dados fornecidos pelo Comando Territorial de Leiria.

³³ Ver Quadro A.1 do Anexo A.